

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL JOSÉ RAMOS SILVA

MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E O CONSUMO DO RURAL:
A PASTEURIZAÇÃO DO ESPAÇO CAMPESTRE

CURITIBA
2019

RAFAEL JOSÉ RAMOS SILVA

MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E O CONSUMO DO RURAL:
A PASTEURIZAÇÃO DO ESPAÇO CAMPESTRE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

rita de cássia alves de souza – bibliotecária / CRB 9ª/816

Silva, Rafael José Ramos

Modernidade contemporânea e o consumo do rural: a pasteurização do espaço campestre [recurso eletrônico] / Rafael José Ramos Silva. – Curitiba, 2019.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

1. Sociologia rural. 2. Vida rural – Brasil. 3. Agricultura e Estado – Brasil.
I. Título.

CDD 307.7281



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

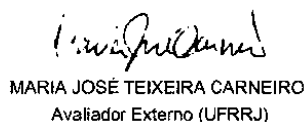
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RAFAEL JOSÉ RAMOS SILVA** intitulada: **MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E O CONSUMO DO RURAL: A pasteurização do espaço campestre**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

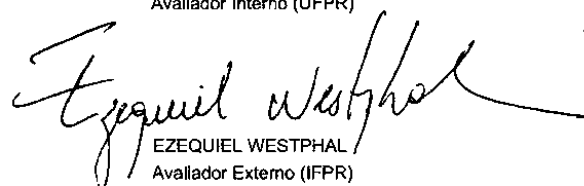
CURITIBA, 26 de Junho de 2019.


ALFIO BRANDENBURG
Presidente da Banca Examinadora


RODRIGO CONSTANCE MARTINS
Avaliador Externo (UFSCAR)


MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO
Avaliador Externo (UFRRJ)


DIMAS FLORIANI
Avaliador Interno (UFPR)


EZEQUIEL WESTPHAL
Avaliador Externo (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao meu orientador Professor Dr. Alfio Brandenburg pela paciência, amizade e pelos cafés. A Anne Yuri Kano pelos dias especiais, pelo prazer de partilhar a vida e pelo silêncio a dois. Obrigado Mãe pelas orações e Maria Eduarda pelas risadas. Obrigado Pai, Irmão, Cunhada. Obrigado amigos novos e velhos, colegas da pós-graduação em Sociologia da UFPR, docentes e funcionários do departamento, professores que compuseram a banca de qualificação e defesa e a Capes pela bolsa de pesquisa.

*Curioso como o artificial, tomando as rédeas do natural, fica mais
natural do que ele*

Carlos Drummond de Andrade

Para elogiar uma flor, diz-se: 'parece de plástico'

Eduardo Galeano

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo dar evidência as transformações que cooperaram para a positivação do mundo rural nas últimas décadas e como isso tem impactado e transformado as espacialidades locais. Em um esforço reflexivo procuremos compreender como as transformações trazidas na modernidade ligam a esfera local com a esfera global. Percebemos que mesmo já existente, o olhar positivo sobre o rural ganhou força a partir da década de 1960 com a maior visibilidade das pautas ecológicas, vindo essa positividade se fixar com a consolidação da sociedade de risco nos anos 1990. Defendemos nesse trabalho que o aumento dessa visão sobre o espaço campestre foi possível graças a construção de um rural enquanto desinterpretador de riscos, antídoto do mal-estar do meio urbano. Processo ligado a construção pelos sistemas especialistas de duas características sobre o rural, a capacidade de mitigação do risco e a capacidade de produção de distinção social. Defendemos ainda que esse aumento da busca pelo rural se insere numa perspectiva global, fazendo parte de uma esfera de mercado mais amplo, o qual chamamos genericamente de consumo “verde”, ligado a um aumento generalizado da sensibilidade para com as questões ambientais. Parte dos indivíduos que se inserem nesse tipo de consumo, podem ser caracterizados pela maior capacidade de compra, pelo individualismo, e pela inserção em esferas culturais de consumo mais amplo. O rural ao ser firmado pelos especialistas como desinterpretador de riscos se tornou mais demandado por consumidores com maior poder de compra, ao tempo que se tornava mais limitado para as classes menos favorecidas. Consideramos que o aumento dessa demanda pelo campo é causador de um disciplinamento de alguns espaços rurais a partir da lógica de consumismo urbano, gerando um processo de obliteração do rural, o tornando cenográfico e marcado por lógicas de mercado, chamamos isso de rural pasteurizado, por ser um rural espoliado em suas diferenças, mas valorizado naqueles aspectos, julgados e classificados como importantes para manutenção do desejo pelo rural. Concluímos que alguns espaços rurais, marcadamente os mais próximos a médios e grandes centros urbanos, tornaram-se espaços de consumismo, gerando um espaço adaptado a agradar e ser vendido para um público urbano. Presumimos a partir destas reflexões que embora muitas vezes visto de forma positiva, os atuais processos de revalorização, reocupação e interrupção do processo de êxodo rural, devem ser vistos caso a caso, pois em muito lugares, temos a formação de um rural mercadologicamente disciplinado para a recepção de um público urbano.

Palavras-chave: ruralidades, sociedade de risco, consumismo, rural pasteurizado

ABSTRACT

The following research aimed to give evidence to the transformation which cooperated to the positivation of the rural world of the last decades and how it has impacted and transformed the local spatialities. Through a reflective effort we looked forward to understanding how the transformation brought in modernity relates the local sphere to the global sphere. We realized that even already existing the positive looking across the rural got stronger after 1960s decade with a bigger visibility of the ecological guidelines making this positivity be reforced with the risk society consolidation in 1990s. In this research we defend that the growth of this view across about countryside space became possible thanks to the build of a rural as an antidote for the urban malaise. That process is related to the construction through the expert systems of two rural characteristics: the capacity of risk mitigation and the capacity of social distinction production. We also defend that the seek for rural growth is inserted into a global perspective which is part of a bigger market sphere which is generally called as "green" consumption related to a general increase of the sensibility for environmental questions. Some of the individuals inserted in this kind of consumption may be categorized by the bigger purchasing power, by the individualism and the inserting in higher cultural consumption sphere. The rural when defined by the specialists as desinterpreter of risks has become more demanded by consumers with a higher purchasing power as it also became more limited to disadvantaged classes at the same time. We consider that the growth of the countryside demanding is the causer of a disciplining of some rural spaces from the urban consumption point creating a process of rural obliteration making it scenographic and marked by market logic. We call this the pasteurized rural because it is a rural despoiled in its differences, but also valued in those aspects judged and classified as important for the rural desire maintenance. We conclude that some rural spaces specially the closest ones to middle and big-sized urban centers have become consumerism places making an adapted space to please and be sold for an urban public. From those reflections we assume that although often seen in a good way the current revaluation processes, reoccupation and interruption of the rural exodus must be seen case by case because in many places we have the formation of a marketed disciplined rural for an urban public reception.

Keywords: rural, ruralities, risk society, consumerism, pasteurized rural.

RÉSUMÉ

Cet travail de recherche vise à mettre en évidence les transformations qui ont contribué à la positivisation du monde rural au cours des dernières décennies et comment ce la a impacté et transformé les spatialités locales. Dans un effort de réflexif on va chercher à comprendre comment les transformations apportées à la modernité établissent un lien entre la sphère locale et la sphère globale. On a perçu que ça existe déjà, le regard positif vers le rural a gagné force à partir des années 1960 avec une plus grande visibilité des ordres du jour écologiques et cette positivité s'est établie avec la consolidation de la société de risque dans les années 1990. Nous défendons dans cet travail que l'augmentation de cette aperçu du milieu champêtre a été possible grâce à la construction d'un milieu rural tandis que l'interprétation disqualifiant de risques, antidote de malaise de l'environnement urbain. Processus lié à la construction par les systèmes spécialistes de deux caractéristiques au sujet du rural, la capacité de atténuation du risque et la capacité de production de distinction sociale. Nous défendons encore que si l'augmentation de la recherche du rural s'inscrit dans une perspective globale, faisant partie d'une sphère de marché plus large que nous appelons génériquement la consommation «verte», lié à une augmentation généralisé de la sensibilité aux enjeux environnementaux. Une partie des individus qui s'insèrent dans cet type de consommation, peuvent être caractérisés par une capacité d'achat accrue, par l'individualisme et par l'insertion dans des sphères culturelles de consommation plus larges. Une fois que le rural a été établi par les spécialistes comme lieu de l'interprétation disqualifiant de risques s'est devenu plus demandé par de consommateurs qui ont plus de pouvoir d'achat, au même temps qu'il devient plus limité aux classes moins favorisées. On considère que l'augmentation de cette demande pour la campagne est la cause d'une discipline de quelques espaces ruraux à partir de la logique de consommation urbaine, en provoquant un processus d'oblitération du rural, le rendant scénographique, marqué par la logique du marché. On l'appelle de rural pasteurisé, étant donné qu'il est un rural pillé dans ses différences, mais valorisés dans les aspects, jugés et classés comme important pour la maintenance du désir du rural. On a conclu que quelques espaces ruraux, nettement les plus proche des centres urbains moyens et grands, deviennent des espaces de consommation, en produisant un espace adapté à faire plaisir au public et être vendu au public urbain. Nous supposons à partir de ces réflexions que, malgré souvent considéré positivement, les processus actuels de réévaluation, réoccupation et perturbation du processus d'exode rural doivent être vérifiés au cas par cas, parce que dans de nombreux endroits, on a la formation d'un rural discipliné vers le marché pour la réception d'un public urbain.

Mots clés: rural, ruralités, société du risque, consumérisme, rural pasteurisé.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Material de divulgação de eventos de aventura	22
Figura 02 – Material de divulgação das caminhadas da natureza em Balsa Nova	23
Figura 03 – <i>Outdoor</i> de chácara de lazer rural	79
Figura 04 – Veículo utilizado para lançamento da proposta <i>UberGreen</i>	83
Figura 05 – Sustentabilidade e grandes marcas: <i>Apple</i>	94
Figura 06 – Sustentabilidade e grandes marcas: <i>Google</i>	94
Figura 07 – Sustentabilidade e grandes marcas: <i>Microsoft</i>	95
Figura 08 – Coca-Cola <i>Life</i>	97
Figura 09 – Principais publicações no <i>Instagram</i> sob a <i>hashtag</i> rural	98
Figura 10 – Principais publicações no <i>Instagram</i> sob a <i>hashtag countryside</i>	99
Figura 11 – Evento de Carnaval no rural, Escola de Permacultura	100
Figura 12 – Evento de desintoxicação urbana, Escola de Permacultura	101
Figura 13 – Charge de Miguel Brieva	109
Gráfico 01 – Crescimento da segunda residência na RM de Curitiba	59
Gráfico 02 – Crescimento da segunda residência na RM de Curitiba	60
Gráfico 03 – Variáveis do Município de Boa Vista Aparecida (PR)	62
Gráfico 04 – Variáveis do Município de Porto Rico (PR)	64
Gráfico 05 – Variáveis do Município de Balsa Nova (PR)	65
Quadro 01 – Classes econômicas e limites de renda domiciliar	55
Quadro 02 – Classes econômicas e limites de renda domiciliar	55
Quadro 03 – Empreendimentos turísticos e valores de diárias	57

LISTA DE SIGLAS

FGV	–	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	–	Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTUR	–	Ministério do Turismo
OCDE	–	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PR	–	Paraná
RM	–	Região Metropolitana
SLP	–	São Luiz do Purunã

LISTA DE ABREVIATURAS

p.	–	página
v.	–	volume

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
Mundo rural.....	28
Ruralidades.....	31
As descrições sobre o rural.....	32
Padrões de ruralidade.....	35
1 TRÊS DESCRIÇÕES SOBRE O RURAL BRASILEIRO.....	37
1. 1 ATRASO, AGRICULTURA E NATUREZA.....	41
1.1.1 O rural como atraso.....	43
1.1.2 O rural como agricultura.....	45
1.1.3 O rural enquanto natureza.....	48
1.2 A EMERGÊNCIA DE UMA RURALIDADE HIBRIDIZADA.....	53
1.2.1 O turismo em espaço rural.....	56
1.2.2 Os domicílios de uso ocasional.....	57
1.2.3 O rural e a busca por um consumo saudável.....	67
2 MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E O INTERESSE PELO ESPAÇO CAMPESTRE.....	70
2.1 RISCOS, ESPECIALISTAS E CONSUMO: UMA LIBERDADE VIGIADA.....	71
2.1.1 Maior liberdade e maior responsabilidade na construção biográfica.....	73
2.1.2 A influência dos especialistas no consumo da sociedade de risco.....	77
2.1.3 A função mitigatória e a capacidade de produção de diferenciação social.....	81
2.1.3.1 O poder mitigatório do rural na alta modernidade.....	86
2.1.3.2 O consumo do rural e a capacidade de produzir diferenciação social.....	86
2.2 CRISE AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL, UMA QUESTÃO GLOBAL.....	88
2.2.1 Cultura Ambiental e Globalização.....	91
2.2.2 Rural e cultura ambiental: os signos de reconhecimento.....	96
3 RURAL PASTEURIZADO E IMPACTOS NO MUNDO RURAL.....	104
3.1 RURAL PASTEURIZADO.....	105
3.1.1 Um rural recriado a partir da interpretação urbana do que é o rural.....	108
3.1.2 Muros e cercas: um rural protegido da comunidade local.....	118

4 MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E A PASTEURIZAÇÃO DO ESPAÇO CAMPESTRE.....	123
4.1 O RURAL ENTRE A EXCELÊNCIA, O ETHOS E O CONSUMO.....	127
À GUIA DE CONCLUSÃO.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

Uma tese, assim como todo material intelectual enfrenta a prometeica tarefa de explicar a realidade em um espaço limitado, por nossas próprias limitações, e pelas limitações impostas pelos instrumentos de pesquisa.

Esse trabalho, não se configura como partida, nem como chegada, mas como continuidade de nossas abordagens, não só, mas sobretudo da nossa pesquisa de mestrado. Ao finalizar a dissertação, havia ficado claro o que ocorria em certos segmentos da sociedade: um aumento da busca pelo rural. O que nos inquietava era como se davam as relações entre as novas demandas e as realidades locais. Chamava atenção como várias transformações alteravam a vida local, mas quase nunca começavam e terminavam nesse mesmo nível.

Nossa pesquisa de mestrado estava restrita a um pequeno vilarejo na região metropolitana de Curitiba (PR), mas que tinha nos últimos duzentos anos sido cenário de deslocamentos de diversas ordens, um cenário de longa duração que dava conta de explicações que extrapolavam a lógica local.

São Luiz do Purunã (SLP) tinha sido palco do tropeirismo, movimento basilar na economia brasileira do século XVIII, e mais de cem anos depois, nos anos 1990 tinha participação efusiva de uma cultura enquanto identidade, o gauchismo, através das festas de rodeio, que de certo modo era uma releitura do tropeirismo ou, pelo menos, usava várias características desse na construção das tradições. Isso em um momento onde o retorno da globalização esmaecia as fronteiras do Estado-nação. Víamos então que o passado se ligava frontalmente ao presente, sendo relido dentro de uma perspectiva mais global. Esses processos colocavam SLP no centro de vórtices econômicos, sociais, culturais e históricos importantes e não restritos a ordem local, no limite, nem a ordem nacional.

O último período que analisamos em SLP, adentrando o século XXI, era marcado por uma revalorização do espaço por algo que chamamos de turismo diferenciado, que estava menos ligados aos aspectos culturais e mais a paisagem natural. E isso era propiciado por forças externas, de grande amplitude, fruto de um

contexto onde a humanidade passava por transformações importantes, muitas delas, tornadas conhecidas para o grande público através de informações difusas que de alguma maneira apontavam para os espaços rurais reais ou para algum tipo de simulação desse.

Nossas principais indagações se concentravam em procurar entender (1) que forças eram essas que provocavam um novo olhar sobre o rural e (2) como se dinamizavam e hibridizavam com o local. Tínhamos hipóteses vagas acerca de como esses dois aspectos estariam ligados – para nós, os indivíduos buscavam o rural como um desinterpretador dos riscos presentes na alta modernidade (o barulho, a poluição, a violência, a ausência da natureza) e isso provocava o aumento da demanda pelos espaços rurais. O que busquemos nessa tese foi aprofundar nossas reflexões acerca dessas questões.

Ao finalizar o mestrado, começamos a procurar a melhor maneira de ultrapassar essas dúvidas e encontrar respostas satisfatórias. Naquele momento comecei a lecionar em uma escola rural, no distrito de São Silvestre no Município de Campo Largo (PR). Esse distrito se encontra bastante afastado da cidade, por barreiras não só geográficas, mas também econômicas e culturais. Foi quando várias características desse rural, somado as cansativas viagens diárias de ida e volta, com duração de duas horas dentro de um ônibus pouco moderno, em uma estrada de chão carente de manutenção, que decidi por morar nesse rural, eliminando assim os deslocamentos diários, me colocando mais próximo a realidade local e ganhando mais tempo para estudar e pensar um projeto de doutorado. Morei durante a semana, por aproximadamente quatro meses nesse local e saímos de lá com um projeto que buscava um estudo comparativo entre o rural periurbano de São Luiz do Purunã e o rural profundo de São Silvestre.

Mas pouco tempo depois, fruto de leituras, grupos de pesquisa e diálogos com meu orientador, percebi mais claramente que as características que mais me interessavam e que já haviam sido colocadas ao fim do mestrado se referiam não estritamente a ordem local, mas faziam menção a questões de maior amplitude. E embora São Silvestre tenha sido basilar na minha concepção de rural, acabamos por

modificar nosso projeto inicial, voltando (se é que algum dia deixemos) as principais características do que vínhamos pensando desde a conclusão do mestrado.

Deixamos de buscar “as diferenças entre o rural profundo e o rural periurbano” e passamos a buscar entender que “significado tem o rural na consciência de um grande contingente populacional, que tem visto neste, determinadas funções e em consequência disso o buscado cada vez mais”, isso nos levava a uma discussão que já vinha sendo travada a algum tempo na Sociologia Rural, sendo notório o trabalho de Bernard Kayser que chamou isso de “renascimento rural”, e mais de um pesquisador já tinha notado que para o território brasileiro já existiam demonstrações de que alguns rurais não só não estavam diminuindo como estavam mostrando tendência contrária. Também nos parecia crível, pelo que conhecemos dos espaços rurais em “renascimento” que isso ocorria quase sempre naqueles rurais situados nas franjas das grandes cidades, que tinham maior facilidade de acesso.

Também buscávamos entender como esse novo olhar sobre o rural se hibridizava e dinamizava com o local, consistindo em buscar quais modificações nos núcleos receptores eram causados com a chegada de novos atores.

No decorrer da pesquisa percebemos que ainda que existisse uma visão que enxergava o rural como antídoto e que isso se constituía como base para muitas movimentações em direção ao campo, também notamos que essas movimentações eram segmentadas, e cada segmentação proporcionava diferentes impactos no meio rural, o que nos levava a poder interpretar as causas do deslocamento em chaves parecidas, ainda que não absolutas, mas não as formas de deslocamento e de conciliação ou conflito com o núcleo receptor, já que essas ocorriam de maneiras bastante variadas.

Podíamos dizer que entre um professor universitário que se deslocava até um assentamento de reforma agrária e um executivo que optava por passar o fim de semana em um spa instalado no meio rural, poderiam guardar alguma semelhança nos objetivos do deslocamento, mas que as consequências do efeito de sua chegada eram bastante diversos.

Isso estava ligado sobremaneira ao meio que esse ator estava inserido, o que seu nicho identitário exigia e como ele regulava suas formas de destaque no campo social.

Se essa diversidade de segmentos que buscam o rural poderia ser visto como algo formidável do ponto de vista de objetos passíveis da abordagem sociológica, nos causava um problema analítico, já que dificultava, dada sua amplitude, a forma de apreensão do fenômeno. Retomaríamos então ao início de quase tudo, a um dos fatores que teria dado o estímulo inicial para optarmos pela ideia de desinterpretação do risco de Ulrich Beck e atrelá-la a uma situação de classe, que foi a leitura do livro *Cidade Vazia* – mais precisamente de duas crônicas – de Fernando Sabino, escrito em 1950 e reeditado em 1984¹.

Recorro aos cronistas, por considerá-los indivíduos dotados, ainda que de forma despreocupada, de um interessante olhar sociológico. De forma geral, as crônicas ajudam a novos olhares, comparar situações e ajustar focos. As chamo de etnografias do dia a dia.

No clássico 1984 de George Orwell, um dos personagens diria “os melhores livros... são aqueles que lhe dizem o que você já sabe”, talvez tenha sido essa sensação quando em 2015 li a crônica “Medo em Nova York”. Pouco antes havíamos coletado em uma entrevista em São Luiz do Purunã, a seguinte opinião

...particularmente acho que São Luiz futuramente vai ser uma Teresópolis de Curitiba, eu acho que vai chegar um ponto que a cidade não vai mais comportar tanta população e as pessoas claro que tiverem um poder aquisitivo maior vão acabar se refugiando pra cá eu acho (entrevista coletada por SILVA, 2013 grifo nosso)

Ao ler “Medo em Nova York”, me deparo com a seguinte posição de Fernando Sabino, acerca dos problemas da cidade norte-americana no final da década de 1970

Na realidade, os subúrbios se tornaram para Nova York o que Petrópolis é para o Rio: *um refúgio para os mais favorecidos que têm meios de escapar aos problemas*

1 Importante citar a reedição, porque uma das crônicas que teve grande influência sobre nossos passos iniciais da pesquisa, não constava na edição de 1950, tendo sido escrita em 1979 e acrescida na edição de 1984, a crônica é intitulada como “Medo em Nova York”.

da grande cidade. É o que verifico, depois de alugar um carro no domingo e me perder no emaranhado de auto-estradas de tráfego cerrado, à procura do lugar outrora bucólico e descampado em que morei, há vinte anos (1984, p. 17 *grifo nosso*).

Ambos os relatos não divergiam de Ulrich Beck

as possibilidades e capacidades de lidar com situações de risco, de contorná-las ou compensá-las, acabam sendo desigualmente distribuídas entre distintas camadas de renda e educação: *quem dispõe do calço financeiro de longo prazo pode tentar contornar os riscos através da escolha do local e da configuração da moradia (ou através de uma segunda moradia, férias, etc.)*. O mesmo vale para a alimentação, a educação e para as correspondentes posturas em relação à comida e à informação. Um bolso suficientemente cheio é capaz de colocar alguém em posição de refestelar-se com ovos de “galinhas felizes” e folhas de “alfaces felizes” (2011, p. 42 *grifo nosso*).

Isso nos dava apoio acerca de que o fenômeno existia, como e porque se produzia, e quais consequências ocasionavam, ainda eram desafios a serem compreendidos. Ainda no livro “Cidade Vazia”, outra crônica nos firmaria no esforço de aprofundar nossas reflexões sobre essas questões, novamente faríamos uma ligação entre o olhar do cronista brasileiro com o sociólogo alemão.

Na crônica “Mecânica da distração” (essa publicada pela primeira vez em 1950) Fernando Sabino discorre sobre a expressão *lots of fun*, relacionando a três situações típicas da vida estadunidense o *date*, o *party* e o *weekend*. Nos ateremos ao que Sabino fala sobre o *Weekend*

para resumir, também é uma fuga desesperada da vida intensiva deprimente e inumana da grande cidade, pela tentativa de conquistar à força uma distração que a vida americana já estandardizou. Neutralizado pela própria necessidade de usufruí-la violentamente no fim de semana, aquele que a procura não conseguirá senão um *comprovante psicológico de que ela esteve ao alcance de seus dedos, uma espécie de atestado de alegria que servirá de ópio para a opressão dos dias úteis* (1984, p. 95 *grifo nosso*)².

Ainda sobre o *weekend*, Fernando Sabino arrematará “o importante é a fotografia, é o testemunho alheio, é o *souvenir*, para fazer crer aos outros e a si

2 Para Theodor Adorno (2009, p. 30) “a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada pelos que querem se subtrair aos processos de trabalho mecanizado, para que estejam de novo em condições de enfrentá-lo”.

próprio que se viveu uma distração em determinada hora de determinado dia” (1984, p. 97).

Ulrich Beck diria acerca do assunto

Diferente do que acontece com a fome e a miséria, no caso dos riscos é mais fácil recorrer à possibilidade de *desvios interpretativos* das incertezas e temores provocados. Aquilo que aqui foi gerado não precisa ser necessariamente superado aqui, pode ser desviado para lá ou então para acolá e procurar e encontrar os locais, objetos e sujeitos simbólicos de sua superação do medo. Na consciência do risco, pensamento deslocado, ação deslocada e conflitos sociais deslocados são possíveis e demandados com particular leveza. (2011, p. 92)

Percebíamos a partir de Ulrich Beck que a capacidade de desinterpretação, ou de busca por produtos de contrainterpretação, estava ligada, ainda que não exclusivamente, ao poder aquisitivo dos atores.

Partindo disso, identificávamos ao menos dois grandes grupos de consumidores do rural³, o primeiro enxergava a ida ao rural dentro de uma lógica direta de consumo e diferenciação social pelo consumo, o segundo buscava no rural um consumo crítico ao consumo, preocupados em uma inserção mais direta e menos monetária no local (inclusive para se estabelecer enquanto afirmação de um estilo alternativo de vida).

Como citamos, havia uma diferença entre o executivo que ia ao SPA e um Professor que ia ao assentamento de reforma agrária. Uma coisa era o consumidor do SPA, outra era o consumidor que buscava conscientemente o turismo comunitário, a convivência com o agricultor, ou com a natureza através de trilhas em meio a mata. Esse trabalho, ainda que tangencie suas reflexões por processos que possam ocorrer em ambos os grupos, concentra mais esforço em compreender melhor o grupo submetido de forma direta a opinião especialista e pouco propenso a

3 Um terceiro grupo estaria no que normalmente aparece na literatura como neorural, esse grupo poderia marcar uma categoria intermediária entre uma ida baseada de forma mais direta no consumo, e outra mais crítica ao consumo, que pode constituir – embora nem sempre constitua –, uma espécie de intersecção entre os dois outros grupos citados. Deve-se salientar que embora utilizemos esse conceito – neorural –, estamos cientes de que sua aplicabilidade não apresenta lá muito objetividade, o que explica nossa opção por situá-la nessa posição interseccional. De forma geral, os neorurais representam atores que vieram do meio urbano e escolheram viver no rural – por motivações diversas – de forma permanente. Esse grupo é constituído de forma variada, frequentemente de ex moradores do rural (principalmente no período da infância), aposentados, jovens com estilo de vida mais alternativo, acadêmicos, autônomos, e ao que parece, trabalhadores da modalidade *home office* e *home based*.

verticalizar processos nos espaços que adentra no meio rural. Embora deva ficar claro, que atores de ambos os grupos encontram-se submetidos a situações de risco – atualmente em maior grau ligadas a espaços urbanos –, e tendem, de alguma forma, buscar desinterpretar esses riscos a partir de algumas aquisições, entre elas a ida ao campo, de forma pontual, como as visitas esporádicas através do turismo, ou mais estruturais como as moradias dos neorurais.

Como um texto de caráter mais ensaístico, buscamos nos organizar de uma maneira que não subtraíssemos o dinamismo e a criatividade da pesquisa e do pesquisador, ao mesmo tempo procurando evitar um dinamismo incoerente, disperso e no limite descuidado.

Procuremos ter na pesquisa, um ambiente que estimulasse a imaginação sociológica e o artesanato intelectual, procurando, como veremos adiante, não traçar uma linha divisória entre vida e trabalho⁴. Muitas *insights* de pesquisa vieram em um primeiro momento de fontes não muito convencionais, crônicas, contos, músicas, filmes e daquilo que Mills chama de “pensamentos marginais”, “subprodutos da vida cotidiana, fragmentos de conversas entreouvidas na rua, ou mesmo sonhos” (2009, p. 23).

Também mantivemos sempre em mãos um arquivo, que anotávamos tudo que julgávamos importante ser anotado, embora muito do que foi anotado tenha sido sumariamente descartado, esse uso se mostrou vital, como nos disse Mills “nesse arquivo, você, como um artesão, tentará reunir o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa” (2009, p. 22), ao final, embora isso não justifique nossas faltas, procuremos apresentar um trabalho que não estivesse arbitrariamente “arredondado” (MILLS, 2009, p. 24).

Isto posto, para a construção da pesquisa nos utilizamos de três modos de buscar resultados e respostas para nossas indagações. Primeiramente buscamos

4 Wright Mills aconselhando aqueles que estão no começo da vida de pesquisadores diria “os mais admiráveis pensadores da comunidade acadêmica em que decidi ingressar não separam seu trabalho de suas vidas. Parecem levá-los ambos a sério demais para admitir tal dissociação, e querem usar uma coisa para o enriquecimento da outra” (2009, p. 21). Por óbvio, Mills tinha em mente que isso não era algo possível em todos os tipos de ofício, ressalva que Adorno também fez “meu trabalho, a produção filosófica e sociológica e o ensino na universidade, têm me sido tão gratos até o momento que não conseguiria considerá-los como opostos ao tempo livre, como a habitualmente cortante divisão requer das pessoas. *Sem dúvida, estou consciente de que estou falando como privilegiado, com a cota de casualidade e de cultura que isso comporta*” (2009, p. 105 grifo nosso)

organizar e reorganizar dados que já havíamos coletado em nossas pesquisas, também utilizamos como ponto de partida as reflexões que derivaram desses dados e de seus resultados. Isso foi responsável por toda formação de uma espécie de esqueleto para o início do trabalho. Em segundo lugar buscamos na literatura já produzida, se havia ou não subsídios para nossas percepções acerca dos problemas propostos e em terceiro lugar, fruto dos dois primeiros momentos, após retiradas, inserções, conclusões, percepção de falhas, novas reflexões, obtivemos uma imagem mais clara dos processos.

Inicialmente nossos dados de campo consistiram em informações vindas do nosso trabalho de mestrado e de estudos e abordagens de outros pesquisadores. Mas também de uma realidade empírica da qual nunca nos afastamos. Durante os quatro anos – todas as nossas opções trabalhistas se relacionaram diretamente com nosso intuito de pesquisa, ou mais especificamente, só foram aceitas as ofertas de emprego que se relacionavam com o que estávamos pesquisando –, em três deles, estive diretamente ligado as questões rurais e em constante diálogo com os atores rurais, principalmente em quatro espaços rurais, um deles onde está minha residência, outro onde fiz minha pesquisa de mestrado e mais dois onde exerci atividade docente. A seguir, busco resumir minha relação com o rural nos últimos quatro anos.

No primeiro ano de doutorado, exerci uma função pública no município de Balsa Nova, município de aproximadamente dez mil habitantes, situado na Região Metropolitana de Curitiba. Nesse tempo trabalhando como Diretor de Turismo, consegui ter um olhar amplo tanto sobre as dinâmicas políticas do município, quanto das relações locais com o mercado do turismo. Ao trabalhar junto aos agricultores e artesãos, e principalmente ao buscar novas possibilidades de desenvolvimento no campo, percebi o quão afastado e alheios da maioria da população estava se desenvolvendo o turismo, além do que, o próprio poder público do qual eu fazia parte, não enxergava a população local como capaz de ter sob si o monopólio dos processos turísticos locais.

Foi ao acompanhar caminhadas da natureza, eventos de ciclismo, corridas de *trail running* (Figuras 1 e 2), em sua maioria eventos recipientes de um público

urbano culturalmente diverso, que muitas vezes notamos um distanciamento desses atores de passagem (participantes do evento) para com a realidade social local. Naquele momento, meu intuito como sociólogo era entender a motivação que levava esses atores ao rural e perceber os impactos causados nessa chegada. Mas também havia o interesse enquanto gestor público, que era fomentar as feiras locais, as levando para dentro desses eventos.

FIGURA 1 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE EVENTOS DE AVENTURA



FONTE: facebook.com/vistebalsanova

Contudo, tanto a visão do pesquisador, quanto a do gestor público, apontavam para algo em comum, o interesse dos participantes estavam mais reservadas a atividade em si, ao seu bem-estar, e as atividades que ganhavam um diferencial ao serem realizados em um lugar de natureza antropicamente menos impactada. Na maioria dos casos não havia interesse na cultura e nos atores locais.

FIGURA 2 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DAS CAMINHADAS DA NATUREZA EM Balsa Nova

XIII CAMINHADA INTERNACIONAL DA NATUREZA DE Balsa NOVA
CIRCUITO CAMINHOS HISTÓRICOS DE TAMANDUÁ
24 DE OUTUBRO SAÍDA 08:30

XIV CAMINHADA INTERNACIONAL DA NATUREZA DE Balsa NOVA
CIRCUITO CAMINHOS DO BUGRE
12 DE DEZEMBRO SAÍDA 9:00

Realização:
Chácara de Eventos Colina do Bugre
EMATER
ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Visite Balsa Nova

Início e chegada:
Pousada Cristal do Horizonte
Estrada Municipal do Tamanduá s/nº

Café 7:30 – R\$12,00 Antecipado (R\$15,00 no dia)
Almoço a partir das 11:00 – R\$35,00
Mediante reserva e pagamento antecipado. (R\$40,00 no dia)

Valores diferenciados para crianças!!!
Reservas até 22 de outubro!

Apoio:
Município de Balsa Nova
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
COMTUR Balsa Nova
REVE TRAF

Informações e inscrições pelos sites:
www.balsanova.caminhadas.info
www.balsanova.pr.gov.br
(41) 3636-1354/3636-8037

Início e chegada:
Chácara de Eventos Colina do Bugre
Estrada dos Minelros km 5

Café 7:30 – R\$5,00 Antecipado (R\$10,00 no dia)
Almoço a partir das 11:30 – R\$30,00
Mediante reserva e pagamento antecipado. (R\$35,00 no dia)

Valores diferenciados para crianças!!!
Reservas até 10 de dezembro

Apoio:
Município de Balsa Nova
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
COMTUR Balsa Nova
REVE TRAF

Informações e inscrições pelos sites:
www.balsanova.caminhadas.info
colinadobugre@gmail.com
(41) 3636-1354/3636-8037

FONTE: facebook.com/visitebalsanova

Outra forma de coletarmos informações foi exercendo o trabalho nos sábados de manhã no Centro de informações turísticas de SLP, onde turistas passavam para obter informações acerca das atividades possíveis de serem realizadas no local.

Essas ações, ao abrirem mão de métodos formais de coleta de dados, tal como a entrevista e questionários, além de permitirem uma aproximação com os atores locais de maneira mais natural, também auxiliou a entender parte da dinâmica política dos pequenos municípios, a compreender quais atores chegavam naquele rural, e consolidar resultados que já tínhamos alcançado em nosso mestrado, como também descartar outros, permitindo afirmar o espaço de SLP como portador de um conjunto de signos buscados e consumidos por grupos sociais urbanos.

No segundo ano, continuei indo a campo, agora sem uma função pública, mas não me colocando enquanto “pesquisador”, mas enquanto membro desse tipo de sociabilidade. Como morador de longa data do meio rural, e vindo de uma família ligada ao campo, foi-me permitido a participação em uma série de eventos, alguns de cunho religioso como cultos, novenas e as festas de igreja, mas também de base social, principalmente os aniversários. Mas para além dos eventos, as visitas cotidianas, ao tomar café e ser apresentado as fotografias antigas que forneciam dados acerca da mudança social de um rural não estático.

O terceiro ano, saímos para o Doutorado Sanduíche e apesar de visitarmos espaços rurais e estruturas turísticas na França, não dá pra afirmar que isso se parece com o ato de “fazer campo”, tais como eu concebo.

Durante o quarto ano, retomo um contato mais maciço ao rural que resido e me lanço a dois outros rurais, exercendo atividade docente, um deles o qual eu tinha morado por 4 meses em 2014 e que tinha me ajudado a resenhar as primeiras impressões para o projeto de doutorado e um rural periurbano de agricultura forte a 10 minutos do centro de Curitiba/PR. O primeiro deles, o distrito de São Silvestre no município de Campo Largo/PR, nos fazia compreender, embora com verosimilhanças, uma realidade diferente tanto daquela a qual eu morava, quanto daquela de São Luiz do Purunã. Era um rural com outros espaços de sociabilidade, com formas de ajuda mútua ainda presentes, mesmo que relidas na modernidade, com uma menor presença dos eventos tão comuns nos rurais periurbanos que eu conhecia, mas não de todo ausente das chácaras do público urbano, também havia uma maior presença de uma religiosidade sertaneja que pouco se via em outros rurais.

Depois do que foi dito acredito ser importante posicionar os objetivos da pesquisa. ***De maneira geral buscamos refletir sobre dois processos, o primeiro deles se refere ao que tem levado um contingente populacional urbano a ver no rural um potente desinterpretador de riscos, seja pelo lazer, pela opção domiciliar ou pela alimentação. O segundo processo aponta para o que essa escolha tem ocasionado enquanto transformação nos núcleos que recebem essas demandas.***

De maneira mais específica, procuremos atrelar a discussão geral aos seguintes questionamentos: ***o aumento da busca pelo campo tem relação direta com os riscos característicos do nosso tempo? Quais são os segmentos que buscam o rural? Qual o potencial de alteração espacial esse movimento provoca no rural? Como objetivamente podemos observar essas alterações? Qual é o rural produto desse estado de coisas?***

De certa forma, a tese não tratou do que é o rural, mas principalmente de como as pessoas veem o rural.

Dividimos o trabalho em quatro capítulos, situamos cada um deles a seguir.

No primeiro capítulo nos concentramos em algumas descrições narradas no presente e que incidem sobre o rural. Encaminhamos o texto buscando evidenciar que a descrição que classifica o rural enquanto local de refúgio e solucionador de problemas urbanos, vem ganhando força nas últimas décadas, tornando-se uma descrição dominante, principalmente ao encarar o rural enquanto paisagem. Entre as consequências desse olhar, houve uma maior positivação sobre esse espaço provocando uma busca ampla e diversificada, fazendo emergir um padrão híbrido de ruralidade, marcado pela presença de múltiplos atores em busca de múltiplas atividades, agora desenvolvidas no espaço campestre.

Em seguida, no capítulo dois, buscamos desdobrar argumentos acerca das características da vida e da construção da biografia na alta modernidade, e como elas tem relação com o aumento do olhar positivo sobre os espaços rurais. Damos um maior enfoque na ideia de sociedade de risco, mas também utilizamos outras expressões utilizadas por pesquisadores de diferentes áreas. Nosso intuito foi demonstrar que sujeitos submetidos a determinadas situações objetivas de risco, como as relacionadas a crise ecológica, tendem a agir sob pressão, expressando certas ações passíveis de serem generalizadas. Procuramos demonstrar nesse capítulo que essas ações são cada vez mais individualizadas e pensadas como forma de resolver problemas particulares. Apontamos que essas soluções são obtidas através de um consumo mitigador, mas que guardam em conjunto, a capacidade de produção de diferenciação social. Também procuramos esclarecer como se operacionalizam as escolhas desses indivíduos, pacientes de uma coerção

da opinião especialista. Partindo desse quadro, afirmamos que parte dessas escolhas de consumo mitigador e socialmente diferenciador, farão referência ao rural, provocando uma maior pressão e disputa sobre esses espaços. Ainda nesse capítulo, apontamos que a necessidade de lidar com o risco e o consequente aumento da busca pelo rural estão ligados, a priori e a posteriori, ao surgimento de uma cultura internacional ambiental, evidenciando os ecos globais do consumo verde. Dessa maneira, a necessidade de desinterpretar os riscos passou a encontrar na indústria cultural um sem número de objetos que – depois da chancela dos especialistas – representam a natureza, a salubridade, o idílico, o silêncio e que ajudam a positivar o rural e proporcionar mitigação e distinção aos indivíduos. Esses objetos apresentam uma certa uniformidade na modernidade contemporânea, fazendo com que o rural para certos segmentos guarde representações semelhantes, mesmo quando geograficamente afastados.

No terceiro capítulo, buscamos de forma mais direta, mostrar os diferentes impactos no meio rural brasileiro, fruto de sua transformação em produto a ser consumido. Nesse capítulo, buscamos dar mais alguns passos na construção de uma tipologia para o rural, que decorre do processo que esboçamos durante a tese, caracterizado por uma mercantilização do campo e uma consequente cenografização dos espaços rurais.

O quarto capítulo, pode ser compreendido como uma síntese dos quatro capítulos anteriores, no intuito de mostrar maior ligação entre os diferentes aspectos que foram discutidos durante a tese.

Na conclusão, retomamos as questões mais importantes discutidas, assim como, nossos objetivos e perguntas lançadas nessa introdução, buscando respondê-las de maneira a tornar o trabalho mais claro em seus objetivos principais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Estudar o rural consiste em compreender como é utilizado o espaço pelos indivíduos que o ocupam e quais são as características que o diferenciam do contorno. A utilização do espaço rural, o modo de ver e interpretar a vida dos seus

habitantes, a inserção desses na sociedade global, a presença da natureza e sua (re)valorização nas últimas décadas, são temas recorrentes e produtos de muitos olhares interpretativos, nossa tese nasce no intuito de dar uma contribuição a esse debate.

É possível que nossa pesquisa corra o risco de amplificar de forma desmedida o objeto de análise, já que buscamos uma relação das transformações globais – muitas delas mais relacionadas a economias desenvolvidas – com desdobramentos nos níveis locais do rural brasileiro. Talvez pareça arriscada à medida que colocou o nível local como engrenagem importante dentro dessa mecânica.

Mas não conseguiríamos fazer de outra maneira em um tempo onde um turista japonês se hospeda em uma pequena ilha de pescadores no litoral paranaense, um estudante brasileiro de baixa renda pode ir parar numa grande universidade inglesa ou um holandês vai concluir seu curso universitário num hostel chileno. Não poderíamos dar continuidade a nossa tese sem buscar entender as múltiplas e complexas relações que são processadas na modernidade contemporânea. Seria ignorar Wright Mills, que definia como imaginação sociológica

a capacidade de passar de uma perspectiva a outra – da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica para a estrutura militar, de considerações de uma indústria petrolífera para estudos da poesia contemporânea (1972, p. 13).

Se estabelecemos relações entre uma demanda global pela busca resolutiva e afastamento do risco, com o aumento da pressão sobre o rural, não é porque ela não existia, ou porque torturamos dados e realidades para chegar a um contexto teórico que nos agradasse, mas porque essas realidades existem e não raras vezes passam despercebidas pelo excesso de frequência com que existem.

Nossa tese se concentrou em perceber a partir de olhares diversos e resultados de diferentes pesquisas – algumas nossas – as transformações do rural nas últimas décadas, que levaram a consolidação de um padrão de ruralidade

marcada pela presença de múltiplos atores, com diferentes perspectivas sobre o rural e seu espaço.

Para nossa tese, quatro categorias foram de suma importância: mundo rural, ruralidades, descrições sobre o rural e padrões de ruralidade. A seguir falaremos um pouco sobre cada uma delas, e como se operacionalizam diante da realidade social.

Mundo rural

A pergunta “O que é o rural?” tem sido fruto de acalorados debates, polêmicas e uma indagação constante entre sociólogos, geógrafos e outros teóricos de disciplinas que se aproximam dos estudos rurais. Como é de se esperar, não há consenso na resposta. No Brasil a falta de equilíbrio reside em três principais questões: a defasagem entre definições jurídicas e realidade social (problemas nas definições de rural pelos órgãos oficiais como o IBGE e sua disparidade da realidade objetiva)⁵, a diversidade do espaço geográfico (processos de desenvolvimento regional autônomo, marcando grandes disparidades regionais)⁶, e a velocidade de transformação desses espaços na alta modernidade (principalmente a desigualdade no processo e no acesso da retração do tempo-espaço).

Considerando esse quadro, torna-se importante definirmos como entendemos o rural. A nós, e nesse trabalho, o rural pode ser definido da seguinte forma: espaço de baixa densidade populacional, com forte presença do elemento natural e autodefinição de rural pelos ocupantes desse espaço, o rural também é, impreterivelmente, um espaço ocupado por pessoas que deixam de maneira específica suas marcas biográficas na realidade social.

Historicamente já tivemos o rural como sinônimo de relações sociais mais densas e menos fracionadas, nos parece que isso já não é mais uma realidade indubitável, também já foi feita uma relação direta e inquestionável entre rural e agricultura, mas ainda que a esfera da produção agrícola continue sendo uma importante engrenagem econômica do meio rural, não podemos mais definir o rural

5 Temas já discutidos por José Eli da Veiga em *Cidades Imaginárias*.

6 Fatores discutidos por Milton Santos em *A urbanização brasileira*.

por ela, e mesmo que seja improvável rurais sem nenhuma imagem do agrícola, não é impossível.

Diferente de algumas interpretações atuais, para nós o rural é espaço físico e social, geograficamente ancorado, com diferenças bastante específicas em relação ao urbano e, ainda que com fronteiras borradas, de fácil identificação. Acreditamos que ao desprender o rural de sua ancoragem física enquanto campo, opera-se um processo de decantação que corre o risco de se perder numa visão excessivamente relativista, onde o ato de rememorar o rural em lugares de memória, postos nos grandes centros urbanos, tivesse algo de realmente rural para além dos ornamentos e da lembrança, de uma nostalgia “o mundo que perdemos”, essa desancoragem também carrega em si uma baixa capacidade analítica para a sociologia rural, pois se perde na dinâmica urbana, não no sentido protecionista, mas ao tratar ruralidades como coisas soltas, que remetem a um espaço mas podem estar em todo e qualquer lugar. A nós está claro a necessidade em ancorar nossas análises novamente no rural, o tratando enquanto espaço físico e reconhecível, o encontrando nas nomenclaturas de campestre, campo, meio ou zona rural.

Em nossa concepção de rural também encontra-se o dinamismo, visível pelas transformações cada vez mais verticais desses espaços, que assim como a cidade, podem mudar de significado para as pessoas.

Da mesma maneira que a cidade, o rural cada vez mais guarda uma grande quantidade de gradientes, que se divergem, se questionam e se contradizem. A natureza presente no rural pode ser feita de vastas florestas nativas ou de problemáticos reflorestamentos de *pinus eliott*, a agricultura pode ser a monocultura da soja ligada ao agronegócio, ou pode ser um mosaico de agricultores familiares que fazem uma complexa policultura, ou ainda, pequenas roças e hortas feitas “pro gasto”, com ou sem inserção no mercado de alimentos, realizadas por camponeses e populações tradicionais. As relações sociais podem ser densas quando ocupadas por várias gerações das mesmas famílias, mas podem ser desconexas ou quase inexistentes naqueles rurais ocupados quase que exclusivamente pela função de lazer e da vilegiatura.

Ainda que espaço complexo, devemos sobrepor a dificuldade em definir o que é o rural, pois ter dificuldade para definir o rural criaria um problema enorme para a associação de trabalhadores rurais sem-terra, ou para as associações de turismo rural, ao mesmo tempo para os extensionistas rurais das empresas estatais – que como quase todo mundo, também não levam em conta a definição legal do que é o rural – ao procurarem onde iriam nos seus dias de campo. Por último, mas não menos importante, a dificuldade em saber onde estaria o rural, traria um razoável problema para aqueles sociólogos rurais que não tem como pauta de discussão a pertinência (ou falta dela) da dicotomia rural e urbano.

Sobre isso, devemos considerar que a sociologia trabalha com aquilo que não é único, mas que acontece e atinge uma grande parte do tecido social, nesse sentido, acredito ser mais necessário buscar as padronizações que aparecem na relação dos atores sociais com o rural, do que definir o rural de maneira precisa. Penso ter sido essa a proposta de Alfio Brandenbug ao falar sobre padrões de ruralidade. Na série de trabalhos baseados em estudos empíricos e publicados no livro “Mundo rural e ruralidades”, várias qualidades do rural foram passíveis de agrupamento e identificação de padrões. Padrões que não necessariamente se encontram apartados no tempo e no espaço, podendo se encontrar sobrepostos, inclusive mantendo interferências mútuas.

Vanda Aparecida da Silva e Renato Miguel do Carmo afirmam que o “rural é uma realidade, não por mera teimosia, mas porque interpela recorrentemente as nossas observações e percursos científicos” (2013, p. 8).

A opção por uma definição mais clássica, simples e ancorada na fala dos atores (rural enquanto local de baixa densidade populacional, maior presença do elemento natural e autodefinição de rural pelos atores que ocupam o espaço), nos parece ainda viável, a medida que a baixa densidade populacional e a maior presença do elemento natural são aspectos que guardam um forte sentido semântico, aspectos constantes nas definições do rural ao longo do tempo, são características dotadas de sentido. Ao ser definido em oposição a cidade, são esses caracteres (menor densidade populacional e maior presença da natureza) que são

valorizados no rural, opondo este ao urbano, este último cada vez mais destituído destes aspectos.

Para Renato Miguel do Carmo

apesar das reformulações conceptuais, podemos dizer que o significado sociológico da oposição rural-urbano foi persistindo até os dias de hoje no debate teórico das ciências sociais. Anunciou-se a morte do rural, mas também o seu renascimento, enfatizou-se a dominação da urbanização, ao mesmo tempo que se detectavam extensões da ruralidade no espaço urbano. Na verdade, os consensos foram sempre provisórios e limitados a um dado espaço-tempo histórico (2009, p. 255).

Ruralidades

Temos um mundo rural, mas diferenças de usos e ocupações desses espaços, temos então diferentes ruralidades. O sufixo (i)dade, indica situação, estado ou qualidade. Partindo disso, poderíamos definir ruralidade como qualidade do que é rural. Assim, se tivéssemos um rural homogêneo e um diagnóstico preciso e inquestionável sobre a totalidade do mundo rural, talvez pudéssemos definir apenas uma ruralidade. Contudo, o mundo rural é complexo, formado de maneira heterogênea por paisagens, pessoas e histórias. Local de onde incidem variadas formas de discursos, narrativas e imaginários.

Entendemos aqui que ruralidade deve ser definida a partir dos atores que lhe dão forma e clareza, nesse sentido os padrões de ruralidade, surgem a partir da ação do indivíduo, da busca e das relações que diferentes grupos sociais, produzem na interação para com o rural. A ruralidade existe a medida que os atores significam o rural. Se a natureza pode existir sem interferência humana, a ruralidade tem como condição básica a ação dos agentes.

Poderíamos então nos perguntar: O que qualifica o mundo rural hoje? Quais são as ruralidades do atual rural brasileiro? E o que encontraríamos seriam respostas diversas sobre o rural, ancorados em uma heterogênea realidade objetiva e subjetiva desses espaços.

Pois dado a polissemia do termo ruralidade, ela acaba por abarcar e se enquadrar em uma paleta muito ampla de possibilidades de uso, muitas vezes aparecendo sem uma definição clara. Optamos pela definição presente na já citada

coletânea de textos “Mundo rural e ruralidades” organizadas por Alfio Brandenburg. Nessa publicação o conceito de ruralidade aparece como sinônimo de heterogeneidades do rural, onde o “mundo rural compreende um conjunto de ruralidades que lhe conferem o sentido da existência social, sendo diferenciado de um mundo urbano-industrial” (2018, p. 16). Ainda para esse autor,

As ruralidades são espaços sociais, delimitados pela forma de produzir e diferenciados por dinâmicas interativas de atores individuais e coletivos e se distinguem qualitativamente nas formas intersubjetiva, cognitiva e temporal. São espaços de atores de diferentes aspirações, sonhos e projetos de vida e delimitadores de projetos sociais disputados politicamente (2018, p. 16)

Baseado em diferentes estudos empíricos, essa coletânea, mostrou um mundo rural “formado por ruralidades de configurações múltiplas: como um caleidoscópio”. Temos então, um mundo rural e múltiplas ruralidades. Sobre essas duas categorias, se impõem e se retroalimentam diferentes descrições acerca do uso e concepção do espaço rural.

As descrições sobre o rural

A representação do rural se apresenta múltipla a depender de que grupo esse olhar parte, como diria Yi-Fu Tuan (2012, p. 21) “duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente”, para alguns o rural é isso, para outros o rural é aquilo, ao produto desse olhar é que se define um contorno amplo para o rural. A representação vencedora, que se torna hegemônica e predomina dentro de um campo é capaz de firmar um contorno mais visível, que estará presente enquanto imagem na mente de uma grande quantidade de pessoas.

Ainda que a representação do rural, seja no limite individual, nos interessa perceber como que certas características se apresentam como uma representação ampla, aceita e reproduzida por mais de um indivíduo, por coletividades. Para Joel Candau

Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão (2012, p. 24)

Assim também acontece com o rural, pois certas descrições acabam por formar – embora muitas vezes fictícia –, certa homogeneidade cultural, a medida que realçam certos elementos e obscurecem outros, questões essa que são produto da eficiência no partilhamento de visões sobre o rural.

Sendo assim, existem para o rural um sem número de descrições que incidem sobre esse espaço e que dão contorno a ele, nesse sentido, é importante entendermos como certas interpretações e visões sobre o rural passam a serem hegemônicas.

Ao tempo que a sociedade se transforma, olhares, posições e paisagens também são alteradas, poderíamos dizer que a visão sobre o rural se dinamiza ao tempo que se dinamiza a cultura da sociedade como um todo, principalmente das relações estabelecidas entre cultura local e cultura global. Mesmo que muitas formas de uso desse espaço estivessem presentes ao longo do tempo, nem sempre foram hegemônicas, mas foram aos poucos ganhando espaço dentro de um cenário objetivo que facilitava a valorização de determinadas características.

Se pensarmos com Sérgio Buarque de Holanda que nos falou sobre o Brasil sendo uma civilização de raízes rurais, onde os grandes proprietários detinham o poder político e econômico na sociedade, podemos inferir que as preferências pelo uso agriculturável do solo enquanto maior riqueza, do ponto de vista produtivo, era mais fácil e operacionalizada, entretanto, de forma concomitante, existiam já outras formas de olhar para o rural, por exemplo, com os indígenas que tinham junto a natureza um olhar mais integrado aos aspectos religiosos, que inclusive mais tarde, serão alavancados em uma visão mais positiva e sinérgica sobre o campo e a natureza.

Concebemos então, que a definição de uso, pra que serve, e do que significa o rural depende do sucesso de compartilhamento de determinadas descrições e difusão mais valorativa de certos elementos, pelo menos em nível de discurso, entre

diferentes atores, essas descrições se impõem sobre o espaço rural e acabam por definir os usos do rural e também sua significação simbólica.

Temos então, descrições sobre o rural, que disputam a primazia em definir esses espaços. Como já dissemos, para que sejam efetivas na intenção de definir os usos que ocorrem nesse espaço, elas precisam não estar apenas no plano individual, mas no plano coletivo.

A passagem do plano individual para o plano coletivo ocorre através da capacidade de produção do senso comum. Nesse sentido o que nos interessa não é apenas o lado visível dessas descrições, mas sim o porquê e como se opera essa atuação do ator ou dos atores no intuito de “produção do senso comum”⁷.

Os investimentos relacionados a produção do senso comum quando bem-sucedidos dão conta da criação de uma descrição ampla acerca de como é entendido e pensado o rural, ainda que poucas vezes consistam em uma ação consciente, terão êxito dependendo do espaço social que o ator pertence e que posição ocupa, assim como, qual o volume de capitais que possui⁸.

7 Para Bourdieu essa “atuação” nem sempre seria resultado do cálculo consciente, mas produto da introjeção de valores objetivos no indivíduo que possibilitam um repertório de ações possíveis de serem realizados em um espaço social ou campo. A isso Bourdieu chamou de *habitus* como sentido de jogo, uma rede de “esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam, seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem” (BOURDIEU, 2008, p. 143). Na concepção bourdieusiana o *habitus* estrutura “tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 144). Nesse jogo reside o que Bourdieu chamou de *illusio* (libido ou investimento), produto da “relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 2008, p. 139). A *illusio* enquanto condição e “produto do funcionamento do campo” seria o investimento na luta por determinados espaços. As disputas internas do espaço social são responsáveis pelo posicionamento ou reposicionamento dos atores, a partir da ação de diferentes estratégias adotadas por ator ou grupo de atores em busca do monopólio na produção do senso comum. Nesse sentido está a importância do conhecimento e reconhecimento dos volumes de capital simbólico em jogo. Portanto, tanto a apropriação quanto a produção do senso comum são importantes e não se excluem. A apropriação do senso comum assegura ao ator ou grupo de atores um “poder sobre o grupo, o qual, por definição, se reconhece nesse senso comum” (BOURDIEU; 2009, p. 137), fazendo com que a disputa para a produção do senso comum seja motivo para as lutas internas do espaço social. As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido. Assim, os títulos de nobreza, bem como os títulos escolares, representam autênticos títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento. (BOURDIEU; 2009, p. 163)

8 Sobre o capital simbólico, para Pierre Bourdieu o capital simbólico seria “qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado”. (2008, p. 149)

Esses capitais para terem maior eficiência devem ser percebidos por indivíduos que “conhecem e reconhecem na prática (que incorporaram), um princípio de diferenciação, que lhes permite reconhecer todas essas diferenças e atribuir-lhes valor” (BOURDIEU, 2008, p. 150). Exemplo, um capital simbólico reconhecido pode ser responsável pela maior aceitação de determinada descrição sobre o rural, passando a ser observável no discurso dos atores e potencializada nas representações factuais, como na alteração da paisagem, na arquitetura, e na própria intervenção governamental levada pelo favorecimento a determinados grupos que detêm maior poder de convencimento frente ao poder público.

Em nossa abordagem, a eficiência descritiva acerca de estabelecer o que seria e pra que serviria o rural está voltada principalmente para dois pontos de percepção (1) a semelhança do habitus entre os atores de determinado grupo social e (2) o êxito numa batalha interna no espaço social que colocaria em jogo os volumes de capital simbólico dos atores envolvidos, que investem esses capitais fazendo uso de diferentes estratégias (*illusio*) na busca da ocupação de determinados lugares no espaço social.

Assim, o rural, sendo palco de diferentes interesses comporta lutas pela definição do uso do espaço, pela produção do senso comum e pelo uso da paisagem. Esse espaço de jogo, determina a formação de diferentes características do espaço rural, acentuando a presença de diferentes ruralidades.

Padrões de ruralidade

A relação das três categorias citadas evocam a existência de processos provocados por dinâmicas específicas, embora muitas vezes situadas no mesmo espaço, aquilo que Brandenburg chamou de padrões de ruralidades, que pode ser definido por dinâmicas comuns levadas a cabo por vários atores. Esses padrões, são diferenciados entre si, por processos e perspectivas que atribuem usos diferentes ao rural, embora muitas vezes aja tentativa de acomodação de características de diferentes padrões, também ocorrem conflitos acerca das diferentes descrições sobre o rural. Nossa discussão tenciona demonstrar um

desses processos, sobretudo marcado por uma artificialização do espaço rural, inserido em um padrão híbrido de ruralidade.

Sendo assim, nossa pesquisa consistiu na articulação das categorias citadas. Categorias essas que foram pensadas a partir de diferentes olhares e que serviram como subsídios na compreensão do mundo rural e dos seus aspectos mais valorizados na alta modernidade.

1 TRÊS DESCRIÇÕES SOBRE O RURAL BRASILEIRO

... quanto mais perto dois lugares estiverem um do outro, mais extensivos serão os contatos existentes entre eles, e quanto maior a diferença nas oportunidades entre os dois lugares, mais intenso será o fluxo de migrantes entre eles. Quanto ao indivíduo, a probabilidade de que migrara para um determinado lugar (ou que migrara de qualquer maneira) depende do ajustamento entre suas necessidades ou qualificações e as oportunidades disponíveis naquele lugar, das vias de comunicação que tem com o lugar e os vínculos ou investimentos que tem em sua situação atual. (TILLY, 1972, p. 166-167)

O que faremos nesse primeiro capítulo é estabelecer um breve balanço sobre o rural pós 1950, suas transformações, usos e contornos mais evidentes, e como se posicionaram os atores frente as particularidades desses espaços. Ao final buscaremos tornar claro que desde o final do século XX, há a emergência de um padrão de ruralidade marcado por “atividades múltiplas e principalmente pelo consumo de um ambiente verde”, o qual Brandenburg vai chamar de uma ruralidade hibridizada, que vai se desenhando marcado pela chegada das classes urbanas nesses espaços.

Entretanto, antes de tudo, devemos ter em mente que a configuração do rural perante a sociedade, sofre variações a depender da imagem significativa que transmite e que lhe é atribuída pela e para a sociedade que o engloba. Para Sonia Regina de Mendonça as relações entre campo-cidade

deram origem a variados sistemas de representação e valores, tão distintos quanto expressivos. O significativo campo e seus múltiplos significados, costumam ser associados a formas de vida social consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência. Por outro lado, o segundo termo do binômio, e seus corolários, é vinculado a ideia de centros de empreendimento, saber ou progresso. De igual forma, tem-se combinado importantes associações negativas ora a um, ora a outro: a cidade como espaço do egoísmo, da competitividade, da ambição; o campo como lugar do atraso, da ignorância, da rotina. (1997, p. 09)

Sendo assim, podemos afirmar que as descrições e o decorrente contorno cultural do rural estará vinculada as transformações específicas de cada sociedade, fruto de dinâmicas internas e também de transformações mais amplas. Essas transformações podem variar em um gradiente valorativo, ainda que nunca de forma

absoluta, por exemplo, de modo geral o rural francês pós maio de 1968 passou a ter uma visão mais positiva, já o rural brasileiro por muito tempo significou a precariedade e a exploração trabalhista, ou seja, a maneira com que a sociedade englobante olha para o rural sempre é produto de um contexto histórico e de dinâmicas sociais específicas.

É do conjunto de muitas variáveis que surge uma visão mais ampla, um contorno do mundo rural. Rural que sofre diferentes interpretações, sendo definido e moldado por determinados grupos que em certos momentos tiveram prevalência na produção do senso comum, promovendo com sua descrição uma focalização e homogeneização da imagem do rural.

Em um olhar amplo, veremos que o rural já foi interpretado e descrito de diferentes formas, em lente aberta já teve valor como fornecedor (de matérias-primas e de mão de obra) e produtor (com a expansão da fronteira agrícola e o agronegócio), assim como, já foi definido como local do atraso e da precariedade.

Em tempos mais recentes, de maiores complexidades sociais, inclusive decorrente da maior potência de vocalização de grupos até então com pouco poder de voz na sociedade, ganharam força outros modos de ver o rural, configurando um conjunto de descrições que traziam a imagem de um rural cada vez mais heterogêneo.

O aumento da complexidade está ligado ao fato de que algumas descrições se sobressaíram a outras, impactando as maneiras de uso do rural. Poderíamos afirmar que muitas visões acerca desse espaço, surgiram de embricamentos e acomodações entre as diferentes descrições.

Por exemplo, quando observamos os primeiros estudos sociológicos, vemos que ainda que o cerne das questões principais orbite um rural produtivo, existem – ainda que tímidas – nuances de um rural de importância subjetiva, menos produtivos na concretude da agricultura, mas tão utilitarista quanto no salvamento do indivíduo urbano, aspectos de um campo que vai ganhar força e formar o contorno cultural rural visto pela sociedade do século XXI, uma espécie de descrição vencedora sobre o rural.

Para melhor compreender essas questões, pensamos ser necessário esboçar um breve histórico dos principais olhares presentes na atualidade sobre o rural e da relação existente entre campo e cidade.

Antes de tudo, é necessário dizer que compreendemos a questão campo cidade como categorias relacionais, e nunca absolutas. Que ao longo da história brasileira sofreram transformações profundas na relação de um para com outro. Se por um lado concebidas no seio de um país de riqueza tanto cultural, quanto natural, somadas a nossa formidável formação étnica, produto do encontro de diferentes, também somos fruto de todo um contexto socioeconômico nada honroso, de país atrasado, oligárquico, escravocrata e cheio de outras arestas históricas mal resolvidas.

Buscando evitar uma longa digressão, daremos foco para os desdobramentos a partir da década de 1950, quando já está consolidada uma clara separação hierárquica entre campo e cidade (SANTOS, 2009). Nesse período, a cidade passa a ter posição não mais periférica, tornando-se dominante em relação ao campo (QUEIROZ, 1979), ainda que sempre tenha existido um cerne de complementaridade, já que cada polo da relação apresenta soluções para os problemas do outro polo.

No cenário brasileiro pós 1950, de maneira geral, o rural foi descrito em meio ao processo de modernização do campo, sendo focalizado tanto como um espaço produtivo, como um espaço de atraso e precariedade. Já no final do século XX, em um contexto de alta modernidade e ascensão de uma sociedade de risco, ganha força um rural pós-produtivista, não porque deixou completamente a produção e o fornecimento de produtos vindos da agricultura, mas porque passou a ser um receptáculo de novas demandas para além desta.

A ascensão de um rural pós-produtivista foi possibilitada no contexto da modernidade contemporânea, numa visão que privilegiava aqueles valores em grande parte prejudicados pelo discurso de uma dominação extrativa e produtiva do campo. Esse momento, inserido numa sociedade de capitalismo avançado e de acentuado consumo é o que vai trazer o conjunto rural – tanto subjetivo como

objetivo – como local capaz de fornecer inúmeros produtos necessários para a vida na alta modernidade.

Com a verticalização dos riscos, próprios da alta modernidade, a imagem do rural se alternou e certos aspectos foram mais focalizados que outros. Se a descrição que colocava o rural enquanto antídoto dos problemas urbanos não é nova, nas últimas décadas a progressividade da associação entre o risco e o ambiente urbano, fez com que o rural enquanto espaço de uma melhor qualidade de vida ganhasse capilaridade.

Nos tópicos seguintes, veremos essas transformações do rural e principalmente as formas como esse espaço é visto e descrito pela sociedade que o engloba. Buscaremos mostrar como essas modificações são frutos de transformações amplas e de disputas descritivas.

Deve ficar claro, que as três descrições que elencamos a seguir (que podem ser resumidas em agrícola, atraso e natureza), existiam de forma concomitante desde a década de 1950, possivelmente até antes disso. O que pretendemos é evidenciar que essas descrições, ora ganham, ora perdem espaço a depender de uma série de fatores, fazendo com que agrícola, atraso e natureza, sejam aspectos do campo que foram enaltecidos ou esmaecidos, a depender da força empregada nessas formas de ver e descrever o rural.

Em nossa descrição, optamos por não estabelecer uma calendarização dos processos, e a fluidez que sobressai por não termos optado por uma cronologia fechada, se dá pelo fato que as descrições sobre o rural saem do presente e se lançam em direção ao passado. Ainda que fruto do presente, são ancorados em um passado, as vezes fictício. Nem sempre há maneiras claras de definir se essas narrativas realmente eram expressas no mesmo momento onde estão ancorados os objetos que hoje são responsabilizados por elas⁹.

De todo modo, o intuito central não é situar onde, quando e como surgem essas representações do campo, nosso objetivo é mostrar que elas existem hoje. E ainda que tenhamos buscado ancorar essas descrições, foi como forma de

9 Para ficar em apenas um exemplo, ainda não nos é claro se o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, cria uma descrição do caipira que se torna hegemônica, se amplia a capacidade de uma descrição já existente, ou se consolida no presente uma descrição ancorada no passado.

evidenciar momentos de fortalecimento ou esmaecimento dessas representações, mas entendemos que elas podem ser questionáveis acerca do ponto de surgimento, contudo, isso não oferece perigo ao fato que atualmente essas descrições estejam – inquestionavelmente – presentes.

1. 1 ATRASO, AGRICULTURA E NATUREZA¹⁰

Há uma crônica de 1913 escrita por Nestor Vitor, na qual ele descreve a subida de trem pela Serra do Mar no Paraná, em direção a Curitiba. Ao adentrar a capital, Nestor Vitor nos diz

Um céu de seda, de que vão emergindo ainda poucas, mas grandes estrelas diamantinas, pompeia em curva imensa, como que nos dando a ideia de que vamos entrar numa terra de sonho. O ar, vívido e fino, completa essa feliz impressão, e no inconsciente do nosso ser agita-se todo um mundo de virtualidades risonhas. Parece querer acordar-se em nós uma nova alma, com uma visão em que há muito mais segurança, muito mais otimismo pela vida. Soerguem-nos felizes pressentimentos; vagas, mas doiradas perspectivas, que se nos abrem diante dos olhos da imaginativa, dão-nos aguda impaciência de pisar desde logo o solo destas plagas. Tem-se a impressão nítida de que é este, em verdade, o jovem Brasil, cujo entusiástico aspirar, cuja firme confiança no destino, cuja certeza das suas possibilidades representam as indomináveis forças propulsoras com que fazemos frente ao porvir na fase de atividade intensiva para que todo o nosso continente se prepara. (1995, p. 95)

Muitos séculos antes da entusiástica descrição de Nestor Vitor, corria o famoso provérbio medieval alemão “stadtluft macht frei”¹¹, que apontava para uma vida melhor na cidade, livre das amarras feudais que tornavam a vida – sob todos os pontos de vista – pouco móvel.

Em muitas ocasiões, a cidade não foi só vista como local de maiores e melhores oportunidades, mas também como local de maiores privilégios, onde seus membros tinham certo desdém para com os habitantes do campo. Em conto de

10 Essas não são as únicas descrições, existem várias outras que foram produzidas ao longo do tempo, poderíamos citar uma descrição que concebe o rural como suporte ambiental em um mundo cada vez mais problemático do ponto de vista das crises ecológicas, também poderíamos citar o rural dos movimentos sociais do campo, que o ressignificam na relação direta com a terra. Contudo, a nosso ver as três descrições citadas, foram as que se tomaram mais amplas e hegemônicas, levando grande parte dos atores a verem o rural ora como produção agrícola, ora como espaço de atraso e precariedade, ora como espaço de uma paisagem idílica e bucólica.

11 O ar da cidade liberta;

1925, um dos personagens do curitibano Jayme Ballão mostra um aspecto interessante sobre a visão que “a cidade” tem do caboclo

Pedro, com um aspecto de vencido, com a tristeza do humilhado, choramingava, olhos dilatados na bruma lacrimal:
— O caboclo aqui é como negro na América: o brasileiro da cidade não o suporta! O governo concentra-se na capital, mas a miséria, alastra-se! (1995, p.22).

Para muitos membros da sociedade brasileira, foi essa visão que tangenciou a vida no início da segunda metade do século XX, quando o êxodo rural se acelerou¹². Embora, com o passar do tempo, aos poucos e para determinados membros da sociedade, se tornou mais justo afirmar que agora é o “ar do campo que liberta”.

Antônio Carneiro Leão, demonstrava e problematizava essas diferentes descrições sobre o rural em seu livro *Fundamentos de Sociologia*

É muito comum ouvirmos elogios ao meio rural. Livros inúmeros se tem escrito cantando a salubridade, os encantos da vida rural, as facilidades de vida da fazenda, a fartura da alimentação, a frescura e a pureza da água no campo. Por outro lado, quantas vezes não se leem críticas a cidade, à sua falta de higiene, à sua ação dissolvente sobre o homem no ponto de vista moral! Há uma literatura cuja preocupação é o rumo ao campo, ao retorno a terra, pretendendo solver vários problemas de natureza sanitária e, sobretudo, de natureza econômica e social, apenas com o abandono da cidade... Evidentemente, o campo tem elementos de primeira ordem: ar livre, facilidade, sobretudo em certas zonas, abundantes em produtos vegetais e animais, como verduras e frutas, leite, manteiga, queijo, etc. Mas tais sejam as condições de habitação, de alimentação, de vestuário, de regime de trabalho da população nas zonas rurais, e a vida pode ser ali até anti-higiênica e prejudicial. O fato de viver em zona rural não quer dizer viver sadiamente (1963, p. 69)

Com esses aleatórios fragmentos queremos ilustrar que as visões sobre o rural nunca foram absolutas, mas aconteceram desigualmente no tempo e no espaço, além do que guardam em seu discurso o posicionamento do ator, e do grupo social pelas quais transitam certas descrições.

12 Embora a saída do campo continue sendo uma realidade para muitos desafortunados e excluídos dos processos econômicos nacionais.

1.1.1 O rural como atraso

No caso brasileiro, é sobretudo na primeira metade do século XX com o processo de industrialização que o urbano estabelece uma maior distância social para com o rural. Para Milton Santos, na década de 1940 se desenha a imposição das dinâmicas urbanas ao conjunto do território, somado ao processo de industrialização como ativador do processo de urbanização (2009, p. 27-30).

Esse cenário vai provocar diferentes mudanças no meio rural, sendo a questão laboral afetada de modo mais intenso. Muitas profissões que remetem a não mais que um século foram suprimidas por não mais corresponderem às demandas do novo sistema econômico, sendo substituídas por tecnologias mais ajustadas ao aumento da velocidade decorrente da industrialização.

No vórtice de mudanças estava a economia de mercado, caracterizada pela retração espacial e temporal, e pelo processo de modernização do campo, trazendo novos comportamentos onde até então o dinheiro aparecia com menos frequência e vigorava outras formas de trabalho e sobrevivência, tangentes a formas propriamente capitalistas.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (2009, p. 64), muitas formas de reprodução do campesinato brasileiro que podem ser observadas por quase todo território nacional, principalmente no que se refere as formas de trabalho e ajuda mútua, que se configuraram como uma forma de sobrevivência para um grande contingente populacional – ainda que nunca tenham evoluído ao ponto de se inserirem numa economia de mercado –, começam a perder força nesse período.

Escrevendo na década de 1950, Antonio Candido (2003, p. 274) mostra um panorama da situação que se desenhava

a conservação de traços aparece pois como fator de defesa grupal e cultural, representando o aspecto de permanência. A incorporação dos novos traços representa a mudança. A situação de crise no agrupamento pesquisado deriva do fato de não se observar nele estabilização, ou perspectiva de estabilização imediata dos dois processos, verificando-se uma perda de traços, relativamente maior do que a aquisição compensadora de outros. Assim, por exemplo, a solidariedade vicinal decai e se comercializa – mas a situação do parceiro e do pequeno sitiante não lhes permite dispensá-la. A indústria doméstica se atrofia – mas o poder aquisitivo não comporta a sua substituição satisfatória pelos produtos manufaturados. Os velhos

utensílios e instrumentos são desprezados – mas os novos não se tornam acessíveis. Os grupos e os indivíduos vão se desprendendo da absorção do meio imediato – mas não tem elementos para promover de maneira adequada o reajuste a novos meios. A caça e a pesca se reduzem a quase nada como recurso de abastecimento – mas não podem ser substituídas pela alimentação cámea do comércio.

Partindo de Antonio Candido e falando sobre o início da segunda metade do século XX, Maria Isaura Pereira de Queiroz, nos diz

O caboclo não recusa o progresso, pelo contrário; e isso o esmaga. Vivendo num estreito círculo de trocas, percebe a invasão de suas feiras por objetos produzidos industrialmente (para só falar desse fator de desorganização econômica e social, proveniente da civilização urbana, embora existam inúmeros outros) e passa a sentir a necessidade de um excedente de produção que lhe permita adquirir tais utilidades. Tende então a abandonar a policultura, que lhe garantia a subsistência, pelo cultivo de um produto só, cujo preço ouviu dizer que está em alta; deixa de lado o artesanato e todas as outras atividades complementares de sua economia. Não alcança, todavia, o resultado almejado; na feira, os objetos são sempre mais caros do que os cruzeiros que conseguiu ganhar. E, o que é trágico, não colhe mais o necessário para sua subsistência, depende dos cereais vendidos na feira para completar a alimentação; não produz mais os utensílios de que antes se valia nem pode comprar os que são fabricados (2009, p. 64, 65)

Como não acompanharam com velocidade suficiente para responder de forma satisfatória as novas demandas econômicas, parte desses camponeses acabaram buscando uma saída viável para sobrevivência, principalmente de duas maneiras, (1) a ida para cidade e o enfrentamento de todas as adversidades que se impunham ao migrante ou (2) a permanência no campo e a tentativa de sobrevivência num sistema adjacente a lógica de mercado.

Na segunda metade do século XX, não só a urbanização se acelera como é vista como sinal de progresso e desenvolvimento (QUEIROZ, 1978, p. 210), segundo Hespanhol e Hespanhol (2006, p. 135) é “sobretudo, a partir dos anos 1950, em virtude da abertura da economia aos capitais estrangeiros e a consequente expansão das empresas multinacionais no país” que temos uma intensificação dos processos de industrialização e de urbanização. Nesse período acaba se fortalecendo a ideia do rural como sinônimo de atraso e precariedade, descrição que vai se prolongar por muito tempo, existindo até hoje, ainda que cada vez mais residual.

1.1.2 O rural como agricultura

Ainda que a descrição do rural enquanto espaço precário, do atraso e da obsolescência, tenha se mantido e ganhado força desde a década de 1950, vale salientar que uma outra descrição também acaba se consolidando de maneira concomitante, ligada a um processo amplo de transformação do campo, decorrente da mecanização e do uso de insumos químicos, ocorrido com ênfase a partir da década de 1960, marcada pela denominada modernização do campo e pela ideologia da chamada revolução verde.

A revolução verde continha em seu discurso uma ideia de resposta aos problemas econômicos no campo, em que pese a pobreza do ator rural e as obsoletas formas de produção. Para Sérgio Schneider

Esta foi a tônica da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido pela vigência da ideologia da “revolução verde”, que preconizava ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços. No Brasil, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate a seca no Nordeste (2010, p. 512).

É ponto mais ou menos pacífico na literatura sociológica que a revolução verde¹³, ao tempo que ampliou e fortaleceu a produtividade do setor agrícola,

13 Objeto de amplos estudos, a revolução verde, permitiu um aumento vertiginoso da mecanização do campo e crescente uso de insumos químicos, também alterou o debate acerca do uso da terra, principalmente acerca da reforma agrária, que até então, poderia ser concebida – também – como uma questão de modernização capitalista. Sobre a reforma agrária e a modernização capitalista no período militar, vale uma longa citação do historiador Marcos Napolitano, segundo ele “para tentar inserir a terra no projeto geral de modernização capitalista, o governo Castelo propôs o polêmico ‘Estatuto da Terra’ no final de 1964, baseado em três eixos: imposto progressivo (conforme o tamanho da propriedade), desapropriação com indenização e ocupação de terras ociosas. Os setores conservadores reagiram capitaneados pela UDN, por entidades ruralistas e pela imprensa mais ligada aos setores agrários tradicionais como o jornal O Estado de São Paulo, pois, afinal de contas, na sua visão, os interesses agrários eram ‘imexíveis’, mesmo que fossem, ao fim e ao cabo, para desenvolver o capitalismo. Ao final, mesmo descaracterizado em relação ao texto original e pouco aplicado, na prática, o ‘Estatuto’ era um sintoma de que os autoritários reformadores do capitalismo tinham lá suas diferenças com as oligarquias liberais e agraristas. Nos anos 1970, a própria dinâmica econômica inseriu o latifúndio no sistema capitalista, sem reforma agrária e sem traumas para os grandes proprietários. Para os médios e pequenos proprietários, o sistema não era tão benevolente, sempre dependendo de preços mínimos garantidos pelo governo e de empréstimos bancários. Para os trabalhadores do campo, a mecanização (em grande parte determinada pela entrada massiva da soja) e a perspectiva de emprego nas indústrias e serviços

também criou uma série de problemas, principalmente nos segmentos socioeconômicos e ambiental, amplificando a miserabilidade dos atores rurais e aprofundando os problemas ambientais, à vista disso, amplificando a descrição do rural enquanto atraso.

Não temos a intenção de discutir de forma profunda as causas e efeitos desse período, contudo, vale salientar que em grande medida, a modernização da agricultura beneficiou “apenas determinados produtos e produtores” fortalecendo quase que exclusivamente “a monocultura”, além do que, se “concentrou basicamente nas grandes propriedades” (Teixeira, 2005, p. 22 e 36).

A possibilidade de mudança ficou tão aquém desse processo, que a modernização agrícola no Brasil ficou conhecida como modernização conservadora, já que não representou uma mudança quanto a concentração fundiária e os problemas econômicos da população rural, inclusive agravando o quadro da concentração de terras (SILVA e BOTELHO, 2014, p. 97).

Outra marca importante da modernização da agricultura no Brasil foi a forte participação do estado, possível graças a altas taxas de crescimento no período conhecido como “milagre econômico”. Embora, coisa não rara em território brasileiro, o estado interveio em favor daqueles atores que já possuíam certa soma de capitais, mas pouco fez pelo gigantesco contingente populacional do rural, que em muitos casos se viu obrigado a partir para a cidade. Foi nessa década que a apropriada frase do ditador Emílio Garrastazu Médici foi dita “a economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Para Botelho e Silva (2014, p. 117), o êxodo rural, foi um “dos maiores problemas identificados com a modernização agrícola”, o avanço desse êxodo, além de proporcionar uma maior disponibilidade de terras para os grandes proprietários, também ocasionou na outra ponta um aumento vertiginoso de áreas de maior

da cidade fizeram com que milhões de pessoas deixassem o campo e fossem viver nas metrópoles, onde mesmo morando em favelas tinham algum acesso a serviço e bens que lhes eram vedados no campo. Outra opção, estimulada pela ditadura para atenuar as tensões e demandas no campo, era estimular a migração para regiões de fronteira agrícola, como a Amazônia, onde o braço humano, o chamado ‘capital-trabalho’, derrubava as árvores e preparava o caminho para a ‘integração’ e o ‘progresso’. Quando ele vinha, com mineradoras e pecuaristas, quase sempre os primeiros migrantes eram expulsos da terra, tragados pelo sistema de grilagem. A modernização capitalista no Brasil, ao invés de acabar com os velhos problemas sociais no campo, acabou por agravá-los” (2014, p. 71).

fragilidade social. Também foi com a modernização agrícola, que os vínculos mercantis chegaram com mais intensidade no campo, já que até ainda eram observadas outras estratégias econômicas que passavam a largo de uma economia de mercado propriamente dita.

Nesse período, vemos que o ator rural vai ou se beneficiar, por fazer parte de uma elite agrária, de uma excludente modernização do campo ou vai aprofundar ainda mais sua miserabilidade, por ser lançado em uma forma de produção diferente da sua prática até então, ou ainda, vai se lançar no incerto mundo da cidade, onde se produzia uma ideia de melhores condições de vida.

Em muitos casos, a ida para a cidade é a única solução cabível que se apresenta a esses atores. Em Maria Isaura Pereira de Queiroz, umas das autoras que melhor abordou essas dinâmicas, fica nítida as condições pelas quais esses atores estavam submetidos

Com efeito, a falta de escolas e de possibilidades de emprego condena-os a um nível de vida dos mais baixos, quer habitam as favelas urbanas, quer pertençam ao mundo dos trabalhadores rurais, embora a situação da favela urbana seja um bocadinho melhor. A grande maioria dos jovens favelados, nas zonas urbanas e nas zonas rurais, não terão a longo prazo nem possibilidades de alimentação razoável, nem probabilidade de emprego estável em condições simplesmente humanas; seu futuro é, pois a morte lenta na miséria (1978, p. 228)

Nesse quadro, o polo citadino, ilusoriamente passa a oferecer uma melhor condição de vida para atores em situações adversas, por outro lado, o polo campestre, torna-se ativador de um processo de urbanização, seja com o fornecimento de contingente populacional decorrentes do êxodo rural, seja pelo aumento da produtividade das formas de produção de alimentos.

De todo modo, deve ficar claro, que ainda que a revolução verde tenha cooperado para alterações negativas no campo, fortalecendo a visão de um rural atrasado, também consolidou uma descrição do rural enquanto sinônimo de agricultura, a tal modo, que máquinas agrícolas se tornaram emblemas importantes, ilustrando calendários e notícias sobre o espaço rural, tornando-se um pictograma bem representativo do campo brasileiro, além do que, aumentou consideravelmente

a produtividade dessas áreas, fator que também ajudou a consolidar a ideia do campo agrícola.

1.1.3 O rural enquanto natureza

Além dos problemas socioeconômicos causados pela forma de modernização agrícola no Brasil, uma profunda alteração se deu pelos impactos ambientais, decorrentes da expansão da fronteira agrícola sobre matas nativas e do uso indiscriminado de insumos químicos.

Diante dos inúmeros problemas ambientais causados pela revolução verde e do aumento da discussão ecológica em nível mundial, ganhou vulto uma crítica ambiental mais profunda, capaz de suscitar debates na arena política e encontrar ressonância na sociedade como um todo. Nesse contexto o Brasil foi palco de discussões ambientais em nível internacional, a Rio 92 sintetiza o ganho de corpo dessas problemáticas.

As discussões da crise ambiental, soma-se a conseqüente deterioração do ambiente urbano, que em muitos casos passou a representar o mal-estar da civilização, fazendo com que o campo fosse mais valorizado e positivado em suas características opostas as condições citadinas, e conseqüentemente mais buscado, tornando-se um produto demandado por um leque amplo e variado de grupos sociais.

Essa ampliação da presença da imagem positiva do rural na sociedade como um todo pode ser visto pelo crescimento de uma agricultura ligada a um discurso ambiental (que vai de uma perspectiva industrial, de produção verticalizada de orgânicos, até a reorganização de pequenos produtores e movimentos sociais do campo, com o fortalecimento da agroecologia), pelo aumento da segunda residência e pela indústria do turismo.

Sendo assim, se o rural no início da segunda metade do século XX, parece reduzido ao seu aspecto agrícola ou como sinônimo de tudo aquilo que era obsoleto, em um olhar mais atento, enxergamos uma visão – ainda que não hegemônica –

positiva sobre o rural que começa a ganhar força, principalmente após a década de 1960, atingindo seu esplendor no final do século.

Para Anjos e Caldas “tornou-se uma obviedade afirmar que as áreas rurais e os espaços não densamente urbanizados passaram a ser objeto, desde o final do século XX, de crescente revalorização” (2014, p. 386). A partir da segunda metade do século passado, essa visão positivada do rural vai ser ampliada por influência de uma política mais contestatória, inclusive do nascente movimento ecológico na Europa e nos Estados Unidos. Para Alenka Verbole (2002, p. 123) “os novos movimentos e paradigmas ambientalistas enfatizando o retorno a simplicidade e à vida natural, sem dúvida, contribuíram para o fortalecimento do turismo rural no período de 1960 até hoje”.

É essa visão que aos poucos se alastra por grande parte do mundo e que configura o rural como a “antítese da ‘sociedade de consumo’, lugar de uma sociabilidade ‘autêntica’, e de um contato direto com a natureza” (JOLLIVET, 1997, p. 95).

Para Nicole Mathieu, a partir dos anos 1990 emerge uma visão idílica de felicidade do campo, associada a uma imagem positiva da paisagem, em contraposição a cidade “lugar de mal-estar e de violência” (1998, p. 10). Para Marcel Jollivet o rural evolui ao sabor das mudanças materiais da sociedade, sendo agora muito mais positiva, já que ao ser transformado sinônimo de paisagem proporcionou uma maior positividade para si, visto agora como espaço de não problema.

É nesse sentido que a cidade vai se consolidando enquanto local que ainda que comporte vantagens, necessita de válvulas de escape para que a vida seja possível. Em consequência disso o rural se transformou

em um verdadeiro espaço residencial, tanto para os agricultores cada vez mais preocupados com seu estilo de vida, como para os não agricultores que escolheram precisamente o rural para melhorar seu estilo de vida, seja se instalando, seja em adquirir residências para as estadias temporárias ou ainda uma residência secundária¹⁴ (JOLLIVET, 1997, p. 111).

14 Roy, Paquette e Domon (2005), em interessante estudo sobre os neorurais no cantão de Haut-Saint-Laurent, na província do Quebec no Canadá, identificam entre os atores pesquisados, três principais motivações individuais de mudança para o rural, (1) o desejo de ter um maior espaço doméstico e de fuga da sociedade, (2) A intenção de viver em um meio mais “natural”, e (3) O desejo de ter um espaço propício a realização de atividades fora de casa. Já quando questionados sobre quais aspectos tinham chamado atenção deles, antes de adquirirem residência definitiva no local, destacaram-se três características, (1) a privacidade das residências

Segundo Maria José Carneiro

Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90. Entre os seus efeitos destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência (1998, p. 56)

A partir da verificação desses processos, diversos teóricos começaram a perceber a fragilidade de uma ideia bastante presente naquele momento, a de “fim do rural”. Segundo Ângela Duarte Ferreira, principalmente a partir da década de 1990, proliferaram estudos que davam conta de processos que na prática faziam frente a uma literatura hegemônica, que ao observar os processos de urbanização e industrialização vinha “profetizando” o fim do rural. Para essa autora “o fundamento dessa nova visão residia no fato de que, em diversos países, registravam-se processos de recomposição dos espaços rurais (retomada do crescimento demográfico, diversificação ocupacional, aumento na oferta de trabalho etc)” (2002, p. 30). Anjos e Caldas colocam que “nas duas últimas décadas, constrói-se uma imagem idílica e divinizada do rural, sobretudo no âmbito dos países integrantes da União Europeia” (2014, p. 385).

e a baixa densidade populacional, (2) a forte presença do espaço verde e de uma “reserva natural” e (3) a possibilidade de cultivo do solo e de criação de animais. No estudo de Roy, Paquette e Domon (2005), também foi citado pelos atores entrevistados, que serviu de peso na escolha, a ausência de desenvolvimento turístico acentuado na região, ainda se destacaram nas falas, a vista do horizonte e a cobertura vegetal. Para os autores “Plusieurs indices suggèrent que la majorité de ces néoruraux s’intéressent à l’environnement. Pour ces amateurs de la nature, les arbres, notamment, revêtent une importance particulière. S’il est vrai que plusieurs ne se soucient aucunement de l’état de l’environnement, au moins dix semblent entretenir un rapport spirituel avec la nature (Roy, Paquette e Domon, 2005, p. 52)”. Segundo esses autores, os neorurais, ainda que constituam uma população heterogênea, apresentam motivações comuns. Ao meu entender, também podemos notar uma certa igualdade nas motivações para o caso brasileiro, motivações ligadas a ascensão da sociedade de risco e do que a caracteriza. Obviamente que a operacionalização dessas motivações será feita de maneira diversa, sendo objetivado de maneira diferenciada e gerando impactos também de forma diversificada. Ainda sobre o assunto, mas em referência a turistas de passagem, Luis Silva (2013) diria que constituem um grupo heterogêneo, mas o mesmo autor estabelece objetivos que podem ser generalizáveis “relaxar e romper com a vida cotidiana” (p. 303).

Para José Roberto Moreira a transição de uma “imagem de rural como agrícola para um rural como natureza e como modo de vida saudável expressa tensões de diversos âmbitos societários, tais como na estética, na ciência e tecnologia, na sociedade civil, no Estado, no mercado e mesmo na espiritualização” (p. 252, 2012). Alentejano comentando a posição do rural brasileiro na entrada do século XXI, diria que

Diferentemente da segunda metade do século XX, quando o avanço, a generalização (e as vantagens) da urbanização eram considerados inexoráveis, o que se vê nos últimos anos é a proliferação de estudos que apontam para a valorização do rural e as limitações do modelo de urbanização. (2003, p. 1)

Segundo Artur Cristóvão, para uma grande quantidade de autores

o espaço rural tem hoje uma nova legitimidade, identitária, e não a legitimidade de alimentar do passado. Esta nova legitimidade, fundada na representação do campo (sobretudo para os urbanos) como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde, tem dado origem à emergência de novas procuras (2002, p. 81)

O mesmo autor também mostra que várias características desagradáveis das atuais cidades, como o caos do tráfego e a poluição, fizeram com que tenha ocorrido uma degradação na imagem dos grandes centros urbanos, provocando um aumento na ideia de desembarque, segundo ele

Para alguns, em particular as classes média e alta, as fugas são quase sempre possíveis. Dai o florescimento de bairros ou quarteirões habitacionais privilegiados, com policiamento privado, zonas verdes, piscinas e outras amenidades, sendo os condomínios fechados, autênticas cidades dentro da cidade, o expoente máximo de tal situação. Para estas mesmas classes é possível a fuga para outros locais, com um ambiente diferente, onde podem reencontrar a qualidade e a segurança perdidas, para que o nível de “stress” baixe. É o caso das zonas rurais e dos espaços naturais em geral (2002, p. 83)

Sendo assim, “a emergência destas novas procuras é largamente baseada num quadro de representações dos urbanos, em particular de grupos sociais mais elevados, sobre os campos e a natureza” (CRISTOVÃO, 2002, p. 84).

Os valores positivos sobre o campo, podem ser observados na tese de Maria Francisca Magalhães Nogueira (2009), onde ela busca “explorar o imaginário

rural do turista”, elencando nas falas diferentes retratos do rural (o campo imaginado, o campo contemplado, o campo vivido, o campo rememorado, o campo venerado, o campo comemorado). Da mesma forma, André Pires, estudando os condomínios rurais do município de Vinhedo, traz dados interessantes acerca do que ele chama de rural idílico, onde mais que o lote em si, vende-se a natureza (PIRES, 2007, p. 106).

Esse quadro ao elevar a formação de uma imagem positiva sobre o rural, coopera para que esse espaço seja procurado por uma faixa considerável de atores urbanos, provocando a ascensão de um espaço rural composto por múltiplos atores, com projetos diferenciados, e muitas vezes em conflito.

Como vimos, essas três descrições (agrícola, atraso e natureza) sobre o rural brasileiro, sofreram ao longo do tempo, processos de fortalecimento ou enfraquecimento. Sendo que nas últimas décadas, a visão positiva acerca de um rural enquanto sinônimo de natureza e de vida saudável, foi capaz de esmaecer fortemente a visão que ligava o rural ao atraso, poderíamos afirmar ainda, que a própria visão do rural enquanto espaço da agricultura, ainda que continue sendo contundente, passa a dividir a primazia com outras descrições.

Agora, a descrição do rural enquanto natureza e tranquilidade, se encontra como uma das principais formas de encarar o espaço campestre, e cada vez mais de consumir o rural. Essa descrição positiva e romântica fez emergir uma maior busca por esses espaços, que podem ser visualizados tanto na emergência de um rural socioambiental, bem representado pelos movimentos sociais do campo e pelas novas formas de produção da agricultura familiar que contrariam e resistem as formas hegemônicas de produção, como pela emergência de um padrão híbrido de ruralidade, marcada pela ocupação do espaço rural por múltiplos atores, em busca das novas funcionalidades dadas ao campo nas últimas décadas (principalmente a função residencial das casas de campo, as diversas modalidades de turismo e a produção de alimentos vistos como mais saudáveis).

De certa forma, tanto o rural socioambiental¹⁵, como o padrão híbrido de ruralidade, se inserem numa tentativa de escapar dos problemas da alta modernidade. Contudo, se o primeiro parece mais sinérgico na relação com o todo, incluindo a natureza, a ruralidade híbrida comporta processos internos mais conflituosos e conseqüentemente até mais complexos.

Esse trabalho se insere na tentativa de melhor compreensão da dinâmica dessa ruralidade híbrida e seus processos internos. A seguir, buscaremos dar mais clareza a emergência e presença desse padrão de ruralidade no Brasil contemporâneo.

1.2 A EMERGÊNCIA DE UMA RURALIDADE HIBRIDIZADA

Discutindo o rural contemporâneo, Alfio Brandenburg define o que chama de padrões de ruralidade, algumas com maior capacidade de articulação positiva entre as diferentes dinâmicas levadas a cabo na realidade social e outras pouco ou nada positivas para o conjunto dos atores envolvidos.

Entre os padrões de ruralidades, um deles foi definido como “uma ruralidade hibridizada” (BRANDENBURG, 2018, p. 212), podendo ser delimitado como um espaço de consumo das múltiplas atividades que passaram a ser desenvolvidas no meio rural (hotéis, restaurantes, spas, esportes de aventura). Também é marcada por múltiplos atores, que operacionalizam múltiplos projetos – não raras vezes em iminente conflito – sobre esses espaços.

Acrescentaria que esses novos atores, ainda que constituam uma população heterogênea, apresentam motivações comuns e em grande parte ligadas a uma resposta frente a ascensão da sociedade de risco, embora a operacionalização dessas motivações seja feita de maneira diversa, sendo objetivado de maneira diferenciada e gerando impactos também de forma diversificada.

15 O rural socioambiental é discutido por Brandenburg (2010), que o define como um “rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e, juntamente com as questões ambientais, passa a ser tratada como uma política pública” (2010, p. 423)

Uma das características dessa ruralidade hibridizada, é sua facilidade para o consumo urbano, marcado, entre outras coisas, pela proximidade com grandes centros e por um apelo a um rural idílico,

O conjunto desse ambiente reconstruído materialmente (pela arquitetura local, infraestrutura e paisagem) e imaterialmente (pelos hábitos e costumes, pela culinária, por eventos, conhecimentos e saberes) faz parte da representação de um rural idílico, muitas vezes relacionado com as raízes sociais – raízes agrárias da sociedade brasileira —, outras vezes fruto de uma visão de um rural pretérito sob o ponto de vista histórico (BRANDENBURG, 2018, p. 213)

Outra questão que pode ser observada é o eco global dessa revalorização (que veremos com mais ênfase no capítulo 2), que acaba sendo potencializado pelos processos modernos de consumo e de compartilhamento do ideal de consumo, para Alenka Verbole

Processos tais como globalização, aceleração, padronização e semelhantes têm resultado numa ampla mercantilização da ruralidade, enquanto que a qualidade de vida está muitas vezes associada a viver em contato com a natureza, ar puro, comida saudável... todos ingredientes do imaginário rural (2002, p. 130-131)

No Brasil, todo esse processo pode ser observado de diversas maneiras, destacamos três: o crescimento do turismo em espaço rural, o aumento da segunda residência, e a expansão do consumo de produtos orgânicos.

Essas três formas de chegar ao rural, encontram barreiras econômicas impeditivas dessa chegada, principalmente considerando a distribuição de renda no território brasileiro, o que faz com que o rural esteja mais acessível aqueles que apresentam maior poder de compra. Buscaremos demonstrar essa questão a partir da discussão dessas três formas de chegada ao rural, faremos isso considerando um recorte de cinco classes econômicas para o Brasil (A, B, C, D e E – Quadros 1 e 2).

Em 2012, sob a coordenação do Economista Marcelo Côrtes Neri no livro “Superação da pobreza e a nova classe média no campo”¹⁶, a partir do

16 Publicação da Fundação Getúlio Vargas, com o apoio do Governo Federal, mais precisamente do agora extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

processamento de microdados da PNAD/IBGE elaborou-se uma tabela (Quadro 1) com a definição de classes econômicas, e mais precisamente dos limites de renda.

QUADRO 1 – CLASSES ECONÔMICAS E LIMITES DE RENDA DOMICILIAR MENSAL

Classe Econômica	Inferior	Superior
Classe E	0	705
Classe D	705	1126
Classe C	1126	4854
Classe B	4854	6329
Classe A	6329	+

FONTE: CPS/FGV a partir do processamento dos microdados da PNAD/IBGE (apud Neri *et al*, 2012, p. 74)

Para esse trabalho, considerando que o salário-mínimo teve um aumento de 2012 até 2019 de aproximadamente 38%, atualizamos os valores da tabela (Quadro 2) fazendo um acréscimo de 38% sobre os valores de 2012.

QUADRO 2 – CLASSES ECONÔMICAS E LIMITES DE RENDA DOMICILIAR MENSAL

Classe Econômica	Inferior	Superior
Classe E	0	972
Classe D	972	1126
Classe C	1553	6698
Classe B	6698	8734
Classe A	8734	+

FONTE: O autor (2019) a partir de Néri *et al* (2012, p.74)

Ainda que essa tabela possa ser utilizada como facilitador na verificação acerca de quais camadas chegam com mais facilidade ao campo, principalmente ao verificar a dificuldade que indivíduos com menor renda teriam de “comprar” o que se vende no rural (o uso dos aparelhos turísticos, a segunda residência, a comida mais saudável, entre outras “amenidades”), vale apontar que as definições econômicas acerca das camadas de renda e classes sociais são múltiplas, e não são elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas normalmente por

instituições privadas que aplicam diferentes metodologias, são exemplos o Departamento de Pesquisas econômicas do Banco Bradesco, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – Abep, a LCA Consultores, a FGV Social, entre outras. Contudo, optamos pela definição a partir de Marcelo Neri (economista da FGV Social), por entendermos ser essa a forma mais clara de inferir a possibilidade de consumo, já que as ações de consumo dependem da maior ou menor renda dos indivíduos e de seus grupos familiares.

1.2.1 O turismo em espaço rural

Entendemos por turismo em espaço rural a definição dada por José Graziano da Silva (1998, p. 14), e utilizada pelo Ministério do Turismo (Mtur) na publicação Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural de 2004. Considera-se turismo em áreas rurais

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não

A título de exemplo, alguns números apontam para o crescimento na busca por ambientes com menor intervenção humana e que proporcionam maior contato com a natureza. De acordo com o Panorama Empresarial de Turismo Rural de 2010, esse tipo de modalidade cresce cerca de 30% ao ano no Brasil. Segundo dados do Anuário estatístico de turismo de 2018 (ano-base 2017) do Mtur sobre a demanda internacional, a motivação para viagem de entrada no Brasil e relacionada a natureza, ecoturismo e aventura, só se encontra atrás da preferência pelo destino de sol e praia, o Mtur ainda afirma que entre 2008 e 2009 houve um crescimento de 21% no faturamento das empresas de turismo de aventura e ecoturismo, e aumento de 165% entre 2008 e 2009 no que se refere ao gasto médio dos turistas¹⁷ desse segmento. Em 2009 na publicação *Hábitos de consumo do turismo brasileiro*,

17 <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/4217-turismo-de-aventura-cresce-no-pais.html>

também do Mtur, quando feita a pergunta para clientes que viajaram nos últimos dois anos “qual principal motivo pelo qual você escolheu este Estado para sua viagem?”, a resposta que apareceu com mais frequência (33,9%) foi “beleza natural/natureza”, dentro do mesmo perfil de entrevistados, quando a pergunta feita foi “e o que mais marcou positivamente sua última viagem?”, novamente a resposta “beleza natural/natureza” foi a que apareceu com mais frequência (33,6%).

Esse movimento, provoca um aumento de públicos transitórios, alguns que se hospedam e outros que passam o dia no local e retornam depois de “consumir” o que havia no local. Ainda que ligado a um consumo mais esporádico, essa modalidade além de ser em partes, composta por consumidores de diárias em hotéis e spas instalados no meio rural, podem levar turistas de passagem a se tornarem proprietários de segunda residência.

O limite econômico imposto ao consumo de alguns aparelhos turísticos do meio rural, podem ser observados no preço para o acesso aos aparelhos turísticos, como exemplo elaboramos um quadro (Quadro 3) com empreendimentos situados no Paraná, grande parte na RM de Curitiba e suas respectivas diárias:

QUADRO 3 – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E VALORES DE DIÁRIAS

Nome do Empreendimento	Diária mais barata (casal)	Cidade	Site
Varshana Boutique Hotel	R\$ 1.020	Balsa Nova	https://varshana.com.br/
Hotel Fazenda Cainã	R\$ 990	Balsa Nova	https://hotelfazendacaina.com.br/
Pousada Parque	R\$ 540	Balsa Nova	http://pousadaparque.com.br/
Ózera Hotel Fazenda	R\$ 753	Prudentópolis	https://ozera.com.br/
Hotel Estância Betânia	R\$ 655	Colombo	https://estanciabetania.com/
Itáytyba Ecoturismo	R\$ 599	Tibagi	http://itaytyba.com.br/
Pousada Ribeirão das Flores	R\$ 520	Castro/Rio Branco do Sul	http://pousadaribeiraodasflores.com.br/
Pousada Morro da Palha	R\$ 720	Campo Magro	https://pousadamorrodapalha.com.br/
Pousada Porto do Sol	R\$ 545	Porto Rico	http://pousadaportodosol.com.br/
Plaza Ecoresort Capivari	R\$ 817	Campina Grande do Sul	https://plazahoteis.com.br
La Dolce Vita	R\$ 700	Tijucas do Sul	https://hotelladolcevita.com.br/

FONTE: O autor (2019)

1.2.2 Os domicílios de uso ocasional

Podemos também observar essa revalorização do rural, pelo aumento dos domicílios de uso ocasional. De acordo com os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980 esse tipo de residência correspondia a 2,35% do total dos domicílios brasileiros, dados que aumentam para 4,07 em 1991, 4,94% em 2000 e 5,82% em 2010. Além dos números, não é incomum encontrarmos relatos acerca do aumento de chácaras no meio rural e do exponencial movimento nos finais de semana. Uma senhora, moradora do meio rural de São Luiz do Purunã, e entrevistada por nós diria "era um lugar sussegado aqui..., agora bem como sábado e domingo Deus o livre, carro pra baxo que tem a lanchonete lá embaixo e a cachoeira lá e depois ali a pousada é aquele inferno de carro horas da noite".

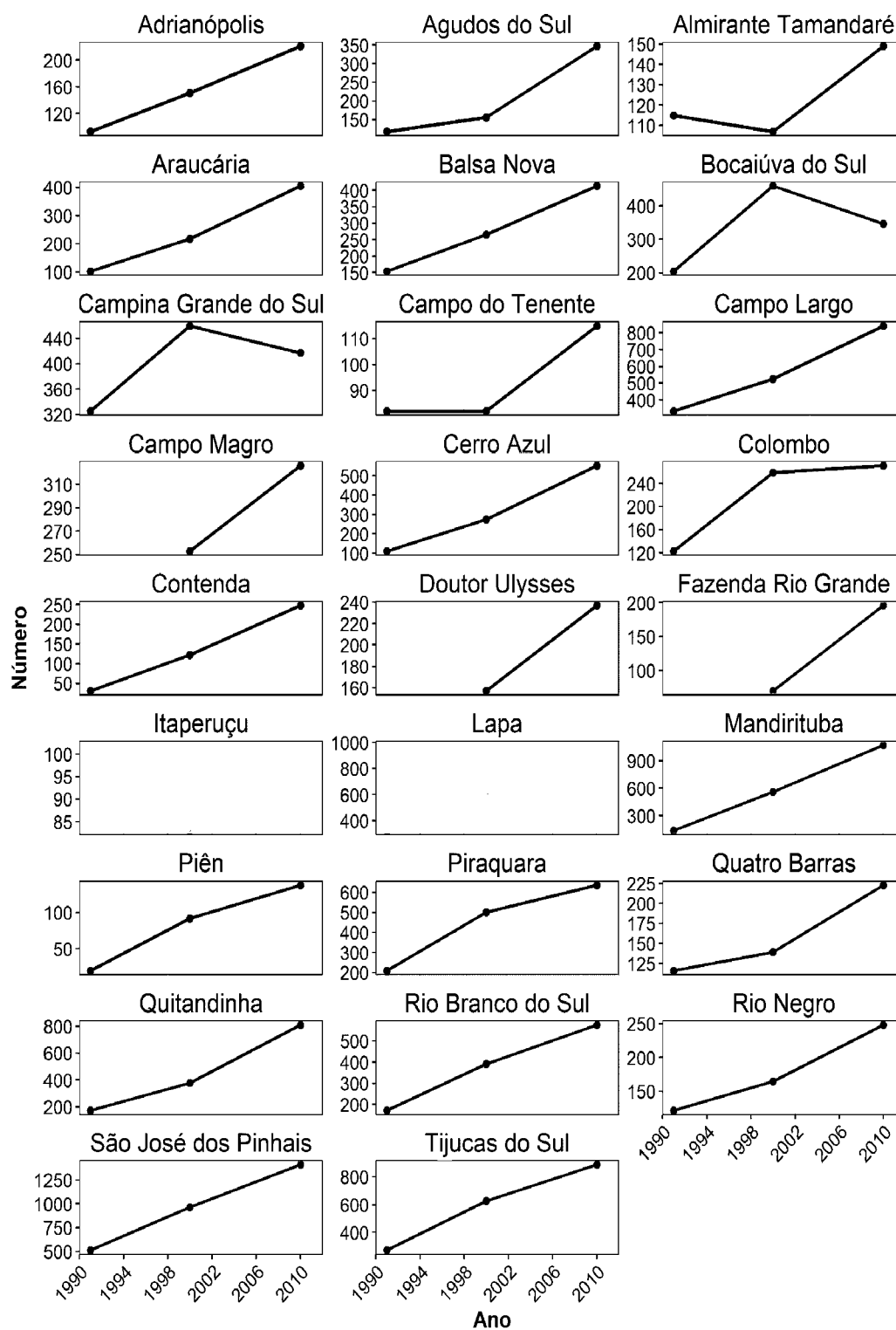
Segundo Tadeu Arrais ocorre

um crescente estímulo para fragmentação das áreas dos municípios periféricos para fins de segunda residência, constatação que se aplica tanto para as regiões metropolitanas litorâneas quanto para as regiões metropolitanas da hinterlândia brasileira. O binômio lazer-praia e o binômio lazer-campo compõe o motor do imaginário do consumo de espaço. Seja no litoral ou na hinterlândia, os dois movimentos atendem a estratos de média e alta renda e provocam impactos econômicos e ambientais para o conjunto dos municípios das respectivas regiões metropolitanas. (2013, p. 17)

Ainda segundo Tadeu Arrais, falando especificamente da região metropolitana de Goiás "esse tipo de lazer começou a ganhar centralidade nas práticas urbanas da população que reside na capital a partir do final da década de 1980" (2013, p. 73).

Se pegarmos a Região Metropolitana de Curitiba, podemos observar nos gráficos a seguir (Gráficos 1 e 2), o crescimento da segunda residência na quase totalidade dos municípios.

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTE: SILVA e GUILHERME (2019)

Em um gráfico resumido (Gráfico 2), somente com números totais observamos que o crescimento de domicílios de uso ocasional para a Região Metropolitana de Curitiba foi considerável:

GRÁFICO 2 – CRESCIMENTO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTE: SILVA e GUILHERME (2019).

Para Arrais “as regiões metropolitanas concentram parte significativa dos assentamentos de segunda residência do território brasileiro”, ainda segundo o mesmo autor, “as 38 regiões metropolitanas brasileiras, em 2010, agrupavam 35% do total dos domicílios de uso ocasional” (2013, p. 47). Segundo Alfio Brandenburg, a ruralidade hibridizada “surge próxima às regiões metropolitanas ou aos centros urbanos, dotados de infraestrutura semelhante à das cidades, que por sua vez se diferenciam de outros rurais que ainda não desfrutam de uma mesma condição...” (2018, p. 213). Em outra publicação já dizíamos que a

fuga das grandes metrópoles não se direciona para qualquer meio rural. Se por um lado aqueles rurais mais remotos e mal conectados ao meio urbano não são pontos de chegada desse movimento, por outro, há o surgimento de um rural como produto da modernidade contemporânea, que nasce no seio da sociedade de risco com a

finalidade de aliviar os problemas expostos pela modernidade. Esse novo rural – ou se preferirmos, nova funcionalidade –, situa-se naqueles espaços campestres próximos aos grandes centros, apresentando com esses uma relação que pode ser de simbiose ou de antibiose (SILVA, 2018, p. 137)

Ângela Duarte Damasceno Ferreira, escrevendo no início dos anos 2000, diria que

Já é visível entre nós a utilização do espaço rural como lugar de lazer e como paisagem que tem um valor em si, uma certa “amenidade” que pode ser dinamizadora do renascimento *de localidades não muito distantes dos grandes centros urbanos* ou daquelas próximas de espaços particularmente dotados de recursos naturais atraentes. Trata-se de um processo incipiente que enfrenta vários obstáculos, como a ausência de boas estradas e serviços que propiciem estrutura de base às atividades turísticas no meio rural e em pequenas cidades. (2002, p. 37 *grifo nosso*)

Essa facilidade de acesso como fator importante no crescimento turístico e residencial também pode ser observado no trabalho de Sara Pugliese Larrabure sobre as residências às margens do Rio Grande (SP/MG), para ela a facilidade no acesso é essencial para a “comercialização como espaço de consumo para o lazer e o turismo” (2011, p. 66). Fabiana Almeida (2009, p. 49) coloca que “nos dias de hoje é a chamada sociedade de consumo, resultante dos processos da modernidade, que produz o espaço e, também, o turismo. O turismo moderno resulta da demanda dessa sociedade que o utiliza para se satisfazer ideológica e materialmente”.

Nesse sentido, os espaços rurais das regiões metropolitanas são os principais recipientes de uma demanda urbana em busca de melhores condições de vida. Pelo mesmo motivo, em torno de outras grandes e médias cidades também se formam “rurais periurbanos” altamente demandados.

No intuito de demonstrar isso, elencamos três municípios que estão situados nas franjas de grandes cidades paranaenses. Um deles é Boa Vista da Aparecida (Gráfico 3). Em 2015, em visita a Cascavel (PR)¹⁸ por ocasião de uma feira rural, conversei com um dos atores da administração pública do setor de turismo do Município de Boa Vista da Aparecida, me chamando atenção a seguinte colocação “antes lá os lotes não valiam dez mil [reais], agora valem oitenta, cem mil”.

18 Cidade paranaense com mais de 250 mil habitantes.

GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO TOTAL, DOMICÍLIOS TOTAL E
DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL NO MUNICÍPIO DE BOA
VISTA APARECIDA (PR)

FONTE: SILVA e GUILHERME (2019)

Após indagar o motivo do aumento, foi-me explicado que com a construção da Usina de Salto Caxias em 1999, o lago formado propiciou um acréscimo

considerável no número de segundas residências, devido as atividades de descanso e lazer que esse tipo de alteração espacial passou a atrair¹⁹.

Segundo dados do IPARDES e do IBGE, o município de Boa Vista da Aparecida passou de 28 o número de domicílios de uso ocasional em 1991, para 119 em 2000 e 432 em 2010, um crescimento de mais de mil por cento em três décadas, ainda que a população total do município tenha passado de mais de dez mil habitantes em 1991 para menos de oito mil em 2010.

Na mesma ocasião, entrevistei uma funcionária da Paraná Turismo²⁰, lotada em Cascavel (PR), sobre o assunto, e uma das informações que mais me chamaram atenção foi “tem muita gente aqui de Cascavel, que investe mais na casa que tem lá, do que na casa que realmente mora aqui”. Além da forte alteração espacial que isso apontava, também chamava atenção uma dada importância a questão do prestígio social envolvido na situação.

Outro exemplo é o Município de Porto Rico, também no Paraná e situado a cerca de 150 km de Maringá, a terceira cidade com maior população do Paraná e aproximadamente 250 km de Londrina, a segunda maior população do Estado.

Esse município possui atualmente uma população estimada de 2. 561 habitantes (IPARDES, 2019), contudo, até a década de 1970 o município chegou a possuir cerca de seis mil habitantes. Essa redução foi principalmente ocasionada pela queda da agricultura e diminuição da capacidade de pesca, ocasionada pela degradação ambiental (VIOLANTE e SILVA, 2008, p. 3).

Embora a população total do município tenha caído consideravelmente, tivemos um aumento no número de segundas residências. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possuía em 1980, 35 domicílios de uso ocasional, em 1991 passou para 85, tendo um aumento para 104 em 2000 e 313 em 2010, ou seja, embora tenha ocorrido uma redução na população total, também ocorreu um incremento considerável no número de segundas residências (Gráfico 4).

19 Para Banuth “as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade, como as represas, entram num processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas” (2010, p. 44).

20 Órgão governamental com status de Diretoria.

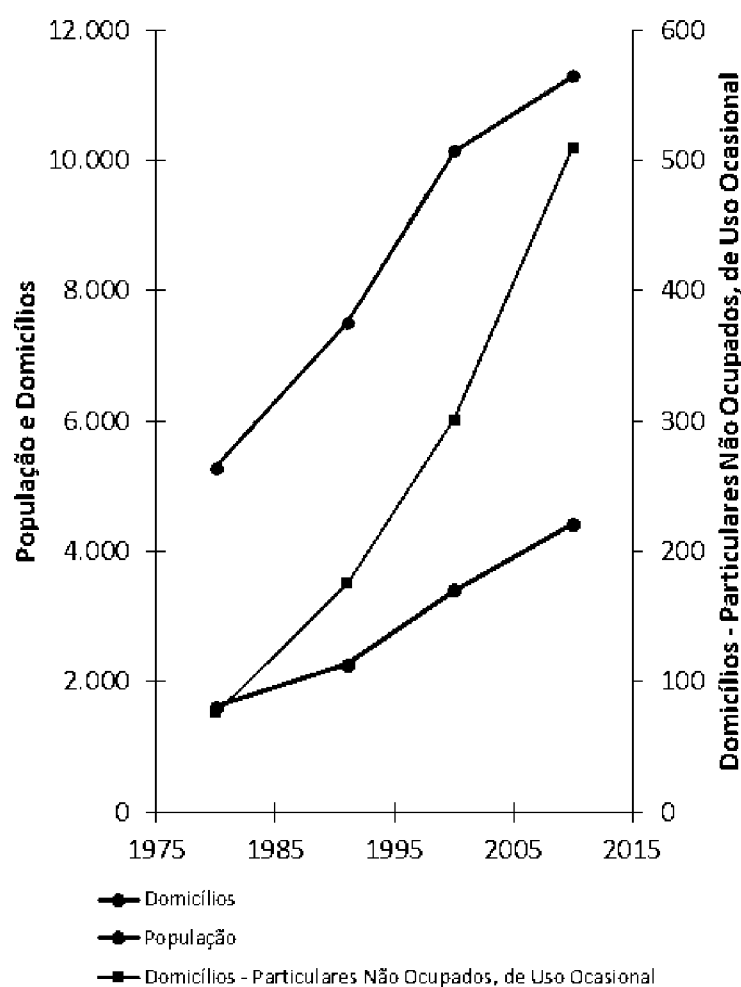
GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO TOTAL, DOMICÍLIOS TOTAL
E DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL NO MUNICÍPIO DE
PORTO RICO (PR)

FONTE: SILVA e GUILHERME (2019)

A explicação para esses números, está relacionada a localização da cidade as margens do rio Paraná, local “propício para a prática de esportes aquáticos, passeios de barcos, lanchas e pesca” (VIOLANTE e SILVA, 2008, p. 6), o que fez ocasionar o aumento tanto do número de turistas de passagem, quanto o já citado aumento de domicílios de uso ocasional.

Outro pequeno município que mostra dinâmicas parecidas, é a localidade de Balsa Nova no Paraná (Gráfico 5), local de estudo da nossa dissertação de mestrado.

GRÁFICO 5 – POPULAÇÃO TOTAL, DOMICÍLIOS TOTAL E DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL NO MUNICÍPIO DE Balsa Nova (PR)



FONTE: SILVA e GUILHERME (2019)

Situado a aproximadamente 40 km da capital Curitiba, a localidade é marcada pela forte presença de chácaras, fazendas, estruturas turísticas e eventos voltados ao turismo de aventura, como o ciclismo, cavalgadas, vias de escaladas e corridas de aventura. Além dos aparelhos turísticos e de uma razoável presença na

mídia estadual, temos também um aumento considerável da quantidade de domicílios de uso ocasional. Quando olhamos os números percebemos que no censo de 1980 o total de domicílios de uso ocasional era de 76, em 1991 já era de 176, passando para 301 em 2000 e 510 no censo de 2010.

Acerca do limite classista na compra de segunda residência, vale inicialmente lembrar que no Brasil, legalmente falando, as chácaras não podem ter menos que 20 mil metros quadrados (o mesmo que dois hectares), fazendo com que o preço dos terrenos por uma questão de legalidade já sejam financeiramente difíceis de serem adquiridos pelas camadas urbanas de menor renda, além do que, por serem mais distantes dos centros urbanos, o deslocamento até esses centros (por motivos de emprego ou de acesso as estruturas da burocracia do Estado) é feito mais facilmente pelas classes com maior poder de compra, proprietárias de melhores meios de locomoção.

Em São Luiz do Purunã, no município de Balsa Nova/PR, fazendo um levantamento em sites de venda²¹ e em contato com imobiliárias²², verificamos que os terrenos (sem benfeitorias) de 20 mil metros quadrados, normalmente comercializados para futuras chácaras, variam de 200 à 400 mil reais, valores próximos também foram notados em Boa Vista da Aparecida/PR, mais especificamente nos terrenos próximos a área alagada pela represa da Usina de Salto Caxias.

Em um olhar desatento, R\$ 200 ou mesmo R\$ 400 mil, podem não parecer tão altos, mas tornam-se altos para as classes E e D e fração considerável da classe C, ainda mais quando considerado que mais de 50% da população brasileira vive com R\$ 820 mensais (IBGE, 2019²³), ou seja, situados na classe E.

Além dos dois processos citados (aumento da atividade turística no meio rural e aumento da presença do que é comumente conhecido como segunda residência, mas que não raras vezes toma ares de primeira residência com os

21 Como www.olx.com.br e www.mercadolivre.com.br

22 Tanto imobiliárias de região, quanto imobiliárias da capital, já que é muito comum a compra de áreas por imobiliárias de médio e grande porte para depois venderem por preços mais vantajosos.

23 Dados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>

neururais), temos ainda a questão alimentar, que tem recolocado o espaço campestre como importante elemento no que se refere a uma alimentação mais saudável.

1.2.3 O rural e a busca por um consumo saudável

Terry Eagleton, falando sobre a relação com o corpo na sociedade estadunidense, comenta sobre o temor acerca da alimentação, classificando-a como “uma neurose nacional” (2005, p. 130). Os questionamentos acerca da oferta de alimentos, se tornaram mais visíveis com o aumento da preocupação com a saúde e a ampliação do acesso a informações acerca de problemas médicos decorrentes de alimentações convencionais, fatores que passaram a ser vistos não apenas nas formas mais radicais de contestação individual, como o veganismo, ou nas várias formas de produção encampadas pela agricultura ecológica, mas também em pequenas inflexões praticadas pelos grandes impérios alimentares que embutiram em seus produtos o discurso ecológico.

Pesquisa publicada em 2017, realizada pelo Conselho Brasileiro da Produção orgânica sustentável (Organis) e pela Market Analysis mostrou que 64% dos entrevistados consomem orgânicos porque encaram eles como alimentos mais saudáveis, enquanto 19% deram maior ênfase para a proteção ambiental decorrente da produção mais sustentável. A pesquisa também mostrou que 64% dos orgânicos são comprados no varejo convencional, os supermercados, e menos em locais alternativos como as feiras, outro dado do mesmo levantamento mostrou que a população de classe baixa é que menos tende a consumir orgânicos, 9%, frente a 15% no total. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, 85% dos brasileiros reagem positivamente quando se deparam com um produto, que segundo o rótulo, são ambientalmente corretos. Com relação aos produtos orgânicos a reação também foi positiva em 2012 para 81% dos respondentes. Aspectos interessantes também estão relacionados ao perfil desse consumidor, mais presente no nordeste e no sul e pertencente aos 10% mais ricos da população.

Trabalho do IPARDES e do IAPAR sobre o mercado de orgânicos no Paraná, mostrou que entre 2000 e 2004 o Brasil passou de 50 mil hectares de área sob manejo orgânico com produção certificada, para mais de 800 mil hectares, um crescimento de mais de 1.500%. Segundo o portal do Governo Federal²⁴, citando um estudo do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável, o Brasil teve um faturamento na comercialização de orgânicos em 2018, 20% maior que no ano anterior.

Essas questões alimentares em consonância com o discurso “verde”, passaram a transitar de uma agricultura realmente ecológica a produtos vindos das grandes indústrias, onde ambos faziam menção aos espaços rurais, seja de forma direta, através da agricultura, ou em um apelo a paisagem natural explorada pela publicidade.

Como em outras formas de consumo, a questão alimentar, vai promover uma série de escolhas pesadamente influenciadas pelos *status* agregados a esses alimentos, sendo permissivas de compra a depender da classe social a qual o indivíduo se insere. Segundo Philip McMichael “enquanto os consumidores de alta renda” tem maior “acesso às dietas saudáveis (orgânicas), a estruturação do regime alimentar distribui alimentos calóricos e altamente processados para as populações mais pobres” (2016, p. 142).

Sendo assim, o consumo de orgânicos também carrega em si, um limitante de classe. Em artigo de 2001 (p. 74), Clayton Campanhola e Pedro José Valarini, partindo de outras pesquisas afirmam que os produtos orgânicos são em média 30% e 40% mais caros que os convencionais²⁵, e mesmo que de lá pra cá, muita coisa tenha mudado em relação a produção e comercialização de orgânicos, o preço continua sendo um limitante, ao menos na percepção dos consumidores, segundo pesquisa de 2019 (p. 22) da Organix e da Brain, 65% dos respondentes diz que não consome orgânicos em maior quantidade devido ao preço.

24 <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2019/04/mercado-brasileiro-de-organicos-fatura-r-4-bilhoes>

25 Embora, há que se levar em conta a diferença de preço a partir do local de compra, normalmente mais baratas nas feiras e mais caro no varejo comum, como as grandes e médias redes de supermercados, principalmente considerando que segundo a pesquisa já citada da Organix e da Brain mais de 50% dos respondentes compra seus produtos orgânicos em supermercados.

Ao concluir esse capítulo, cabe dizer que consumidores com maior renda, logo com maior capacidade de compra, apresentam maiores possibilidades de obter uma segunda residência, e de ter acesso aos espaços tanto de turismo, quanto onde os produtos orgânicos são produzidos. Já as camadas mais pobres devem – até por uma questão de sobrevivência psicossocial – se contentar com imagens borradas dessas questões, tais como os produtos com apelo ambiental feitos em massa e quase sempre ultraprocessados.

Também verifica-se dois importantes processos, (1) um valor mitigatório embutido no consumo do rural (incluindo experiências, espaços e alimentos), pois concebido enquanto espaço idílico, passou a ser representante de um mundo melhor, em oposição ao espaço urbano, principal representante de uma sociedade de risco, e (2) uma capacidade desse tipo de consumo produzir diferenciação social.

A seguir, no capítulo II, além dos dois processos citados acima, veremos como uma série de transformações sociais da alta modernidade, foram capazes de fomentar uma maior busca e valorização pelo espaço rural, contribuindo para a formação do que Alfio Brandenburg chamou de ruralidade hibridizada.

2 MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E O INTERESSE PELO ESPAÇO CAMPESTRE

A perspectiva do campo enquanto espaço de melhores condições de vida e de existência livre dos problemas que normalmente estão associados ao ambiente urbano, é uma narrativa antiga, contudo, afirmar que esses valores sobre o rural em sociedades mais antigas, tem o mesmo sentido que na atualidade seria ignorar a série de transformações que fizeram com que nosso contexto histórico fosse estruturalmente distinto de outros tempos.

Para Wright Mills (1972, p. 163) “qualquer que seja a definição de ‘período’, as instituições, ideologias, tipos de homens e mulheres nele predominantes constituem uma configuração singular”, ou seja, ainda que exista uma visão positiva sobre o rural na Grécia Antiga e uma visão positiva sobre o rural no século XXI, e mesmo que elas possam guardar semelhanças também são singulares à medida que o contexto histórico é outro. Foi nas últimas décadas, por exemplo, que a crise ambiental se tornou mais evidente e proporcionou mudanças importantes na sociedade, também houve o aumento da diversidade de grupos que passaram a protagonizar a vida cotidiana, foi nesse contexto onde a descrição positiva sobre o rural ganhou força, capaz de enfraquecer ou balizar as ações de outras perspectivas sobre o rural.

Cada vez mais, torna-se visível a luta entre o avanço de uma moderna agricultura do agronegócio contra a perspectiva dos movimentos ecológicos, um antagonismo entre a visão da paisagem das populações locais com o turismo de massa, as tensões entre as migrações e o nacionalismo, os enfrentamentos na arena política acerca das demarcações de terras indígenas e ainda a formação de simulacros do mundo rural.

Para entender tudo isso, necessitamos de uma compreensão do que está em jogo na sociedade atual. Diferentes autores buscaram escancarar as novas dinâmicas sociais do tempo atual, diferentes nomenclaturas surgiram, debates foram feitos e escolhas metodológicas tornaram-se um imperativo para os atuais sociólogos. Isso trouxe certo desconforto entre aqueles que buscaram entender o

mundo fora de conceitos muito abrangentes, fazendo com que uma certa sensação de incapacidade pairasse sobre as Ciências Sociais, o mundo em transformação dificultava as chaves que abririam as trancas da compreensão dessa sociedade de veloz transformação.

Contudo, escolhas devem ser feitas, e se não for possível acertar em todas elas, o avanço científico se dá naqueles momentos onde se deixa de chover no molhado e nos arrastamos em caminhos espinhosos e lamaçais da vida vivida.

Por isso pensamos que para essa tese, algumas noções farão mais sentido que outras, e o que elencamos são perspectivas que nos ajudaram a interpretar as mudanças que pensamos essenciais ao aumento da busca pelo campo.

O que postularemos aqui é que em dado momento, a depender de uma série de transformações sociais, o campo foi alçado ao papel de novo Éden, de onde estão e saem as soluções para um mundo onde o medo e a insegurança se tornaram inerentes a vida.

Para nós, o aumento da presença do risco e principalmente da crise ecológica, o avanço da necessidade de diferenciação social pelo consumo, a formação de uma nova sociedade do pan-óptico digital e o avanço do capitalismo 24/7²⁶ foram essenciais para o aumento do interesse pelo campo e do fortalecimento de uma descrição positiva sobre esse espaço.

A seguir faremos uma série de considerações sobre a sociedade atual, e de certo modo, parecerá em um primeiro olhar que nos distanciamos do nosso objeto, e isso é de certa forma o que fizemos, para que em um segundo momento, voltemos ao nosso objeto, cientes do que é formada a sociedade atual e como ela implica o aumento da atual busca pelo espaço rural.

2.1 RISCOS, ESPECIALISTAS E CONSUMO: UMA LIBERDADE VIGIADA

A ideia de risco sempre esteve presente no imaginário da humanidade, entretanto, como tudo na sociedade, os processos de mudanças sociais ocorridas

26 Jonathan Crary, falando sobre uma sociedade que se mantém ligada 24 horas por dia, 7 dias por semana, afirma acertadamente que “o imperativo 24/7 é inseparável da catástrofe ambiental, em sua exigência de gasto permanente e desperdício sem fim, e na interrupção fatal dos ciclos e estações dos quais depende a integridade ecológica do planeta” (2016, p. 19)

até o presente momento, permitiram uma mudança no valor e no significado do que seria o risco. Se por muito tempo ele esteve ligado a ideia de “ousadia e aventura”, a radicalização dos aspectos da modernidade nos deram outro significado, fazendo com que o risco passasse a representar a possível “autodestruição da vida na terra” (BECK, 2011, p. 25). Isso modificou estruturalmente nossas vidas cotidianas, pois, se a ousadia e aventura eram tarefas destinadas há apenas alguns indivíduos, a destruição da vida na terra é algo que nos afeta em conjunto, ironicamente, de forma um tanto quanto democrática.

O aumento dos riscos fez com que toda a sociedade estivesse passível de ser atingida. Essa radicalização da presença e da suscetibilidade total ao risco eleva a realidade de que nenhum homem é uma ilha, já que os impactos provocados individualmente são refletidos, sentidos e principalmente percebidos no conjunto da humanidade (BECK, 2011, p. 91).

Contudo, ainda que de maneira ampla todos encontrem-se mais suscetíveis, e que os estresses econômicos, sociais, culturais, as alterações climáticas e o aumento considerável dos *feedbacks* ecológicos, pressionem por tomadas de decisões diante dessas realidades, as condutas passaram a ser realizadas de forma individual e em perspectivas muito distintas.

Essas condutas vão se desdobrar em ações de valorizações de espaços e de estratégias que apresentam capacidade de acalmar os agentes que se encontram submetidos aos fatores de risco.

A definição de que locais são mais apropriados para fazer esse afastamento do risco, serão determinados por especialistas que mantêm a priori a capacidade definitiva do que são os riscos e quais soluções podem ser tomadas para eliminar o que se definiu enquanto risco.

Nesse contexto, a ideia de romantismo frente aos espaços naturais, ganhou força e a colagem da ideia de paisagem com os espaços rurais fortaleceu o espaço campestre como antídoto para o mal-estar do meio urbano. Isso fez com que um fator de mudança social ampla, de uma descrição baseada em alterações reais, acabasse por colocar o rural no epicentro das soluções para os problemas presentes nos centros urbanos.

Enquanto espaço de menor risco, alguns rurais se transformaram em espaços a serem consumidos, como todo produto, passou a estar submetido as leis de oferta e demanda, e como todo consumo, excluiu aqueles que sem capacidade financeira foram apartados do seu consumo.

Sendo assim, se de um lado o risco democratiza a suscetibilidade, de outro, não se configura como uma superação do recorte econômico, já que as ações tomadas serão dadas em um gradiente monetário considerável, onde as classes mais abastadas não lidam com o risco da mesma forma que aqueles indivíduos pertencentes as classes mais pobres.

Se considerarmos a opção pelo rural como uma disputada escolha na solução dos riscos modernos, poderemos enxergar que este se torna um ambiente onde a capacidade financeira será responsável por um forte reposicionamento do espaço, fazendo com que o poder de compra levado ao rural por agentes preocupados na eliminação do risco, seja responsável por alterações em diferentes níveis da vida, tantos dos que chegam, dos que partem e dos que permanecem²⁷.

Ponto central é compreender quem são os indivíduos que partem para o rural e ao que estão submetidos no meio ao qual convivem, pois existem diferenciações a depender do agrupamento social do ator.

Faremos então em um primeiro momento uma definição geral, ao que nós, enquanto atores sociais nessa entrada do século XXI, estamos submetidos, e como isso, de forma ou outra, nos liga frontalmente ao aumento da busca pelo rural.

2.1.1 Maior liberdade e maior responsabilidade na construção biográfica

Uma das principais mudanças na chegada da alta modernidade, se deu na construção biográfica dos indivíduos. O decrescimento do peso exercido pelas instituições tradicionais da sociedade industrial, fez com que os agentes passassem

²⁷ Ao tempo que essas ações atingem os diferentes agrupamentos envolvidos, a compulsão para a ação também atinge o habitante do rural, este também será demandado a reagir diante dos riscos, ou seja, ele não se torna mero paciente das transformações ocasionadas pela vinda de atores urbanos, ele também está pressionado para agir diante de uma sociedade de riscos diversos.

para uma fase de maior desprendimento de coerções institucionais, obtendo maior liberdade na construção biográfica.

Se por um lado isso cooperou para biografias menos presas as instituições tradicionais, por outro, exerceu um peso maior sobre os ombros individuais, fazendo com que agora os atores fossem mais penalizados pelos próprios fracassos (BECK, 2011; BAUMAN, 2001)²⁸.

A situação do indivíduo na modernidade é muito próxima a do personagem Eduardo Marciano, do clássico Encontro Marcado de Fernando Sabino, que em um momento de extrema desilusão com as perspectivas existenciais, tranca-se na biblioteca, decidido a expurgar pela escrita aquilo que lhe aflige, entretanto, a única coisa que consegue escrever e que logo depois descartará, se resume em “não posso responsabilizar ninguém pelo destino que me dei. Como único responsável, só eu posso modificá-lo” (1968, p. 167), ou como diria Bauman (2012) “culpe a si mesmo, e a ninguém mais”.

Na modernidade contemporânea os riscos construídos por coletividades, mas enfrentados individualmente (BAUMAN, 2001), passaram a exigir um arsenal de instrumentos eficazes em tornar a vida possível e dirimir o peso dos ombros individuais, ou ao menos, facilitarem o transporte dessas responsabilidades não mais partilhadas ou dissipadas junto as instituições²⁹.

Esse processo promoveu uma série de novas ferramentas que surgiram visando não mais a correção de problemas da coletividade, mas de soluções “biográficas” cada vez mais individualizadas, provocando não apenas alterações na

28 Obviamente que essa realidade encontra gradientes diferenciados a depender do contexto das sociedades analisadas. Se pensarmos na totalidade do globo poderemos observar que grande parte das nações ainda comportam um peso institucional, principalmente religioso, que flexiona as histórias de vida. Vale salientar ainda, que mesmo que as instituições tenham perdido força na modelagem das biografias não significa que desapareceram do tecido social, nem mesmo foram induzidas indubitavelmente para um enfraquecimento, mas mais facilmente passaram por processos de ressignificação, adaptados as múltiplas realidades da modernidade contemporânea.

29 Isso pode ser bem visualizado pela ideia de tempo livre. Um tempo onde se desliga do trabalho, justamente para voltar mais apto e produtivo ao trabalho. Nesse sentido o tempo livre, marcado pelas atividades de lazer, pelos *hobbies* e passatempos, só existe em função do trabalho, para Theodor Adorno “o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado deste com zelo puritano... deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho” (2009, p. 106)

busca por soluções, mas apostas de negócios que visavam o indivíduo e não mais a coletividade.

Muitas dessas soluções criadas para atender a nível individual fazem menção a ambientes menos perturbados ecologicamente, e sem sombra de dúvida, a descrição do rural em uma perspectiva romântica da paisagem, ganhou força ao tempo que o rural se consolidava como local de não presença do risco. A ida ao rural tornou-se efetiva enquanto parte solucionadora das problemáticas modernas, levada a cabo dentro de perspectivas bastante egocêntricas, característica inerente aos indivíduos da alta modernidade, os quais têm pouca inclinação para a causa comum (BAUMAN, 2001, p. 43–47).

A maior preocupação com problemas de construção biográfica, também fez com que aqueles espaços onde outrora eram discutidos assuntos inerentes a coletividade fossem agora ocupados por inquietudes particulares, o que foi facilitado pelo modelo de panóptico da atualidade onde “todos controlam todos” (HAN, 2017, p. 103, 107-108), facilitando a vigilância dos costumes dentro do grupo social ao qual o indivíduo pertence.

Ao tempo que somos vigiados, também somos cobrados a se encaixar em algo, seja através das vestimentas, da alimentação ou de qual livro estamos lendo. Uma simples ida ao rural, agora é avalizada sob a vigilância de todos e necessariamente exposta ao conjunto que me distribuem notas que são traduzidas por espaços a serem ocupados no tecido social. Essa avalização pelo conjunto não significa preocupação com a coletividade, nem mesmo significa pertencimento, mas simplesmente classificação, já que a preocupação está na base individualista. Tanto os que classificam quanto os classificados, formam um todo que só encontra coesão na maneira como consomem e o que consomem³⁰.

Ocorre nesse contexto, não mais a preocupação com a morte do planeta e da coletividade humana e nem mesmo em como a humanidade pode lidar com os

30 Além disso, o ato de consumir consegue extrair vantagens dentro daquilo que Giddens chamou de “relações puras”, pois enquanto tradutor de conquistas sociais, o ato de consumir, muitas vezes de bens que estão inalcançáveis para alguns, faz com que se alavanquem potenciais ganhos nas relações sociais. A conquista de uma relação pura, dentro do grupo social ou mesmo extrapolando esse, estará diretamente ligado a capacidade e formas de consumo.

fatores de risco, a preocupação se volta para a construção das biografias individuais. Tudo agora se transfere a nível pessoal, como eu me resolvo perante os riscos.

Há uma velha anedota, em que dois amigos estão correndo de um lobo e um deles se detém para amarrar os cadarços, sendo então indagado pelo outro “você acha que amarrando os calçados vai correr mais que um lobo?”, ao que recebe como resposta “não preciso correr mais que o lobo, preciso apenas correr mais do que você”. Essa história resume o que se tornou a lógica de vida na sociedade de risco: indivíduos buscando ferramentas individuais e mais eficazes que as de outros indivíduos que compõem, muitas vezes, os mesmos grupos sociais. As lutas não são interclasses somente, mas também intraclasses. O risco na alta modernidade radicalizou o cotidiano enquanto campo de batalha, não mais humanidade versus qualquer outra coisa, ou mesmo grupos sociais versus outros grupos sociais, mas indivíduos versus indivíduos.

Como já falamos, em partes esse quadro está ligado a perda de potencial de algumas instituições tradicionais, que mesmo que não tenham desaparecido não apresentam mais significativo potencial modelador, tornando o indivíduo mais dinâmico, mais solto, mais nômade, para usar a expressão de Zigmunt Bauman. Contudo, no lugar de instituições tradicionais, outras esferas passaram a modelar as escolhas individuais, onde as decisões são operacionalizadas dentro de um esquema complexo de códigos pertencentes a determinados segmentos da sociedade que por sua vez sofrem processos coercitivos de um contexto sócio-histórico mais amplo.

Em nosso tempo uma das principais características da sociedade global é a flecha do consumismo e da busca de aumento do potencial de consumo, fator que perpassa os mais variados segmentos e quase sempre aparece como estilo de vida a ser buscado. Ao tempo que a construção biográfica do indivíduo ultrapassou instituições outrora sólidas, se locomoveu por esferas mais dinâmicas ligadas ao consumismo, muitas vezes de caráter identitário e de curta duração.

Nessa modernidade pouco concreta, a construção biográfica busca “solidificar o fluido” (BAUMAN, 2001), numa tentativa desesperada de tornar o fluxo incessante em algo mais lento. O grande ponto é que a busca por algo mais

concreto, ocorrerá por ações de compra, seja uma casa no meio rural ou algum produto ecológico, fazendo com que a produção da biografia esteja agora intimamente ligada a padronizações de mercado.

2.1.2 A influência dos especialistas no consumo da sociedade de risco

Vivemos numa sociedade dependente da ciência e da tecnologia, mas que não sabe quase nada disso. Carl Sagan

Para Jonathan Crary “a maior parte das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana – fome, sede, desejo sexual e, recentemente, a necessidade de amizade – se transformou em mercadoria ou investimento” (2016, p.20). Essas necessidades ainda que continuem na ordem do dia de todo cidadão moderno, passam a terem sua aquisição vinculada a amplos setores de mercado, desde sua produção até o consumidor final, fazendo com que a operacionalização desses comportamentos sejam travestidos de uma aura científica, e são possibilitados pela presença cada vez maior do que Giddens chama de sistemas peritos.

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta “profissionais” — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança. (1991, p. 30)

Esses sistemas são responsáveis tanto pela presentificação³¹ dos riscos quanto pela operacionalização das escolhas – tais como o consumo do espaço campestre –, que dariam subsídios ao ator no enfrentamento desses riscos, pois ao tempo que este é presentificado surge a necessidade de lidar com ele.

Nesse sentido, a validade da ação estaria condicionada a recomendação especialista. Vale aqui uma citação de Beck

31 Presentificação significa o ato de tornar o risco presente, pois este não tem concretude. Antes do processo de presentificação ele não “existe”, é com a presentificação que passa a estar na eminência.

Os riscos certamente surgem por meio do conhecimento, podendo ser, portanto, por meio do conhecimento reduzidos, ampliados ou simplesmente removidos do painel da consciência. Aquilo que o alimento é para a fome, é para a consciência do risco a superação dos riscos ou sua desinterpretação. Na medida em que aquela não seja (pessoalmente) possível, esta ganha em importância. O processo de conscientização dos riscos é, portanto, invariavelmente reversível. A épocas e gerações perturbadas e conturbadas podem-se seguir outras, para as quais o medo se torne, domesticado por meio de interpretações, parte integrante de seu pensamento e vivência. Nesse caso, as ameaças são mantidas na jaula cognitiva de sua (sempre lábil) “inexistência”, sendo nessa medida até mesmo possível se divertir, com a razão outorgada pela posteridade, sobre o porquê de os “velhos” terem se preocupado tanto. A ameaça representada pelas armas nucleares, com um poder destrutivo inimaginável, não se altera. Sua percepção é que oscila radicalmente. Décadas a fio isso significou: “viver com a bomba”. Então ela volta a levar milhões de pessoas às ruas. Inquietação e tranquilização podem ter a mesma causa: a inimaginabilidade de um perigo com o qual, contudo, é preciso viver (2011, p. 92)

Esse posicionamento vai ter um viés econômico e simbólico vital, pois os sistemas peritos serão capazes de promover ou não a presentificação do risco, daí sua “lábil inexistência”, pois a medida que uma política especialista julgue como não interessante provocar um processo de tornar concreta a não concretude do risco, esse estará distante de ser pauta na vida do cidadão médio, além disso, os especialistas darão diferentes chaves – uma dieta saudável, uma casa no rural, férias no hotel fazenda – para lidar com o risco presentificado, essas chaves apresentam diferentes valores monetários e terão maior ou menor potencial em tornar o risco aceitável.

As decisões começam então a serem orientadas e facilitadas por esquemas que tem prerrogativa de entender *a priori* quais seriam os melhores direcionamentos possíveis para eliminar aquilo que Ulrich Beck chamou de “sensação de insegurança estrutural”.

A coerção dos sistemas peritos, nos dá um quadro onde o indivíduo encontra-se envolto por uma rede de especialistas que definem o que ele deve e não deve fazer, todavia a responsabilização dessas escolhas e de possíveis equívocos³² recai sobre o indivíduo e não sobre o sistema perito. Mesmo com a

32 Um bom exemplo desse tipo de situação se dá pelo ápice de um movimento “profundamente emblemático da era neoliberal” (MCMICHAEL, 2016, p. 143), o nutricionismo, que passou a reger a alimentação moderna. Michael Pollan em seu livro “Em defesa da comida” ironiza a situação da nossa agora dependência de um especialista que dita o que devemos comer, coisa que fizemos “com extraordinário sucesso desde que descemos das árvores” (18,6). Pollan ainda afirma que a ideologia do nutricionismo criou um mito

série de erros cometidos pelos especialistas nas últimas décadas, estes continuam a usufruir de enorme respeitabilidade ante o público geral, fabricando direcionamentos e certezas acerca da alimentação, da tecnologia, das crises econômicas e dos enfrentamentos religiosos.

As táticas e estratégias desses sistemas tem origem, quase sempre, na ciência, são tornadas conhecidas pela indústria cultural e adquiridas através do consumo. Ainda que possamos enxergar especialistas em quase todas as áreas do cotidiano social, existe um grupo, especificamente o mercado publicitário, que guarda uma posição mais hegemônica, servindo como canais de transmissão de outros especialistas, para Ortiz, o mercado publicitário procura “guiar os indivíduos, ensinando-lhes, por meio dos produtos, como se comportar” (1994, p. 121). No caso do espaço campestre, a publicidade explora a ideia do verde, do descanso e da tranquilidade, o que pode ser bem visualizado nas ações do mercado imobiliário, que enaltecem a proximidade com a natureza e a tranquilidade.

FIGURA 03 – OUTDOOR DE CHÁCARA DE LAZER RURAL



FONTE: O AUTOR (2019)

pernicioso, a de que dependemos “de especialistas para decidir o que comer” (2013, p. 20,6). Embora a alimentação seja uma face visível, existe todo um *modus operandi* que anuncia o certo e o errado para os indivíduos no século XXI.

Tadeu Arrais diz que “os encartes publicitários, além de divulgar os aspectos da infraestrutura, salientam a ambiência com a natureza e a segurança” (2013, p. 81), André Pires nota que nesses anúncios “o ar puro e a natureza ganham uma importância fundamental, muitas vezes, em detrimento das características construtivas do próprio empreendimento” (2007, p. 106).

Mesmo que a ciência e a opinião especialista pareça não estar presente no outdoor e nas ações publicitárias, muitas vezes de gosto duvidoso, na ponta inicial, foram os especialistas que ajudaram a construir um rural enquanto natureza, como espaço eficaz na melhoria da saúde, na diminuição do estresse, na possibilidade de uma alimentação mais saudável.

Ao final, a ação dos especialistas se torna um receituário de compras. A cada novo risco que se apresenta, a cada nova ocorrência objetivamente observável de impacto ambiental, a cada alteração paisagística no entorno geográfico, um novo produto é criado como forma de solucionar esses impasses, para cada radicalização desses processos “uma política de capital formula a resolução” (MCMICHAEL, 2016, p. 26), indicada e vendida por uma política já consolidada de especialistas, é como nos diria Theodor Adorno

O princípio básico consiste em lhes apresentar tanto as necessidades como tais, que podem ser satisfeitas pela indústria cultural, quanto por outro lado organizar antecipadamente essas necessidades de modo que o consumidor a elas se prenda, sempre e apenas como eterno consumidor, como objeto da indústria cultural. Esta não apenas lhe inculca que no engano se encontra a sua realização, como ainda lhe faz compreender que, de qualquer modo, se deve contentar com o que é oferecido (2009, p. 35)

Verlaine Freitas em “Adorno & a Arte Contemporânea” traz a seguinte colocação

o que essa atividade capitalista efetivamente quer é uma produção em série de bens culturais para satisfazer de forma ilusória necessidades geradas pela estrutura de trabalho e também para manter a carência por novos produtos. O que se estabelece é um grande sistema em que as pessoas são constantemente enganadas em relação àquilo de que necessitam. Os produtos fornecidos pelos meios de comunicação de massa passam a ideia de que as necessidades que eles satisfazem são legítimas, próprias dos seres humanos como seres livres, que podem exercer seu poder de escolha, quando, na verdade, toda as opções são sempre pensadas a partir de um

princípio que torna todas as alternativas idênticas, pois todas acabam sendo meramente mais uma oportunidade de exercer o poder de compra (2003, p. 17 e 18).

A ideia de consumir um alívio as situações de risco, também se encontra ligada a uma certa positividade da atual sociedade. O indivíduo na alta modernidade, quase sempre desarvorado e aflito, portador de toda carga de fracassos sociais, também é fruto de um momento histórico onde a perda e o rompimento, características sempre presentes na sociedade, são cada vez mais anuladas, “a sociedade positiva” não admite “sentimento negativo” (HAN, 2017, p. 18) e a infelicidade se torna “crime passível de punição, [...] que desqualifica seu portador como membro autêntico da sociedade” (BAUMAN, 2012, p. 50)

Em outras palavras, ocorre uma busca para que as consequências duras e experiências negativas, frutos de rompimentos, sejam de algum modo anuladas ou ao menos percam potência de dor³³, assim, a ida ao campo, estaria vinculada a essa ideia de anulação daquilo que é negativo, normalmente relacionada a experiência urbana.

Isso torna a própria noção – hoje vítima de saturação semântica – de resiliência³⁴ quase nula. Agora, os níveis de resistência caem, os problemas aumentam e a exposição é maior, cooperando para uma constante busca por antídotos que consigam solucionar esses problemas.

2.1.3 A função mitigatória e a capacidade de produção de diferenciação social

Louco porque tudo o que o homem faz em seu mundo simbólico é procurar negar e superar sua sorte grotesca. Literalmente entrega-se a um esquecimento cego através de jogos sociais, truques psicológicos, preocupações pessoais tão distantes da realidade de sua condição que são formas de loucura – loucura assumida, loucura

33 As relações de amizade, agora facilmente feitas e desfeitas no mundo virtual, ressignificam a ideia de amizade, os relacionamentos amorosos tão passageiros quanto as identidades fluidas da alta modernidade também permitem trocas menos dolorosas “O veredito da sociedade positiva é este: ‘me agrada’. É significativo que o facebook se negue coerentemente a introduzir um *emotion* de *dislike button*. A sociedade positiva evita todo e qualquer tipo de negatividade, pois esta paralisa a comunicação. Seu valor é medido apenas pela quantidade e velocidade da troca de informações, sendo que a massa de comunicação também eleva seu valor econômico e veredictos negativos a prejudicam. *Com like surge uma comunicação conectiva muito mais rápida do que com o dislike.* (HAN, 2017, p. 24, grifo nosso)”

34 Penso que na alta modernidade não temos resiliência como tanto se fala, mas temos um aumento do consumo de produtos mitigadores. A resiliência estaria no indivíduo e na construção do *habitus*, enquanto que o que vemos é a compra de produtos que me dão a “resiliência”. A alardeada resiliência humana, nada mais é que a compra de produtos com capacidade de mitigação e de afastamento do risco do quadro da consciência.

compartilhada, loucura disfarçada e dignificada, mas de qualquer maneira loucura.
(Caio Fernando Abreu em Morangos mofados, 28,7 calibre)

A forma de consumo indicado por especialistas apresenta um potencial coercitivo inegável não só pela questão de sobrevivência biológica, mas também social, já que é grande o perigo em tornar-se um *outsider* se não forem consumidos determinados produtos, “submeter-se a esse arranjo se torna quase irresistível devido ao temor do fracasso social e econômico – medo de ficar para trás, de ser considerado antiquado” (CRARY, 2016, p. 54-55).

Para que os indivíduos consigam coabitar as problemáticas modernas, são oferecidos para o consumo: fins de semana na fazenda, produtos dietéticos, alimentos sem gordura trans, sucos orgânicos, dietas milagrosas, navegação anônima, palestras de empreendedorismo, livros de autoajuda, empréstimos bancários, selos sustentáveis, um conjunto que ajuda o indivíduo da alta modernidade a viver. Como colocado por Crary “há uma invenção de pseudonecessidades ou deficiências para as quais novas mercadorias se apresentam como soluções essenciais” (2016, p.63).

Por isso, uma indicação importante vinda dos especialistas vai se concentrar em um poder mitigador embutido no produto a ser consumido, ele deve apresentar capacidade de desinterpretar o risco, afastando este do quadro da consciência. Esses símbolos mitigatórios estão espalhados por nosso cotidiano, para ficarmos em apenas um exemplo, na Europa, o serviço de transporte Uber, possui uma opção em seu aplicativo que se chama UberGreen, possuindo um valor diferenciado, o cliente pode optar por uma viagem sem emissão de poluentes, em carros elétricos (Figura 2).

Essa capacidade mitigatória, por sua vez, será de extrema importância para aumentar a capacidade de produção de diferenciação social, já que, quase sempre um produto com maior capacidade mitigatória, terá mais potência em classificar positivamente o indivíduo dentro do grupo social que se encontra, isso faz com que certas soluções, agora em forma de produtos sejam mais visualizados, valorizados e reconhecidos que outros.

Na alta modernidade, um carro, não é simplesmente um meio de locomoção, um tênis não é simplesmente um progresso na proteção aos pés ou um avanço para o esportista, uma casa não é simplesmente um abrigo e o rural não é apenas sinônimo de tranquilidade, descanso e lazer, irei mais longe, essas almejadas características serão pouco consumidas se não tiverem capacidade de serem valorativamente expostas, para serem vistas, reconhecidas e produzirem diferenciação social. Esses objetos guardam em si, além da superação cosmética de determinados tipos de riscos, a capacidade de classificar e de identificar o indivíduo enquanto portador de uma identidade.

FIGURA 04 – VEICULO UTILIZADO PARA LANÇAMENTO DA PROPOSTA UBERGREEN



FONTE: Site B9 (24/10/2018)

Determinados tipos de consumo serão extremamente importantes para diferenciar os indivíduos no tecido social, uma compra como estratégia de lidar com o risco, seja ele o estresse ou a obesidade, também são potenciais marcadores sociais, capazes de colocar o indivíduo em situações de destaque.

Esse processo vai ser envolto por simbolismos que fazem parte de um esquema complexo de distinções sociais, que vão classificar o indivíduo perante a

sociedade. O consumo das classes privilegiadas, servirão para assegurar a “legitimidade da dominação” (CATTANI, 2009, p. 556), mantendo a vanguarda³⁵ de um consumo mitigador. Por outro lado, esse discurso sendo transversal, fará com que as classes sociais de menos posse também busquem seus próprios **desinterpretadores de risco**³⁶.

Mesmo que as ameaças sejam transversais as classes, as formas com que se relacionam com elas são diferenciadas. Há que se esperar que o 1% da população que segundo dados da OXFAM (2016) detêm mais riqueza do que os outros 99% juntos, lidam com os riscos de forma acentuadamente discrepante do restante da população mundial. Nesse sentido, vale inferir que quanto maior a distância socioeconômica entre os indivíduos maior diferença existirá na forma como lidam as com os riscos.

Segundo Laura Senna Ferreira (2016), mesmo quando o consumo se democratiza, as elites buscam maneiras de reforçar a hierarquia ameaçada³⁷ e fazem isso a partir de consumos mais específicos³⁸. O ato de consumir e mostrar o que consome “trata-se de uma espetacularização, a qual atribui ao consumo uma

35 Mesmo que esse quadro seja facilmente desconstruído, ocorre uma disputa pela construção do passado.

36 Nesse processo, ocorrem ações de adaptação de velhos cenários. Um exemplo profícuo é a indústria alimentar, onde grande parte dos produtos vão sendo reembalados com rotulagens mais verdes, com menos calorias, com papel reciclável, com logística reversa. Nesse seguimento, mesmo os produtos e estratégias reais de contestação ao modelo hegemônico, são constantemente mercantilizados pela atuação da economia de mercado. Essa capacidade de transformar tudo em mercadoria promove a adaptação do produto e a adaptação do discurso, permitindo tanto a criação de novos produtos, quanto a entrada de velhos produtos em novos cenários. Vejamos, o crescimento de uma oferta de alimentos cada vez mais individualizada que se contrapõe a produção convencional, elevando o interesse por alimentos locais com níveis controlados de insumos químicos, foi em pouco tempo adaptado a produção em larga escala, o que pode ser visto pela especialização da produção de orgânicos e no surgimento dos sistemas de integração entre produtores e grandes empresas do gênero alimentício.

37 O Brasil enquanto país pobre, contém um número baixo de objetos com capacidade de produzir diferenciação social. Por muito tempo, o carro e a casa própria foram dois importantes objetos que eram capazes de produzir essa diferenciação. Com a chegada da classe trabalhadora a esses produtos, decorrente do maior poder de compra, as classes médias e altas foram forçadas a procurarem outras formas de adquirir produtos que as diferenciasssem. Outro exemplo seria o da bicicleta, que deixou de ser um produto de desclassificação, ligado por muito tempo ao uso das classes baixas, visto como o veículo daqueles que estavam impossibilitados da compra de um carro, mas que nos últimos anos, por um processo de resignificação, foi elevado a um produto de classificação positiva, porque passou a estar agregado com uma série de outros valores e símbolos: a saúde, a inserção a um consumo mais consciente e a crítica a elementos típicos da problemática urbana, como o trânsito. Para Pierre Bourdieu a ampliação do uso do sistema escolar por categorias sociais que até então o utilizavam pouco, forçou as categorias que já utilizavam largamente o sistema escolar a “intensificar seus investimentos educativos” (2004, p. 61).

38 Pierre Bourdieu fala que um emblema de classe “definha quando perde o seu poder distintivo” (2003, p. 210)

forma específica de comunicação e de expressão simbólica de status, fazendo-o operar como código capaz de classificar e de gerar prestígio” (2016, p. 136).

Com índices econômicos brasileiros onde 14 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza e metade da população recebe menos que um salário-mínimo, permite inferir que para grande parte do contingente populacional, resolver problemas nutricionais ou se livrar do estresse, não se configuraria em um problema razoável³⁹. Contudo, a realidade não é tão simples, pois grande parte desse contingente é igualmente bombardeada com o gigantesco complexo de propagandas da indústria cultural e de uma cultura dependente da opinião especialista, exercendo pressão para que o consumo mitigador também faça parte do seu cotidiano.

A diferença econômica que se estabelece é que os produtos consumidos pelos indivíduos mais pobres conterão uma capacidade extremamente baixa de produzir diferenciação social, e mais, a presença de especialistas ocorrerá de forma indireta, principalmente através das difusas informações alastradas atualmente pelo mundo virtual.

Nesse sentido, ao tempo que o rural passa a ser destacado por especialistas enquanto produto portador de duas importantes características para a vida na modernidade (mitigação e diferenciação⁴⁰), consequentemente ganha força sua descrição positiva e ligada a natureza, local capaz de desinterpretar riscos e definir identidades. Aos poucos vai sendo ocupado por meios de hospedagem de luxo, mansões nas margens de rios e represas, eventos economicamente restritos – tais

39 Para o mundo do consumo faz sentido a frase tão ouvida em nossos cotidianos “isso é doença de rico”, e confirma que quando a capacidade de resposta em termos monetários é baixa, as soluções apresentadas também são escassas. Vejamos o fragmento da entrevista com o médico Carlos Medicis Morel para o Estadão **“Pode-se dizer que as doenças negligenciadas dão um baile na ciência?”** Gosto da expressão. Dão baile porque sempre se investiu menos nelas. *São doenças de pobre, e as companhias farmacêuticas não esperam fazer dinheiro com elas.* Essas empresas só entram em campo quando estimuladas por fator externo ou quando alguém chega com o dinheiro para a pesquisa. Aparece uma nova febre hemorrágica na África e ninguém presta atenção. Mas, quando aparece uma doença como a SARS, em 2003, no Canadá, daí o mundo fica em polvorosa. *A dengue teve mais recursos quando passou a afetar o turismo de certos países.* Tailândia, por exemplo (*grifo nosso*)”.

40 Essa dupla funcionalidade também pode ser vista em produtos não ambientais, Giddens, falando do uso dos SUVs nos EUA, nos dá uma ideia clara de um mesmo produto que contém em si, poder de diferenciação social, mas também de efeito mitigador do risco “Quem os utiliza nas cidades o faz, muitas vezes, por uma *ideia de elegância*, mas também porque eles proporcionam maior *proteção nos acidentes* do que veículos menores. E nem todos os motoristas de SUVs são machões, de forma alguma. Às vezes esses utilitários são dirigidos por mulheres, pela *sensação de segurança* que oferecem”. (GIDDENS, 2012, p. 31,7 *grifo nosso*).

como leilões de animais –, estruturas marcadas por um consumo não acessível a todos e se convertendo em uma imagem distante para os indivíduos mais pobres.

Nos dois tópicos seguintes, citaremos essas duas características do rural, que são superdimensionadas na alta modernidade, a capacidade mitigatória e a capacidade de produzir diferenciação social.

2.1.3.1 O poder mitigatório do rural na alta modernidade

Uma indicação importante vinda dos especialistas vai se concentrar em um certo poder mitigador embutido no consumo do rural. Nesse sentido o rural é definido enquanto capaz de proporcionar o afastamento do risco do quadro da consciência, mas só terá essa capacidade se antes tiver sido aprovado por um sistema que o definiu com positividade.

A palavra mitigação, utilizada em diferentes ciências, carrega em si a ideia de alívio e atenuação. Utilizada com certa frequência na ecologia, aponta para medidas que visam fazer com que os riscos sejam minimizados em seus impactos. Em nosso caso, quando falamos em capacidade mitigatória do rural, queremos dizer que várias características, ou mesmo, o rural enquanto um todo, serve para atenuar uma grande quantidade de riscos aos quais estamos submetidos em nosso tempo.

Esse poder mitigador do rural, pode ser observado tantos pelos produtos que esse oferece, quando pela sua paisagem e ainda por seu caráter semântico. Uma das formas pelas quais isso ocorre se dá pelo consumo das amenidades do rural, principalmente ligadas a ideia de vilegiatura.

Segundo a OCDE (1999) “o termo ‘amenidades rurais’ refere-se a uma ampla gama de características naturais e artificiais das áreas rurais, incluindo a natureza selvagem, paisagens cultivadas, monumentos históricos e até mesmo tradições culturais”. Essas amenidades são vistas como úteis a medida que apresentam capacidades mitigatórias, tornando-se dotadas de valor simbólico e monetário.

2.1.3.2 O consumo do rural e a capacidade de produzir diferenciação social

A capacidade mitigatória, citada no item anterior, será de extrema importância para aumentar a capacidade de produção de diferenciação social, já que um produto com maior capacidade mitigatória terá mais potência em classificar positivamente o indivíduo dentro do grupo social que se encontra, isso faz com que certas soluções, agora em forma de produtos sejam mais visualizados, valorizados e reconhecidos que outros.

Um dos fatores essenciais nesse jogo é o *status* agregado que cada produto consegue embutir em si mesmo e transferir ao jogador que o consome. Afinal, o consumo ocorre dentro de um sistema que estabelece e marca posições sociais, pois a maneira de consumir terá sempre um sistema de significação em determinada sociedade, e agora com a consolidação do processo de globalização, cada vez mais essa significação é compartilhada mundialmente.

Na alta modernidade os indivíduos são consumidores e consumidos enquanto produto, pois o conjunto social exige que este se exponha e seja avaliado com um valor de compra, fazendo com que “seu valor cultural” desapareça “em favor de seu valor expositivo” (HAN, 2017, p. 27).

O rural, em algumas formas de consumo, se configura como um “emblema de classe” e apresenta seu poder distintivo a partir dos objetos e ações que permite em seu interior, como o hipismo, a alimentação saudável ou mesmo a posse de uma chácara ou fazenda. Essas distinções farão diferença dentro dos grupos sociais aos quais esses indivíduos pertencem.

Segundo Arrais “a estada para lazer ou saúde, portanto, sempre exigiu infraestrutura de hospedagem, servindo igualmente como demonstração de prestígio social”, contudo, por muito tempo, a aquisição de um espaço rural (segunda ou primeira residência), era um fator de distinção muito restrito e de pouco reconhecimento social, em um tempo onde a chancela ainda não era feita de forma ampla pelo mercado e os sistemas peritos ainda não determinavam o cotidiano social com tanta eficiência. Ainda segundo Arrais

com a universalização do processo de urbanização, a representação negativa da experiência urbana foi disseminada em várias partes do planeta. Em um país como o

Brasil, com sua diversidade territorial e os estoques de áreas rurais nos arrabaldes das grandes cidades, a possibilidade de retorno ao campo (que não se resume ao aspecto nostálgico) *passa a ser uma demonstração de prestígio social, tanto quanto uma resposta aos denominados “problemas urbanos”* (2013, p. 74 grifo nosso)

Na mesma linha Eduardo Alexandre Ribeiro da Silva, fala que se atribuem “à natureza valores culturais instituidores de *status*, incluindo, desta forma, a natureza ao circuito do consumo” (SILVA, 2002). Sara Pugliese Larrabure (2011, p. 66), estudando o entorno do Rio Grande (SP/MG), onde a nomenclatura “Ranchos” ficou famosa, – perdendo seu sentido de casebre rústico, sendo ressignificado a ponto de agora representar construções que demandam consideráveis aportes financeiros – nos diz que “a utilização de rios e de lagoas tornou-se sinônimo de *status*”, onde as casas construídas em seus entornos são pertencentes as classes médias e altas, ora como proprietários, ora como locatários. No mesmo sentido Ana Lúcia Hazin Alencar (2007, p. 166) em estudo em Gravatá (PE), nos diz que “a segunda residência é fortemente um fator de distinção social para os agentes” e que “ter uma segunda residência indica um estilo de vida distinto e distintivo”.

Em resumo, a aquisição de um produto relacionado ao rural, seja o consumo verde, um fim de semana em algum aparelho do turismo rural ou a aquisição de um domicílio de uso ocasional, proporcionou aos indivíduos serem avalizados de forma mais positiva, pois isso se tornou tradutor da presença de maior capital econômico, mas também cultural.

2.2 CRISE AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL, UMA QUESTÃO GLOBAL

Junto com a ascensão da crise socioambiental no final do século XX, tivemos dois outros movimentos importantes na sociedade desse fim de século, a capacidade de emitir, compartilhar e ampliar o alcance das informações e a crescente oferta de produtos para o consumo. Consumo, informação e questão ambiental foram pautas que gradativamente passaram a fazer parte e influenciar nosso discurso e nossas escolhas. O comportamento humano na transição para o

século XXI se tornava difícil de ser compreendido em qualquer perspectiva que ignorasse o tripé consumo, informação e ambiente.

Da discussão acerca do ambiente, ganhou força a pauta da crise ambiental e do consumo, o consumismo. Se ambos ganharam espaços de discussão formais já na metade do século XX, provocando o surgimento de novas frentes de debate e intervenção para sanar os problemas decorrentes desses aspectos, a informação e principalmente o acesso, excesso e qualidade dela, foi percebida pela sociedade como um problema mais amplo somente no final do século XX.

Enquanto crise ambiental e consumismo, se revezaram entre coadjuvante e protagonista, a informação tangenciou a discussão, chegando a um momento onde desolidificou – pelo excesso de opiniões envolvidas – a discussão sobre quase tudo. Ignacio Ramonet, citado por Bauman (2012, p. 45), nos diz que “um único exemplar do *New York Times* contém mais informação do que a que seria consumida por uma pessoa culta do século XVIII durante toda a vida.” Esse excesso de informação foi tanto, que as estratégias, as críticas, as rupturas possíveis e os embates mais profundos perderam seu espaço, para Han o “acúmulo de informações” em si, não produz verdade, pois “faltam-lhes direção, saber e o *sentido*... A hiperinformação e hipercomunicação gera precisamente a *falta de verdade* (2017, p. 25 *grifo do autor*).

Decorrente desse excesso de informação e formas de comunicação, surgiram dois processos mais “abrangentes” e amplamente aceitos, inclusive sob o – também em crise – aspecto ideológico: a necessidade de levar uma vida imerso em uma crise ambiental e a necessidade – cada vez mais vital – de consumir em meio a essa crise.

Se antes essas discussões continham desde a proposta de novos modelos econômicos (economia ecológica) até a humanização/inflexão ambiental do modelo econômico atual (economia ambiental), após o excesso de informações, teorias e opiniões, os debates se tornaram mais líquidos num misto de superficialidade e inserção acrítica num modelo se não já colapsado em vias de colapsamento, como diria Byung-Chul Han “uma maior quantidade de informações não leva necessariamente à tomada de decisões mais acertadas” (2017, p. 16-17).

Com o excesso de informações, permaneceram somente as coerções para movimentações dadas pelos nichos identitários e pelos especialistas, tudo foi liquidado na sua profundidade, restando apenas discussões superficiais e tomadas de decisões de consumo como forma de opinar frente aos problemas. O engajamento passou a ser demonstrado através das formas de consumo exigidos – e muitas vezes transversais – pelos nichos identitários.

Essa variedade tangenciada pelo mundo do consumo e da informação, provocou uma rápida variação no interior dessas identidades, tornando-as mais dinâmicas, assim como, promovendo o surgimento de novas identidades em uma velocidade não vista até então. Para Eagleton, a cultura enquanto consumo, permite, assim como, a cultura como identidade, uma celebração ao particular “embora um particular que é mais provisório do que enraizado, mais híbrido do que um todo” (2005, p. 113).

A relação provisória com as coisas, fez com que firmar uma identidade se tornasse algo difícil e muitas vezes involuntariamente indesejado. Sabemos que as identidades, enquanto dependentes de um complexo de coisas, necessita de partes integrantes (hábitos e características que permaneçam por um tempo) que deem contorno identitário, entretanto isso se tornou cada vez mais raro, já que “o ritmo incessante de consumo tecnológico impede que exista um tempo para que nos familiarizemos com um determinado produto, ou uma combinação deles” (CRARY, 2016, p. 53). Como observado por Zigmunt Bauman

Na verdade, nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infundáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem: nas classes, as molduras que (tão intransigentemente como os estamentos já dissolvidos) encapsulavam a totalidade das condições e perspectivas de vida e determinavam o âmbito dos projetos e estratégias realistas de vida. A tarefa dos indivíduos livres era usar sua nova liberdade para encontrar o nicho apropriado e ali se acomodar e adaptar: seguindo fielmente as regras e modos de conduta identificados como corretos e apropriados para aquele lugar (2001, p. 13)

Quanto mais a globalização avançava, mais esses nichos e suas características de diferenciação passavam a guardar semelhanças em partes

diferentes do globo, somado ao fato de que todas elas, independente em que região do globo estivessem, foram pressionadas a lidar de alguma forma com a presença do risco. Com isso, se tornou salutar compreender como muitas expressões culturais foram criadas e submetidas a esses processos, afinal, ainda que a necessidade de lidar com o risco seja inescapável ao ser humano no século XXI e que essa tenha provocado uma revalorização do rural, isso ocorreu de maneira heterogênea. Na sociedade de risco, o campo “ressurgiu” de diferentes formas e contemplou várias visões, ainda que majoritariamente vinculadas a uma dada positividade do espaço campestre.

A descrição positiva sobre o rural passou a fazer parte e acelerou um consumo específico de coisas, que no limite formam um conjunto de pessoas com hábitos de compra semelhantes e de ares globais, marcado por um consumo mais “sustentável” e que normalmente é operacionalizada naqueles rurais que marcam um padrão híbrido de ruralidade.

2.2.1 Cultura Ambiental e Globalização

No final do século XX as questões ambientais ganharam maior intensidade, segundo Marcos Lobato Martins, o *turning point* da discussão ambiental se deu na década de 1970 (2007, p. 13) e para Guerra et al (2007, p. 9 e 15), até então essas questões eram incapazes de “gerar polêmica”. Desde então, a pauta ambiental gradativamente ganhou espaço nas discussões cotidianas, nas peças publicitárias, nos discursos políticos e no surgimento e maior aceitação do movimento ecológico.

São várias e já muito discutidas as razões que trouxeram a questão ambiental para o primeiro plano, trataremos isso como um estado de coisas já bem estabelecido, contudo, gostaria de citar três características que cooperaram para a expansão da pauta ecológica a nível mundial: (1) o aumento da percepção objetiva dos problemas ambientais, para além das classes mais pobres, através do que tem sido chamado de *feedback* ecológico, (2) a concomitante descoberta que os riscos ambientais poderiam ser uma importante fonte de lucro e o (3) enfraquecimento do Estado-nação, a partir do sucesso da globalização.

Possivelmente, o que primeiramente deixou a faceta ambiental da sociedade mais exposta, foram os desastres ambientais e as severas discussões acerca das desregulações do clima. O aumento dos *feedbacks* ecológicos levaram a uma intensa percepção objetiva das mudanças e de certa forma de sua relação com as ações humanas.

Em 1997 e 1998, as variações de temperaturas, as precipitações d'água e a violência dos furacões que acompanharam o fenômeno El Niño – da Indonésia ao Brasil – causaram o deslocamento de cerca de 5 milhões de pessoas, feriram 118 milhões e mataram 22.000; seu custo total seria da ordem de 33 bilhões de dólares. Na Nicarágua e em Honduras, La Ninã provocou inundações que mataram 9.000 pessoas e deixaram mais de 1 milhão desabrigados. Segundo vários cientistas, cabe seriamente supor que o reaquecimento do planeta associado às atividades humanas seja responsável pela amplitude do fenômeno (PASSET, 2002, p. 202)

A frente dessas ameaças surgiram ou se fortaleceram soluções coletivas, como os movimentos ecológicos, mas o gradiente de possibilidades de reação individual foram muito maiores e principalmente aceitas sob a égide do consumo. Fazendo com que o auge da discussão ecológica a partir dos anos 90, tenha sido seguida por uma mudança substancial, tanto entre produtores, quanto entre consumidores.

A “sustentabilidade ambiental” passou a ser transversal a quase totalidade do setor industrial, proliferando a etiquetagem de selos ambientais em embalagens cada vez mais verdes. Ocorrendo uma apropriação do ambientalismo pelos mais diversos setores produtivos, uma espécie de verdejamento na produção industrial, fazendo com que amplos setores do mercado lucrassem com a presentificação dos riscos.

A ostentação pelo consumo, mais efetiva quando agregava uma marca ambiental e apresentava um potencial mitigador do risco, tornou-se, auxiliado pela globalização e consequente enfraquecimento do Estado-nação, uma realidade cada vez menos restrita a economias desenvolvidas, mas um comportamento que ultrapassava fronteiras econômicas e culturais⁴¹.

41 A “construção da nação foi concretizada usando o patriotismo – uma disposição induzida (ensinada e aprendida) a sacrificar os interesses individuais pelos interesses compartilhados com outros indivíduos prontos para fazer o mesmo – como principal matéria-prima” (BAUMAN, 2012, p.79), quer dizer, a formação do Estado-nação é marcada por um movimento de desvinculação e então de revinculação, ou seja,

Ainda que de maneira geral o pensamento ecológico tenha sido globalmente aceito e reconhecido, foram suas versões mais “softs” que tiveram mais capilaridade, ocorrendo uma certa padronização global nas formas de consumo sustentável na alta modernidade. O que ocorre após o surgimento do pensamento ecológico, é uma certa pulverização, com seguidos processos de inflexões, fazendo com que parte do pensamento ecológico fosse engolido pela indústria cultural.

Assim, vários valores que até então ofereciam certo processo de resistência ao modelo vigente, contendo uma crítica ambiental contundente, tornaram-se facilmente aceitos nos mais amplos setores sociais. Podemos bem observar essa questão, pela preocupação ambiental de grandes marcas, como a Apple, Google e a Microsoft, as quais podemos chamar de supranacionais a medida que definem formas de consumo e de existência em distintas partes do globo.

As três empresas citadas acima, que se constituem como as mais caras marcas globais, tem seu portfólio ambiental facilmente encontrado, não raras vezes utilizadas com grande eficácia mercadológica⁴².

Em uma incursão nos sites dessas empresas, a questão da sustentabilidade ambiental pode ser observada. As menções a sustentabilidade, feitas por essas e outras empresas globais, definidoras de consumos e comportamentos, apontam

ao aceitar a nação, ocorre um rompimento nas fronteiras locais diante a aderência a uma maior geografia. A cola dessa aderência é a cultura “ela é o elemento que propicia a criação de um vínculo entre os homens, o cimento social, o elo que organicamente articula a ‘solidariedade’ (no sentido durkheimiano) entre os diversos grupos sociais dispostos em seu território” (ORTIZ, p. 39). Para Renato Ortiz na globalização o movimento de desterritorialização é levado as últimas consequências, compreende-se que agora um “ser” mais amplo, acaba fazendo com o estado-nação, aquilo que este antes fez com as localidades. O Estado-nação passa a sofrer tanto pelo ressurgimento das culturas locais, quanto pelo processo de globalização que ignora as fronteiras nacionais. Nesse sentido, a nação deixa de ser vinculada a modernidade, pois perde sua função orientadora da vida social e passa para o “plano da tradicionalidade” (ORTIZ, p. 42). Em suma, se a aceitação e consolidação do Estado-nação é selada por um conjunto cultural amplo, baseada em uma narrativa que consegue se tornar dominante, sufocando culturas locais e então tendo êxito no estabelecimento mais ou menos coeso de certo contorno cultural a uma nação, ela também é, nas palavras de Terry Eagleton (2005, p. 94), despeçada pela cultura enquanto identidade, pois ao tempo que as culturas locais tornam-se mais visíveis na sociedade atual e no fortalecimento das políticas identitárias, cooperam para que as fronteiras bem definidas pelo estado-nação se esmaecessem, fartos exemplos podem ser observados nas últimas décadas, mas se antes elas aconteciam com certa defasagem, a partir dos anos 2000 elas são quase que imediatas, como o *K-pop*, estilo coreano que dominou o mundo atingindo não só a questão musical, mas todo um estilo nos modos de vestir e até mesmo de se comportar.

42 Embora isso não seja exclusividade das grandes marcas, afinal, na modernidade todo mundo quer ser “sustentável”

para um segmento de consumidores preocupados com a existência de determinadas características “verdes” nos produtos.

FIGURA 05 – SUSTENTABILIDADE E GRANDES MARCAS: APPLE

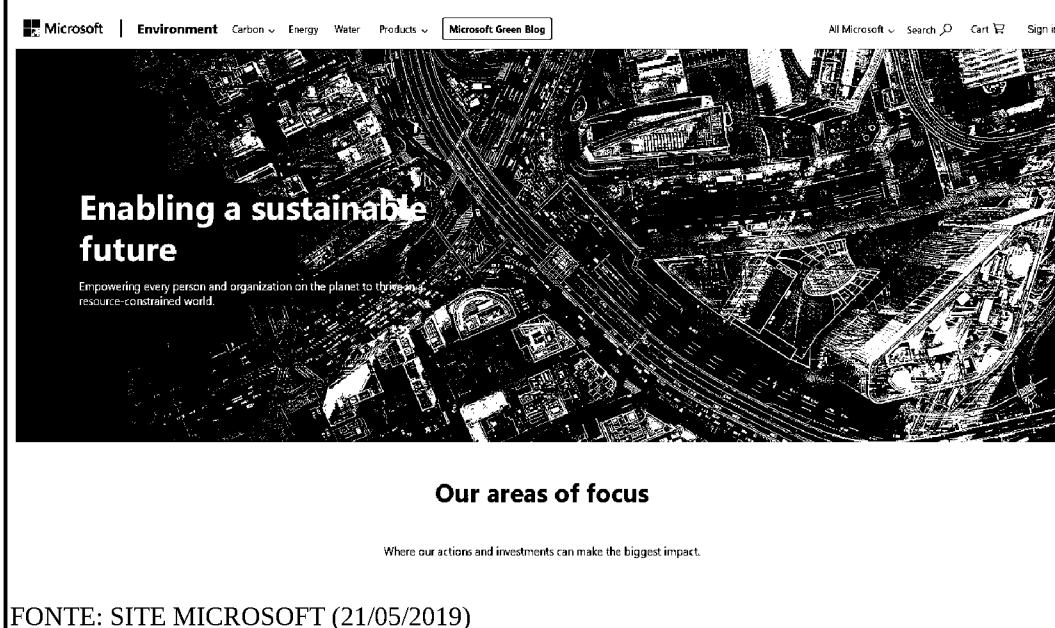
FONTE: SITE APPLE (21/05/2019)

FONTE: SITE GOOGLE (21/05/2019)

Essa busca global pelo “verde”, liga-se, entre outros fatores, ao enfraquecimento do Estado-nação, que pode ser vista pela supranacionalidade

dessas marcas, e que se desdobrou em duas situações principais: a formação de estilos de vida e consumo não limitados pelas fronteiras nacionais e o (re)surgimento dos localismos e das pautas identitárias, fazendo com que muitas expressões, como a ecológica, se tornassem mais visíveis.

FIGURA 07 – SUSTENTABILIDADE E GRANDES MARCAS: MICROSOFT



Esse estado de coisas proporcionou através da indústria cultural um sem número de objetos, figuras e imagens cosmopolitas, facilmente reconhecidas em grande parte do globo e disponíveis para indivíduos em crise e expostos aos riscos. Muitos desses objetos são uma mescla interessante de características locais e consumismo.

Nesse quadro o consumo tem a capacidade de provocar o estabelecimento de “uma memória coletiva internacional-popular partilhada mundialmente por grupos diversos” (ORTIZ, 2002, p. 41). Uma delas, apresenta um apelo ambiental evidente e comportamentos mitigatórios em proposital exposição, podendo ser vista como um conjunto de ações facilmente padronizados.

Para Renato Ortiz

afirmar a existência de uma memória internacional – popular é reconhecer que no interior da sociedade de consumo são forjadas referências culturais mundializadas. Os personagens, imagens, situações, veiculadas pela publicidade, histórias em quadrinhos, televisão, cinema constituem-se em substratos desta memória (1994, p. 127)

Para Terry Eagleton “é sobretudo com a política ecológica que as ligações entre o local e o global, uma *pietas* romântica de lugar e uma universalidade iluminista têm sido mais firmemente reconsolidadas” (2005, p. 92).

2.2.2 Rural e cultura ambiental: os signos de reconhecimento

Considerando esse quadro no âmbito da sociedade de risco e no turbilhão de consequências e antecipação de possibilidades catastróficas no contexto das crises ecológicas, foi que concebemos a formação de uma perspectiva de consumo mundial vinculada a comportamentos imbuídos de um apelo ambiental.

O surgimento e consolidação desse tipo de consumo é auxiliado, entre outras questões, a já citada força do atual mercado publicitário, segundo Renato Ortiz (1994, p. 111), a publicidade na indústria cultural reúne “determinados signos e referências culturais reconhecidos mundialmente”. No caso do rural, são bem visíveis símbolos como o silêncio, a contemplação, o balançar das folhas, os movimentos do ioga em paisagens naturais⁴³, os esportes de natureza, o pôr e o nascer do sol, as máquinas agrícolas, gastronomia local, cultivos agrícolas, agricultores ou povos tradicionais em trajes típicos, a música *folk*, o estilo rústico⁴⁴,

43 O yoga e a música *folk* talvez sintetizem bem o que nos diz Renato Ortiz “não só os objetos, mas também as referências culturais que o compõem, devem se desenraizar. O universo da publicidade é rico em ensinamentos dessa natureza” (1994, p. 111)

44 Uma das coleções da empresa brasileira Tok&Stok, atende pela chamada de Tendência Regional Natural, segundo o site da empresa “esta fórmula de sucesso prevê o uso de madeiras maciças de reflorestamento como Eucalipto e Pinus Elliottii, ambas de rápido crescimento e cultura sustentável... Considerada uma boa solução ecologicamente correta para o mobiliário, esta madeira aparece com acabamentos mais tradicionais como o Amêndoa e o Branco Lavado. Vestidas com cores inspiradas na natureza como Bege, Camelo, Caqui e Natural, as composições lembram os *suaes ambientes do campo*. As linhas, mais arredondadas, transmitem aconchego e certo idealismo infantil. Extremamente valorizados no hemisfério norte, os produtos em Pinus apresentam características de madeira viva. Os charmosos detalhes típicos da madeira, como nós e fissuras, conferem ao produto final uma aparência única... os acessórios produzidos em fibras naturais, como palha de milho e rattan, são parceiros certos nestes ambientes. Para completar o cenário, vasos e cachepôs em zinco e produtos em tecido 100% algodão dão um toque a mais neste *clima campestre*, característica marcante dos ambientes vestidos com a Tendência Regional Puro Tok&Stok”. (<https://www.tokstok.com.br/inspire-se/tendencias/regional-natural>)

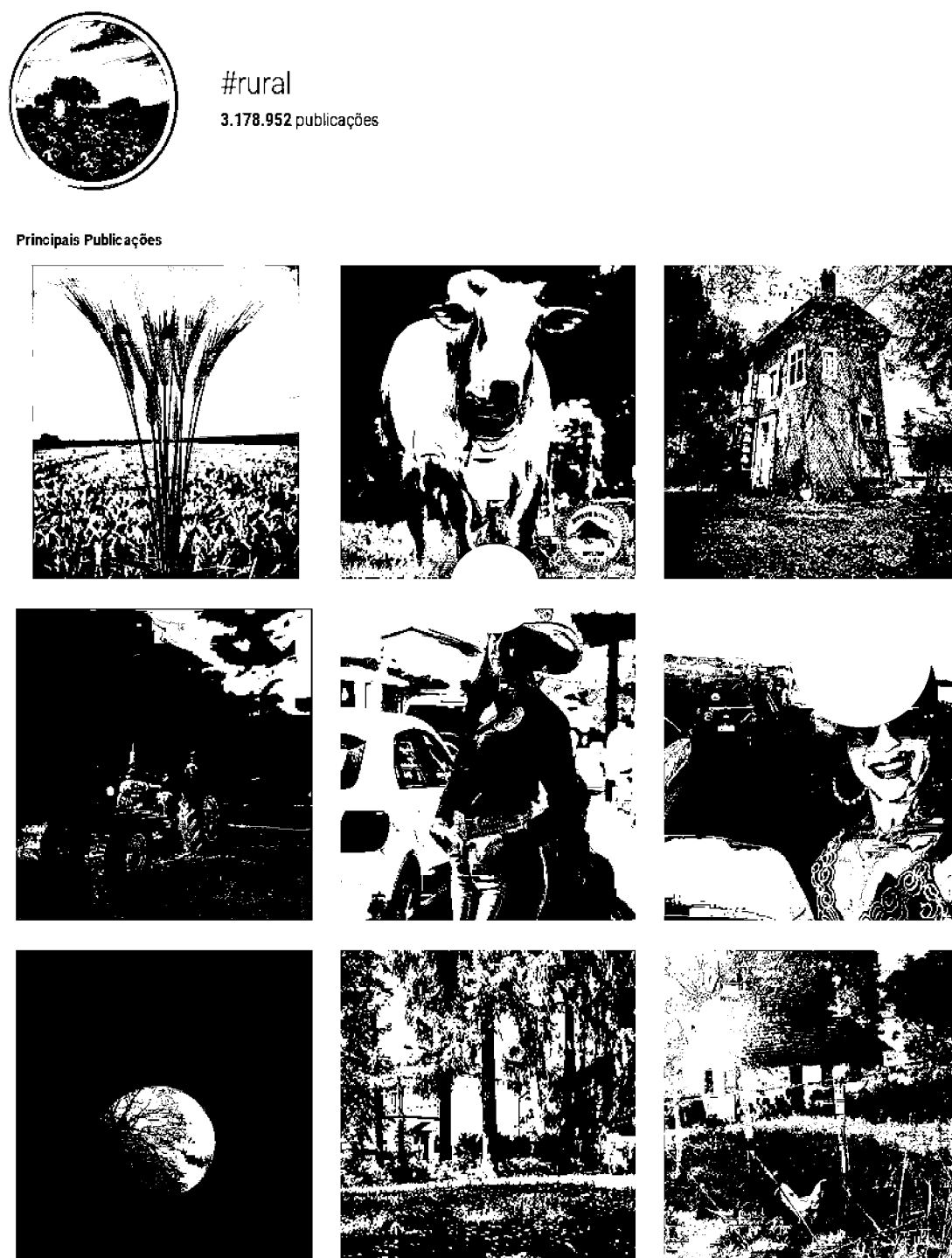
mas entre todos esses, o que mais é reconhecido é o “verde”, uma embalagem muda de significado ao simplesmente ter sua alteração de cor.

FIGURA 08 – COCA-COLA LIFE

FONTE: Site Coca Cola (21/05/2019)

Essas figuras cosmopolitas permitem com que o apelo ambiental seja mundialmente reconhecido, mais do que isso, seja buscado e retroalimente a lógica do qual é produto. Em uma das maiores redes sociais, o Instagram, aponta para como essas palavras (representadas principalmente pelas #nature e #countryside) são importantes para a colocação, manutenção e classificação do indivíduo no tecido social.

FIGURA 09 – PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES NA REDE SOCIAL INSTAGRAM SOB A HASHTAG RURAL



FONTE: SITE INSTAGRAM (08/06/2019)

FIGURA 10 – PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES NA REDE SOCIAL INSTAGRAM SOB A HASHTAG COUNTRYSIDE

FONTE: SITE INSTAGRAM (08/06/2019)

O rural torna-se facilmente reconhecível, porque está repleto de imagens e referências mundializadas, “a familiaridade emana deste mecanismo, a impressão de se encontrar em um ambiente ‘estranho’ (propiciado pelo deslocamento no espaço) mas envolvido por objetos próximos” (ORTIZ, 1994, p. 127). Não apenas a interpretação (e descrição) sobre o rural passa a ser mundializada, mas isso também abarca a crítica ao ambiente urbano⁴⁵.

FIGURA 11 – EVENTO DE CARNAVAL NO MEIO RURAL, PROMOVIDO PELA ESCOLA DE PERMACULTURA

FONTE: Site Escola de permacultura (21/05/2019)

45 A cidade como problemática também é um elemento mundializado, a ponto do seriado Game Of Thrones em um dos seus episódios replicar o seguinte diálogo entre dois dos seus principais personagens:

- Quantas pessoas vivem aqui?
- Um milhão mais ou menos.
- É mais que todo o norte junto, todos amontoados aí. Por que querem viver assim?
- Tem mais trabalho na cidade. E os bordéis são bem melhores.

Esse rural de referência – enquanto oposição a cidade – para uma parcela considerável de indivíduos é semelhante em muitos níveis. Os símbolos e ações praticadas são buscadas com certo desprendimento em lugares muito distantes, podendo ser repetidas sem muita preocupação com as lógicas locais.

O consumidor desse rural e de vários outros símbolos a ele ligados, forma um grupo que compartilha imagens e formas de interpretação e interação com o meio, ao tempo, que também se assemelha na exposição que mostra como foi o consumo, forma-se assim um grupo de consumidores de um rural marcado pela publicidade.

FIGURA 12 – EVENTO DE DESINTOXICAÇÃO URBANA NO MEIO RURAL, PROMOVIDO PELA ESCOLA DE PERMACULTURA

FONTE: Site Escola de Permacultura (21/05/2019)

Assim, os símbolos ambientais alastrados pela indústria cultural e armazenados na memória fariam parte daquilo que Ortiz chamou de “*traços-souvenirs*”, de onde os indivíduos podem escolher “um subconjunto, marcando desta forma sua idiossincrasia, isto é, suas diferenças em relação a outros grupos sociais”

(1994, p. 130). Por isso, mais que uma identidade⁴⁶, a expressão dessa cultura ambiental vinculada a modos de comportamentos imbuídos de um apelo ambiental, se configura como uma tendência que perpassa diferentes grupos identitários, com um arcabouço de justificativas mentais em comum. Como uma carga que o indivíduo carrega mesmo ao deixar certo nicho identitário. Se de um lado há fluidez no processo, decorrente da liberdade leve e suspensa “de tornar-se qualquer um” (BAUMAN, 2001, p. 75), também há permanência pela construção do *habitus* (no sentido dado por Pierre Bourdieu), esse sim mais duradouro.

Em resumo, essa cultura “ambiental”, são fragmentos do *habitus* que foram moldados pela indústria cultural no que concerne as questões ambientais e que são carregados pelos indivíduos entre os nichos identitários que este vai ocupar.

Por muito tempo a relação com as questões ecológicas esteve presente em duas formas, uma contestatória aos modelos sociais vigentes, casos que podem ser observados no movimento ecológico da segunda metade do século XX, mas também muito tempo antes, de forma elaborada já no século XIX, casos bem descritos por José Augusto Pádua (2012) para o território brasileiro. A outra forma, sempre esteve mais relacionado a um campo bucólico e romântico. Eis que agora, o que temos é, de certa forma, uma junção dessas duas coisas, feitas sob a plataforma consumista.

O gosto pelo consumo verde, abarca tanto características da crítica ambiental, como o romantismo pela natureza. Mas reduzidas tanto na capacidade crítica da primeira, quanto na profundidade contemplativa da segunda.

Isso ocorre porque o *habitus*, enquanto inscrição durável, mas também fruto da subjetivação da objetividade, integra elementos da indústria cultural de forma cada vez mais transversal as classes. Os indivíduos são submetidos a coerções de compra que guardam semelhanças em nível mundial – por exemplo, compras que desinterpretem o risco –, mas operacionalizam essa compra de maneira diversa.

46 Ainda que, com algum risco, o termo identidade coletiva poderia ser aqui utilizado, porém evitamos o uso devido as discussões que o termo, já carregado nas ciências humanas pudesse levar, nos desviando do objetivo central. Por outro lado, justificariamos o uso lembrando que a expressão identidade sofre uma diferenciação quando comparada do nível individual ao nível de grupo. Como duas pessoas jamais são idênticas, o termo identidade quando aplicado a grupos torna-se mais flexível “próximo a semelhança ou de similitude”, quando escolhermos esse uso assumimos que a “identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação” (CANDAUI, 2012, p. 25).

Os gostos e operacionalização das escolhas ocorrem pelo contexto histórico, padrão econômico e pelo nicho identitário ao qual o indivíduo está submetido naquele momento, mas a razão de fundo, o problema de base, continua o mesmo⁴⁷. Obviamente que os grupos sociais catalisam, potencializam ou esmaecem a coerção por essas operações, mas elas continuam existindo, seria como se a realidade social reafirmasse o *habitus*, estimulasse o *habitus*, ou simplesmente reescrevesse o *habitus*, ou ainda, não reafirmasse o *habitus*.

O que estamos afirmando é que a necessidade de desinterpretar o risco foi subjetivada de maneira quase que transversal as classes sociais em diferentes partes do globo, mas que a diferença do *habitus* fará com que as escolhas sejam – ainda que, as vezes somente ligeiramente – diferentes. Temos um problema em comum, uma realidade objetiva em comum, que será subjetivada de maneiras diversas pelos indivíduos que pertencem a contextos nacionais e classes sociais distintas. E quanto mais socialmente distantes estiverem os indivíduos maior variação existirá nessa subjetivação.

47 Exemplo, a necessidade de conviver com a crise ambiental é transversal as classes sociais, mas o elemento que eu consumo para permitir esse convívio é marcado por uma situação de classes, segue o velho exemplo, uma alimentação saudável pode vir pela *coca cola life*, ou pelo acompanhamento de um profissional (nutricionista) que me diz o que posso e o que não posso comer.

3 RURAL PASTEURIZADO E IMPACTOS NO MUNDO RURAL

Percebemos que a trajetória das vidas individuais, sustentada numa base de consumo, acaba por tornar contraditório o papel dos espaços rurais, pois ao tempo que as escolhas “sustentáveis” servem de alívio para os indivíduos “ambientais” que buscam uma segurança perdida em meio as ameaças e efeitos colaterais na sociedade de risco, também perfazem e aprofundam o caminho da compulsão pela compra de algo. O consumismo nesse sentido não é atenuado, pelo contrário, é acentuado, marcado de forma mais profunda.

Ocorre que esse movimento não faz com que o rural passe a ser constituído como um local mais protegido, de maneira oposta, esse movimento ressalta a pressão da sociedade englobante sobre o espaço rural (JOLLIVET, 1997, p. 112). Afinal, em uma sociedade que não desliga, ininterrupta, ocorre uma atração pelo rural como forma de atenuação dessa condição de ininterruptividade.

Além de elevar a pressão sobre o rural, esse fortalecimento de uma visão positivada e romântica sobre o campo, potencializa um processo crescente de artificialização. Conforme já escrevemos em 2014

Esse turismo das paisagens, da ligação do homem com a natureza, buscaria em alguns locais pouco modificados antropicamente o cenário ideal, mas não eram mais os pântanos e agrestes perigosos e selvagens que Thoreau falaria em muitos de seus escritos, de níveis elevados de complexidade biológica, era um cenário muito próximo aos jardins das cidades, mas sem as cidades, esse era o espaço a ser buscado e porque não, consumido, quadro esse muito próximo a certa colocação de Adorno (1985, p. 113) “a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança”

A natureza artificializada e altamente disciplinada dos parques e jardins urbanos⁴⁸ parece agora expandir sua lógica para o meio rural. Nesse sentido, o espaço campestre é alterado para e pela chegada desses novos atores, criando um rural como produto para o consumo, disciplinado e comercializado enquanto tal, dando forma ao que chamamos de rural pasteurizado.

48 Ironicamente, os parques e jardins urbanos são hoje mais acessíveis que muitos espaços (rios, cachoeiras, bosques, montanhas, etc.) presentes no meio rural.

As características locais são então usadas pela indústria cultural como objetos autênticos, ainda que destituídos daquilo que os diferenciava, ocorrendo o que Renato Ortiz chama de assepsia sîgnica “necessária para a aceitação do produto” (1994, p. 116), fazendo com que “a inovação no capitalismo” consista “na simulação contínua do novo, enquanto na prática as relações de poder e de controle permanecem as mesmas” (CRARY, 2016, p. 49). Frederico Oliveira Coelho, expõe o processo ao falar sobre a ideia de contracultura que

foi paulatinamente apropriada pela cultura de massas através da pasteurização de alguns dos princípios visto como desestabilizadores do “sistema”. A indústria cinematográfica e a fonográfica, principalmente, souberam vender para o grande público uma ideia de contracultura cujos limites de transgressão eram suportados dentro do mercado cultural de consumo dos grandes centros urbanos. O uso de drogas, o erotismo e a politização exacerbada tornaram-se valores tolerados – e positivados em alguns casos – no âmbito do universo das artes e do entretenimento para determinadas plateias, amortecendo assim o impacto de transformação que os movimentos despertaram ao surgirem (2004, P. 330)

Esse processo, ao tempo que possibilita a permanência de características aparentemente exclusivistas, tem como resultado algo que na prática não guardam grandes diferenças entre si, já que “apresentam, em sua grande maioria, uma mesmice em seus padrões e segmentações temporais” (CRARY, 2016, p. 62), pois mesmo que visualmente diferenciados “revelam-se, no fim das contas, como sempre os mesmos” (ADORNO, 2012, p. 12).

3.1 RURAL PASTEURIZADO

Em uma das nossas incursões a campo, notamos algo que nos parece bastante emblemático do ponto ao qual estamos procurando chegar. No interior de uma estrutura turística de Spa, instalada no meio rural, e configurada enquanto espaço de chegada e consumo para clientes urbanos, havia um gazebo, equipado com sofá e com uma vista privilegiada para uma paisagem postal de um cânion, de onde poderiam ser observados tanto o nascer do sol, quanto a vastidão azul de um céu de meio de tarde. Afora a vista realmente espetacular, algo nos chamava ainda mais atenção, uma fonte de água em frente ao sofá, que emitia um som similar ao

de uma pequena cascata. O detalhe principal residia no fato de que essa pequena cascata artificial era ligada por um *plug*, na tomada, localizada a menos de dez metros, e que era ativada pelos funcionários do empreendimento. Nesse sentido, os atores urbanos se deslocavam até o rural para ouvir o barulho de uma cascata que era ligada por uma tomada. Poderíamos dizer que o rural pasteurizado comporta um cenário um tanto quanto orweliano.

É nesse rural onde, no tempo livre, muitos buscam a liberdade, mas talvez esse seja o espaço onde a liberdade seja menos autônoma possível, considerando que nada do que se buscou foi fruto da agência dos indivíduos, mas produto de uma submissão ao conjunto social com suas exigências, seus especialistas e seus produtos da indústria cultural, para Adorno

Liberdade organizada é coercitiva. Ai de ti se não tens um hobby, se não tens ocupação para o tempo livre então tu és um pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e caís em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser seu tempo livre. Tal coação não é, de nenhum modo, somente exterior. Ela se liga às necessidades das pessoas sob um sistema funcional. No *camping* – no antigo movimento juvenil, gostava-se de acampar – havia protesto contra o tédio e o convencionalismo burgueses. O que os jovens queriam era sair, no duplo sentido da palavra. Passar-a-noite-a-céu-aberto equivalia a escapar da casa, da família. Essa necessidade, depois da morte do movimento juvenil, foi aproveitada e institucionalizada pela indústria do *camping*. Ela não poderia obrigar as pessoas a comprar barracas e *motor-homes*, além de inúmeros utensílios auxiliares, se algo nas pessoas não ansiasse por isso; mas, a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas querem lhes é mais uma vez imposto. Por isso, a integração do tempo livre é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas (2009, p. 108)

Em suma, o que chamamos de rural pasteurizado é o rural fruto de um processo de comercialização e coisificação de tudo, ocorrido principalmente nas últimas décadas, mas produto que – ainda que de maneira fictícia – se imbuí de soluções para problemas sistêmicos. Por isso pode ser considerado uma criação dentro da ideia de que problemas que atingem a coletividade podem ser solucionadas a partir de escolhas individuais e da construção biográfica, como diria Ulrich Beck, citado por Bauman “a maneira como se vive torna-se uma solução biográfica das contradições sistêmicas”

Ao tornar-se produto e portador de produtos, inflacionados pelas propagandas da indústria cultural, o rural precisou passar por diversos processos de adaptação, visando a ampliação dos grupos de compradores. Ao se adaptar perdeu muito de suas características, já que essa adaptação não ocorreu enquanto fruto de um processo dinâmico de interações sociais, mas como uma imposição de elementos e características mais valorizadas para fins de consumo. O rural pasteurizado pode ser definido enquanto produto do que Zigmunt Bauman chamou de sociedade de consumidores.

Vale lembrar que ainda que sempre tenha estado como local de compra, o rural mantinha dimensões importantes de sua condição básica e seus compradores mantinham relações mais duradouras com o meio (ainda que muitas possam ser interpretadas como relações de exploração). Já atualmente o consumo é menos duradouro na experiência, e mesmo quando temporalmente mais extensos, no caso da aquisição de residência principal ou de uso ocasional, o aprofundamento nas dinâmicas espaciais não são efetivadas. Ao final das contas, muitos rurais, tornam-se cenários de ostentação de determinados estilos de vida e consumo.

Essas adaptações por sua vez, provocam mudanças significativas na vida local. Ao tempo que a ida ao rural busca promover alívio a determinados segmentos urbanos, não raras vezes aprofunda problemas para as coletividades locais⁴⁹.

Nesse sentido, o movimento residencial ou turístico, pressupõe adaptação, mesmo o chamado “turismo de experiência” conhecido pela inserção mais profunda no sítio turístico, acaba comportando algum tipo de processo adaptativo.

Em estudo na Praia do Góis e na Prainha Branca (Baixada Santista – SP), distante 30 anos da nossa atual realidade, Olga Tulik já observava “uma justaposição das atividades modernas aos meios tradicionais de subsistência, o que

49 Processos que já foram vistos no litoral, com a ocupação das áreas mais próximas a orla, por atores de maior poder aquisitivo, segundo Arrais “Em Caucaia [Região Metropolitana de Fortaleza], a maioria dos aglomerados subnormais está distante da orla e, possivelmente, parte da população que vive nos domicílios com tais características, dada a rotina de trabalho na capital, não desfruta cotidianamente das amenidades naturais, bem como aquelas socialmente criadas ao longo das áreas de praia. Isso não significa que a população não utilize as praias, mas que a utilização exige maior esforço e consumo de tempo, especialmente em relação ao transporte público. A história da expansão da segunda residência, vista por essa lógica, é apenas a continuidade da história da fragmentação das áreas e, conseqüentemente, do tecido social” (2013, p. 71)

significa, em outras palavras, que o caiçara, para sobreviver, procurou tirar proveito dos efeitos da urbanização” (1990, p. 75).

Estudando a atividade turística em Maria da Fé e Ipoema (distrito de Itabira), ambas em Minas Gerais, Fabiana Almeida, diz que

As interferências que caracterizam a ruralidade sob a influência do turismo se referem à apropriação do território por investidores do setor turístico de maior poder aquisitivo, morador local ou de fora do distrito. Verifica-se pouco resultado no aumento das chances de ganho da população que mais vem sentindo o declínio da produção agropecuária no Brasil nas últimas décadas, as famílias que compõem as comunidades rurais tradicionais. Além de exercer pouca influência no desenvolvimento das comunidades rurais mais carentes, nota-se que a instalação da produção do turismo tem reforçado o comportamento urbano na sede do distrito (2009, p. 58)

A seguir, procuramos contextualizar na realidade rural, parte desses processos adaptativos e impactantes aos quais o espaço campestre passa a estar submetido dentro dessa ordem de coisas e acontecimentos que procuramos situar até aqui, observamos que assim como na cidade, ocorre “uma sistemática transformação no padrão de propriedade”, produzindo “profundas e significativas implicações em termos de equidade, democracia e direitos” (SASSEN, 2015, p. 20).

Deve ficar claro que quando elencamos os diversos impactos negativos nesses locais, não estamos apontando que inexistem vários outros impactos que sejam positivos. Mas preferimos mostrar que existe uma tendência de transformação do campo, que pouco tem a ver com o protagonismo local e com a dinâmica das culturas locais, mas sim, um atropelamento dessas particularidades em nome do bem-estar de grupos urbanos.

3.1.1 Um rural recriado a partir da interpretação urbana do que é o rural

Como discutimos até aqui, a imagem do rural para grande parte da mentalidade urbana obedece uma ordem romântica do espaço, forçada por parte da história humana, onde muitos atores já viam no rural um espaço idílico e bucólico, componentes de uma descrição que nas últimas décadas têm logrado sucesso, principalmente ao terem seus valores reforçados por trabalhos e retrabalhos da

indústria cultural, isso fez com que se colocasse acima de outras descrições que outrora haviam sido hegemônicas.

FIGURA 13 – CHARGE DE MIGUEL BRIEVA

FONTE: Brieva, 2012.

Isso faz com que de forma geral, exista uma relação antagônica entre um rural real e um rural fruto dessa descrição, que focaliza e homogeniza uma perspectiva, quase sempre positiva, sobre esse espaço.

No rural não pasteurizado o indivíduo que o adentra é colocado frente ao outro, ao diferente, se insere em um espaço onde encontra-se destituído de um processo totalmente capaz de descodificação, a situação inicialmente lhe causa estranheza, angústia, e no limite desconforto, mas também vulnerabilidade. Já o rural pasteurizado, como produto da indústria cultural, permite descontração, feito “para aquele consumidor que se sente desgastado, tanto física quanto psiquicamente, no cotidiano, e que precisa de estímulos sensíveis que o façam recobrar a satisfação por sua identidade” (FREITAS, 2003, p. 28).

É assim que muitos atores levam ao campo um mundo urbano com todas as facilidades de classe, fundido-as as amenidades do rural, muitas que não estão plenamente acessíveis para os próprios moradores. Quando, por algum motivo, o rural real e ainda não pasteurizado se coloca como empecilho a descontração e a positividade, se processa a tentativa, muitas vezes exitosas de disciplinamento não só do espaço, mas também da cultura local, de modo a ficarem aptas e conciliáveis ao modo de vida urbano no rural.

Para esse disciplinamento ou conformação do espaço, ocorre a pasteurização, algo próximo ao processo de antropofagia descrito por Zigmunt Bauman a partir de Lévis Strauss, que consiste em devorar o outro, ingerir, fazendo com que a partir do processo metabólico, o devorado torne-se igual ou suportável ao devorador⁵⁰, ainda para Bauman, essa estratégia visa “a suspensão ou aniquilação de sua alteridade”, sendo uma característica presente nos espaços de consumo. Para o caso do rural, diria que esse processo de aniquilação se incide sobre o espaço físico e não somente sobre os atores, quase que uma pasteurização dupla, uma sobre os atores sociais, e outra sobre os espaços físicos, contudo, enquanto os primeiros podem mostrar maior resistência, o espaço físico é mais passível de sofrer alterações provocadas principalmente através de dinâmicas econômicas⁵¹.

Ao se dar ênfase a essas estratégias, muitas atividades são criadas ou adaptadas a esses estilos de vida. Em estudo da década de 1990, Olga Tulik relata sobre a chamada “pesca turística” na Praia do Góis (Baixada Santista), quando muitos catraieiros passaram a se dedicar na atividade de conduzir turistas para passeios ou pescarias, situação que também foi notada por Adriano Violante e Amarildo Silva (2008, p 7), na cidade de Porto Rico no Paraná,

os agricultores/pescadores que fazem da pesca uma atividade rotineira, quando esta é fechada – período de defeso, eles se dedicam a atividades relacionadas aos visitantes, como barqueiros, conduzindo os turistas às praias e a outros pontos de visitação.

50 Nesse sentido poderíamos citar o canibalismo e assimilação forçada, “cruzadas culturais, guerras declaradas contra costumes locais, contra calendários, cultos, dialetos” (BAUMAN, 2001, p. 201).

51 E se considerarmos que a alteração da paisagem, leva a uma alteração da memória, pode-se concluir que ao se pasteurizar a realidade física, os atores locais passam a estar mais suscetíveis.

Podemos inferir que a ida do turista dificilmente é feita como forma de buscar uma experiência totalizante⁵². Na maioria das vezes, ocorre uma tentativa de facilitação da experiência (exemplos semelhantes vão do trabalho dos sherpas no Everest aos guias que levam comida e montam a barraca dos turistas na Trilha Inca em Machu Picchu), os passeios intermediados ainda que muitas vezes sejam necessários para que as atividades turísticas se justifiquem do ponto de vista da geração de empregos, acarretam uma experiência padronizada e pontual, ou seja, dificilmente esse turista vai retornar a esse local, afinal já consumiu o que tinha para ser consumido. Ao mesmo tempo, muitas atividades são criadas sem nenhum vínculo com a história local, ou com as atividades historicamente exercidas, mesmo as atividades lúdicas passam a ocorrer em função de um ente turista ou neorural.

Embora essas atividades possam ser vistas de maneira positiva a medida que permitem um aquecimento da economia local, evitando que muitos moradores caiam na miserabilidade, ou mesmo se tornem dinâmicos no tão em voga discurso do empreendedorismo, também cooperam para uma inserção débil na economia, conforme ficam dependentes de um aquecimento econômico amplo que permita o afluxo de pessoas em busca de serviços turísticos, e que exija um processo de adaptação ao gosto do cliente.

Isso também pode ser visto, pelos seguidos processos de ressignificação. Sílvia Figueiredo, falando dos processos de mudança da dança do carimbó em Soure (PA), nos diz que

ele agora já não é dançado nas festas da comunidade, e sim realizado nos salões dos hotéis ou em festivais programados; o lazer do “caboclo” já é agora trabalho, pois dança para ganhar dinheiro (cada apresentação é paga); ... enfim, o que antes era

52 A gourmetização das comidas locais também operou um processo de pasteurização, onde novamente podemos observar a não totalidade da experiência. Em um das falas em nossa dissertação de mestrado, um empresário ao comentar sobre os pratos do seu restaurante diria “é uma comidinha do campo, mas com requinte da cidade”, em uma das nossas incursões a campo, conversando com o dono de um restaurante de preços pouco acessíveis, também em SLP, ele diria acerca do uso de cogumelos frescos “quem usa cogumelo comprado em balde é o restaurante da vila”, ironicamente o restaurante referido “da vila” (situado na região central de SLP), era de propriedade de um morador local, que não usa cogumelo nas comidas que serve, ou seja, a frase foi utilizada na iminente intenção de diferenciar os restaurantes, agregando valor a um e escanteando o outro. Isso guarda certa semelhança com o que Renato Ortiz, comenta sobre o Jeans americano, inicialmente usado por trabalhadores do meio rural, mas que posteriormente se torna uma importante peça do mercado da moda, diria “o que era sinônimo de simplicidade, labuta, roupa de trabalhador, transforma-se em sinal de distinção” (1994, p. 115)

lazer, dançado em todas as festas, transforma-se em espetáculo, em que cada apresentação precisa de uma “produção” ainda que pequena. O turismo com certeza transforma o brincante em componente de grupo parafolclórico (1999, p. 2019)

O mesmo autor continua, “são criados então novos espaços para a cultura popular, não mais o terreiro das festas, o armário da cozinha para os objetos, não mais a mesa para as comidas, mas o hotel, a loja de *souvenir* e a barraca do festival (1999, p. 219).

O rural pasteurizado é um rural altamente disciplinado em seu espaço, o que pode ser visto tanto na construção de meios de hospedagem modernos no meio rural, como entre os proprietários de casas de veraneio, como observado por Larrabure nas margens do Rio Grande (MG/SP), onde esses proprietários “estão entre os turistas que modificam a paisagem e a estrutura local de forma mais relevante” (2011, p. 65), a mesma autora afirma que o que ela denomina de “subúrbios” de veraneio

podem provocar alterações significativas nas estruturas das populações residentes que vão desde a substituição das atividades primárias (pesca, agricultura e pecuária) por aquelas do setor de prestação de serviços – como empresas que alugam equipamentos para a prática de esportes náuticos (jet ski, lanchas, etc.) ou que oferecem serviços de passeios, até a migração de trabalhadores de outras áreas, a construção de empreendimentos direcionados para as funções de lazer e recreação e o surgimento de serviços de alimentação que funcionam apenas nos fins de semana e dias de grande movimento (LARRABURE, 2011, p. 105)

Podemos afirmar que no rural em pasteurização ocorre um processo de artificialização silenciosa, que focaliza algumas características (muitas delas já em desuso no meio rural) e artificializa, criando um ambiente cenográfico de um filme rural, diferente de outros momentos históricos, agora a essência da alteração é diferente, pois em certa medida busca a partir de seguidos disciplinamentos, resgatar uma natureza e cultura então perdida, ainda que resulte em uma natureza e cultura inventada.

Filipe Alгатão (2015), estudando a atividade tropeira no século XXI, mais precisamente em localidades no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira, evidencia algo interessante. A ocorrência de tropas nesses locais se dá pela quase inexistência de outros meios de locomoção. Esses tropeiros persistem em um meio

de transporte considerado obsoleto em grande parte do território brasileiro, contudo, os produtos (queijos, doces...) que carregam de um local a outro, ganha nessa transição um maior valor econômico. Após serem transportados por tropas, acabam imbuídos de um valor tradicional, antigo, quase que um carimbo de autenticidade de produto local. Alгатão (2015), percebe então que para além da dificuldade de acesso a outros meios de transporte, a continuidade das tropas ocorre motivada pelo turismo, à medida que este demanda e valoriza gêneros alimentícios transportados por essas, permitindo a recuperação e posituação da imagem do tropeiro, principalmente enquanto símbolo cultural.

Nos perguntamos se haverá um momento onde as tropas serão realizadas, pura e simplesmente, para o deleite do turista consumir algo que foi transportado por tropas (ainda que pudessem ser feitas – o que hoje parece não ser uma realidade possível – por outros meios de transporte). Pois ainda que essa lógica possa representar algum nível de resgate de uma cultura que estava sendo perdida, também é um resgate feito muitas vezes de maneira descolada de sentido semântico, onde muitos valores mais ligados as lógicas locais são substituídos por construções objetivas, bem representadas pelos museus, centros turísticos e monumentos.

Do ponto de vista factual, grande parte das alterações ocorridas devido as novas dinâmicas no meio rural, precisam para ser efetivadas, passarem por esferas de poder, onde atores com maiores somas de capitais, apresentam maiores possibilidades de levar a cabo suas reivindicações. Nos pequenos municípios brasileiros, os principais palcos para essas ações são as esferas do poder público, ou braços do poder público, bem representados pelos conselhos municipais.

Esses espaços que inicialmente visavam democratizar discussões estruturais dos municípios brasileiros, foram aos poucos dominados por determinados indivíduos. Um dos fatores, que já abordamos em artigo de 2016 (SILVA, 2016), foi que a chegada de novos habitantes no campo, parte deles com ampla soma de capitais trouxe ao palco, atores que já tinham voz em seus locais de origem, cooperando para que as comunidades fossem colocadas em segundo plano.

Esse direcionamento ocorreu pela implantação de indústrias no meio rural, pela chegada de novos moradores, turistas, neorurais, chacareiros, entre outros. As prefeituras e seus representantes legais, sempre devedores de satisfação aos seus grupos políticos passaram a submeter-se também as indústrias que cobravam seu quinhão na definição das políticas públicas. Se antes a cobrança ocorria no gabinete, ela passou a ocorrer nas reuniões dos Conselhos Municipais.

O aumento da segunda residência e do número de aparelhos de lazer trouxe grupos de moradores urbanos que estavam preocupados que suas chácaras estivessem na pauta de prioridade das políticas municipais, fato facilmente observado pela frequente preocupação com as vias de acesso e o investimento (ou atração de) em meios de comunicação mais eficientes. Se por um lado isso beneficiava o conjunto rural, por outro trazia a primeiro plano aquilo que nem sempre era a prioridade para a comunidade, além de lançar a possibilidade em ouvir a voz da heterogeneidade novamente para marginalidade.

Esse quadro foi facilitado pela crença das prefeituras municipais na atividade turística como uma espécie de panacéia para os problemas econômicos locais. Quando atuei no poder público municipal de Balsa Nova/PR, percebia não somente uma crença dos atores locais em um turismo resolutivo, mas também por parte dos agentes públicos, que além disso não enxergavam essa atividade sob o monopólio da população local, mas o turismo era sinônimo de “pousadeiros”, os quais, como demonstrei em estudo de 2014 nesse mesmo município, eram normalmente constituídos por atores externos.

Para Laraburre, problemas como a fragmentação do espaço se intensificam “quando o poder público se deixa induzir pela promessa de ‘progresso’ trazida pelo turismo e se torna propagador dos interesses de sujeitos hegemônicos, abandonando sua ‘vocação’ de servir à sociedade” (2011, p. 133)⁵³.

53 Ao intermediar esses disciplinamentos, ou não intervir e fiscalizar esses disciplinamentos, muitos impactos ambientais negativos são acelerados. Embora contraditório, afinal, o rural pasteurizado emerge, em certo sentido, ligado ao aumento da valorização do campo pela perspectiva ambiental, ele também mostra-se negativamente impactante, dado o fato que esse tipo de atividade exige dos ambientes naturais um forte disciplinamento, marcando uma contradição do mercado turístico, inclusive suas perspectivas ditas “sustentáveis”, afinal o deslocamento ocorre tendo a paisagem como atração, ao mesmo tempo que pode ocasionar uma alteração profunda dessa paisagem, inviabilizando o principal fator motivante do deslocamento turístico.

Podemos afirmar, que a intermediação não ocorre somente nos conselhos municipais, mas se alastra por outras dinâmicas locais, fazendo com que no rural pasteurizado ocorra uma presença maciça de intermediadores, seja na produção agrícola, na produção artesanal, na formulação do pensamento político, nas representações e manifestações culturais, em suma, a lógica já existente de indivíduos com maior soma de capitais intermediarem os processos locais, é fortalecida.

Em Resende Costa, cidade do Estado de Minas Gerais, pode-se observar bem essa situação, quando lojistas locais, promovem a venda de forma intermediada, anulando a venda do artesão direto ao consumidor (SOUZA, p. 236). Isso também ocorre com a produção de orgânicos, onde não raras vezes, o agricultor local é contratado como mão de obra para empreendimentos criados por atores urbanos que conseguem ter uma melhor capacidade de escoamento da produção orgânica, que hoje se encontra mais valorizado e consumido pelas camadas médias e altas. É nesse sentido que o rural pasteurizado também enfraquece a agricultura e principalmente a figura do agricultor, que acaba sendo elevada ao simbólico, mesmo como figura extinta, que aos poucos vai desaparecendo da realidade objetiva.

Outra forma de enfraquecimento da agricultura é a constante aquisição de terras para construção de casas de campo e os condomínios rurais. Interessante notar que essa já é uma preocupação sociológica desde a primeira metade do século XX. Amaral Fontoura, em livro baseado em estudos da década de 1940, já fazia uma crítica as outrora produtivas fazendas que se tornaram apenas pensões para veraneio.

...centenas de fazendas outrora prósperas e hoje reduzidas a pouco mais do que taperas. Nobres propriedades rurais do Império hoje transformadas em *simples pensões para veraneio*... (FONTOURA, 1950, p. 20 *grifo nosso*)

Dentro desse quadro, não é incomum o desdobramento de outro fenômeno que também coopera para o enfraquecimento da agricultura. Em muitos empreendimentos hoje instalados no meio rural, a ligação do empreendedor –

muitas vezes de origem não local – é fraca, principalmente por manter com a terra apenas um vínculo econômico, ou vai se tornando fraca a medida que os laços com o sistema financeiro se tornam mais fortes. Ocorre que com o aumento da comercialização muitos locais deixam a produção própria e passam a adquirir produtos de outras regiões, facilitando a fabricação que deixa de ser totalmente artesanal, exemplo o que foi notado por Garrido (2013), em uma Colônia em São José do Pinhais (PR), onde a fabricação de vinho artesanal, anteriormente feita com uva de parreirais locais, passou a ser feita com uvas vindas de outros estados.

Processo semelhante, ainda que em um setor não agrícola, foi notada em Resende Costa pelo já citado estudo de Cristiane Natalício de Souza sobre a prática do tear, onde os produtos de uma “produção manual massificada”, são vendidas enquanto produtos oriundos de uma produção tradicional, “a patrimonialização do ofício de tecer convive lado a lado com a tecelagem industrial, de produção manual massificada – que igualmente se faz passar, aos olhos dos consumidores, por artefatos de produção tradicional” (2018, p. 237).

Para Luzia Neide Coriolano, Cláudia Leitão e Fábio Vasconcelos “os processos massificadores da atividade turística produzem ‘não-lugares’, desterritorializam indivíduos e comunidades, com efeitos perversos à vida comunitária e social, gradativamente mais órfã de imaginários e destituída de sentimentos de pertença” (2009, p. 35)

Os “não lugares”, são espaços que buscam “esvaziar as idiossincráticas subjetividades de seus ‘passantes” (BAUMAN, p. 113-122). Para Bauman um não lugar “é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história” (p. 113–122). Espaço decodificado e ordenado, como bem descreve Renato Ortiz

Um aeroporto possui um conjunto de normas que orienta o viajante desde que chega ao estacionamento até o momento do embarque – horário de chegada e de partida, compra do bilhete, *check-in*, *check-out*, acesso às bagagens, exibição do documento de identidade. Cada ação é minuciosamente descrita no plano de funcionamento do todo-aeroporto, e independente da individualidade daquele que a executa. Um supermercado agrupa de maneira lógica os produtos nas suas prateleiras: cereais, enlatados, laticínios, carnes e frangos, além de sugerir ao cliente toda uma atitude de comportamento quando este caminha pelos corredores repletos de mercadorias. Um shopping center, apesar do movimento errático da multidão que nele transita,

tem uma lógica interna, dispondo suas lojas de maneira adequada nas ruas cuidadosamente projetadas em seu plano arquitetônico. (1994, p. 135)

O rural pasteurizado pode ser encarado como um não-lugar, onde a tônica torna-se a ordenação, o protocolo e a ausência de toda e qualquer necessidade de decodificação, ou onde a possibilidade de decodificação é total, o rural torna-se “mundialmente inteligível”, para usar uma expressão de Renato Ortiz (1994, p. 116).

Já o rural não pasteurizado, pode ser pensando naquilo que é direto, produção total do ator, é o artesanato na sua radicalidade, com produtos específicos, exclusivos, frutos do pensamento do ator. Esse artesanato ele pode atingir uma economia de mercado, mas não é concebido enquanto tal, sua singularidade o afasta do que é usual, padrão. Já se pensarmos no rural pasteurizado veremos que ocorre uma simulação do ambiente, se hoje mirássemos os espaços de lazer criados para o turismo, plantações orgânicas e projetos de conservação ambiental em diferentes partes do território brasileiro, ou mesmo do globo, encontraríamos muitas diferenças? A conformação do espaço das pousadas e hotéis, os plantios orgânicos, as variedades produzidas, as formas de processamento, os projetos de conservação, será que estratégias diversas se espalham de forma geral? Ou será que mesmo que certa diversificação exista, o que impera é um padrão geral de modelos comportamentais e estruturais?

Essa homogenização dos elementos, interrompe o encontro. Não havendo desarme e vulnerabilidade, o indivíduo passa ileso a adaptação. Todo movimento de esforço para compreender as lógicas locais torna-se desnecessário. Mesmo no contato o espaço é adaptado aquele que chega, contudo, muitas vezes nem o contato é existente, impedido pelos muros e cercas, físicos e simbólicos que marcam o rural pasteurizado.

Os referenciais situacionais são adquiridos pela posse de diferentes tipos de capitais, principalmente econômicos, vale dizer que esses referenciais situacionais podem ser adquiridos *a priori*, seja pela cultura em geral, seja pela compra de símbolos de entrada (de permissão). No rural, a chegada de novos residentes vem carregada de uma noção de compra e pertencimento do meio, vinda pela posse e aquisição do imóvel, da diária, da experiência, e pela autoaceitação de superioridade

frente ao morador local. No lado oposto, o morador local, encontra-se isento da posse desses meios (“*tickets* de passagem”), isso explica a desigualdade de acesso por parte dos moradores do rural, aos bens culturais (teatro, cinema, etc.), presentes no meio urbano.

3.1.2 Muros e cercas: um rural protegido da comunidade local

A chegada de novos atores, além de modificar as realidades locais, também parece ocorrer dentro de lógicas urbanas de proteção e evitação ao outro, já que a chegada desses agentes, tanto enquanto moradores, quanto como turistas, ocorre dentro das mesmas lógicas e vícios vindos da cidade, o que pode ser percebido pelo isolamento, pelos muros e cercas. Características frequentes tanto no exclusivismo do hotel fazenda que se isolam das comunidades do entorno, quanto das fronteiras que separam os condomínios das residências dos antigos moradores.

Isso pôde ser notado durante minha pesquisa em 2013 na Região Metropolitana de Curitiba, mais especificamente no município de Balsa Nova, o que fica claro nas respostas dadas quando os entrevistados foram indagados sobre o impacto das pousadas na região

Nem positivo nem negativo, é um mundo a parte, eles nem mantêm contato com São Luiz, as vezes me falam “esse fim de semana a pousada tava cheia” eu não consigo imaginar, porque eu não vejo, eles entram lá por cima e não tem contato com São Luiz (fragmento de entrevista coletado por SILVA, 2014)

Eu acho que não influencia muito, as pousadas não tem nenhuma ligação com São Luiz (fragmento de entrevista coletado por SILVA, 2014)

André Pires, notou o mesmo ocorrendo em Vinhedo. Ao finalizar seu livro *Ruralidades em transformação*, diria

Há, nesse sentido, uma elaboração simbólica na qual enclausuramento, proteção, ruas asfaltadas, paineiras e equipamentos de diversão e lazer são tidas como símbolos de *status* e de bom viver (2007, p. 225)

Tadeu Arrais em seu livro *Morar na metrópole, viver na praia ou no campo*, que analisou a segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano, com principal atenção a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), notou processo semelhante

A presença de muros de alvenaria, cercas elétricas e portões com avisos sobre sistemas de segurança insistem em lembrar que pouco adiantou a fuga pela segurança das grandes cidades. A segurança justifica a preferência e, conseqüentemente, a expansão da modalidade de condomínio fechado (2013, p. 63)

Casos análogos podem ser notados em diversos condomínios e estruturas turísticas espalhados pelo rural brasileiro, as cancelas demarcam posições e no limite reforçam a ideia de estabelecidos e *outsiders*, para usar a expressão de Norbert Elias e John Scotson.

De certa forma, poderíamos chamar esses condomínios rurais de enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997), que de tão urbanos que são, guardam a duplicidade de liberdade e proteção, mais típicas das cidades (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 114), o que pode ser visto pela busca de liberdade no campo, tido como livre das poluições urbanas, mas fechado dentro de condomínios que protegem a mim e aos meus, contra um possível avanço urbano, ou de um contato com o meio social e cultural ao qual o enclave se encontra rodeado.

Essas barreiras, demarcam um posicionamento de impedimentos diversos, afinal ao adentrar o rural com um arcabouço de coisas bem estabelecido, modos de vida e esquemas interpretativos já cristalizados e muitas vezes inquestionáveis, criam-se barreiras de ordens diferentes, que apontam para um diferencial de capital entre os atores que ocupam (ou são impedidos de ocupar) o mesmo espaço.

Esse ambiente de contatos impedidos não por questões geográficas, mas culturais e principalmente econômicas, são barreiras impeditivas de diálogos e entendimentos, inclusive no que concerne as decisões necessárias para o ambiente coletivo. A Ágora encontra-se esvaziada.

Ao tempo que os muros sinalizam a separação também marcam o aumento da hierarquia social entre os moradores mais antigos das comunidades locais e os neorurais ou turistas. Uma delas é pelas estratégias de habitação, notada por Lísia

Nascimento (2014, p. 145-147), que estudando a localidade de Lagoa da Mata, no Município de Teresina no Piauí, notou o contraste entre os “sítios bem estruturados, com casas amplas” dos neorurais, com os “pequenos lotes com casas menores construídas a partir dos embriões desenvolvidos no povoado”, processo semelhante foi notado em Porto Rico no Paraná, onde

é possível observar várias mansões que em requinte, contrastam de forma gritante com uma paisagem natural que esteticamente requereria um padrão mais rústico. É interessante perceber toda uma cidade de descendentes de pescadores e lavradores e dentro dela, grandes elefantes brancos, incômodos, inquietantes e barulhentos com sua suntuosidade (SILVA, 2002, p. 78).

A diferença residencial (local, materiais utilizados na construção, contratação de especialistas para confecção do projeto de edificação, estilo arquitetônico) é facilmente notada em rápidas incursões pelos espaços rurais periurbanos. De certa forma, isso está ligado a um processo de nobilitação, para Silva (2013) estudando uma região de Portugal, esse é um processo recorrente nas regiões centrais ou com horizontes mais idílicos, que gradativamente passam a ser ocupados por aqueles com maior poder financeiro, forçando e reforçando uma forte hierarquia econômica no espaço rural.

A inflação do mercado imobiliário é outra questão facilmente notada, Silva (2013, p. 307), salienta que em um primeiro momento isso beneficia as populações locais que vendem seus terrenos, mas em um segundo momento traz problemas para a própria reprodução familiar, como quando, por exemplo, os filhos casam e precisam adquirir uma nova área para residência, mas como ela se encontra hiperinflacionada, a aquisição se torna mais distante da comunidade local.

Os aparelhos turísticos (hotéis, pousadas, spas), também denotam essa hierarquia. Não raras vezes ocorre dos moradores não conhecerem as estruturas que se escondem por trás dos muros e cercas desses locais, guardados com exclusividade para os turistas. Inclusive, muitos atrativos, agora privatizados, eram anteriormente de uso comum entre membros da comunidade, o que pode ser visto pela cachoeira que “todo mundo usava”, mas que agora está privatizada por estar inserido dentro de chácara particular, seja pelo campo de futebol, que passou a ter

outra função (residencial, comercial, pública) e deixou de comportar práticas importantes para a sociabilidade rural. Um desses processos foi observado por Larrabure em estudo nas margens do Rio Grande (MG/SP), onde devido ao “seu caráter elitista... tornou-se difícil usufruir do rio sem possuir ou alugar uma residência às suas margens” (p. 104).

Para Luzia Neide Coriolano, Claudia Leitão e Fábio Vasconcelos “nos países periféricos, o turismo produz ‘ilhas de prosperidade’ em conflito com espaços marginais, fazendo emergir contradições, as mais diversas, especialmente de ordem social, cultural e econômica” (2009, p. 32).

Podemos ainda observar esse aumento da hierarquização a partir da questão empregatícia, que sempre assinala recortes para além do econômico, visualizados principalmente na relação entre moradores locais, neorurais e caseiros (PIRES, 2007)⁵⁴, mas também na relação entre turistas e empregados dos aparelhos turísticos.

A relação do ator urbano com o rural, também acaba sendo marcadamente diferente da relação do ator rural com o rural, visto que, a interação deve permitir visualizar uma diferença de pertencimento (ou de classe) entre os atores. Ainda que possa haver interação entre atores (urbanos e rurais), essas são ressignificadas dentro de um contexto, para que faça sentido para um público exterior. O ator urbano deve ser reconhecido como alguém mais importante que o ator local, principalmente pelo público externo, sendo o público interno (comunidade rural) pouco importante no reconhecimento, pois não possui capacidade reconhecível para avaliar capitais.

Torna-se comum ouvirmos frases do tipo “todo mundo gosta dele lá”, pronunciadas por atores externos em referência a socialização de outros atores externos, ao mesmo tempo se ouve “ele é simples, igual à gente”, dita por atores locais em referência a novos atores.

54 André Pires, ainda traz outra questão importante, os conflitos interclasses gerado no seu local de estudo. Com a construção de condomínios, muitos trabalhadores migraram para o rural para trabalharem na função de caseiros nesses condomínios, esses caseiros por sua vez, eram duplamente discriminados tanto pela população local, quanto pelos donos de condomínios, seus patrões.

Não raras vezes os proprietários de segunda residência ou de estruturas turísticas não são nem mesmos chamados por seus nomes, mas por uma nomenclatura profissional, que denota hierarquia. Essa chácara é do Juiz, do Desembargador, do Doutor, do Delegado, ou seja, os muros não são apenas físicos, mas também simbólicos.

4 MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E A PASTEURIZAÇÃO DO ESPAÇO CAMPESTRE

Eu queria ter na vida simplesmente
Um lugar de mato verde
Pra plantar e pra colher
Ter uma casinha branca de varanda
Um quintal e uma janela
Para ver o sol nascer
Casinha Branca – Gilson (1976)

Após a década de 1950, o rural foi marcado por um processo de desmantelamento de grande parte da sociabilidade e dos fundamentos principais da vida camponesa, provocado principalmente pelas consequências da excludente modernização agrícola, estado de coisas, que fortaleceu uma visão do rural enquanto espaço do atraso e da obsolescência. Essa imagem fez com que para um grande contingente populacional – principalmente seus habitantes que tão logo se transformariam em ex-habitantes, ao engrossarem as fileiras do êxodo –, o rural se tornasse um local pouco acolhedor.

Ao tempo que a condição camponesa se deteriorava, a imagem da cidade resplandecia como local das melhores oportunidades, ainda que, para além de uma imagem de contorno que a cidade guardava, a realidade poderia ser cruel para grande parte dos migrantes. A esses indivíduos, tanto a permanência no campo, como a ida para a cidade, não proporcionava a superação da pobreza, tampouco se efetivava enquanto horizonte de possível mobilidade social.

Entretanto, o avanço de uma sociedade de risco e o aumento de uma maior sensibilidade coletiva aos problemas ambientais, principalmente a partir dos anos 1990, ressignificaram grande parte desse processo. Quando os riscos passaram a ser coisa comum, principalmente do cotidiano urbano, o campo passou a ser vendido como importante componente na diluição desse risco presentificado, fortalecendo uma descrição positiva e já existente sobre o campo. Nesse sentido, o pêndulo da balança se inverteu e o rural, em muitos casos, passou a ser o polo mais positivo da relação estabelecida com a cidade.

Ao se tornar o polo positivo, passou cada vez mais a não fazer parte de um esquema de acesso social amplo e permissivo. Os mais privilegiados passaram a ocupar os “melhores” espaços, lançando os menos privilegiados alhures. Isso pode ser observado com certa facilidade, não somente nos espaços campestres, mas em diversos espaços brasileiros, como as orlas marítimas, as bordas de represas e os espaços com melhores índices de habitabilidade.

Percebemos que quanto mais o rural (inicialmente enquanto solo agriculturável e mais tarde enquanto paisagem) se valorizava, mais dificultada ficava o acesso dos mais pobres a esse espaço. Aqueles rurais com belezas naturais em evidência e proximidade com os grandes e médios centros urbanos, se tornaram núcleos de recepção para uma camada urbana que tinha capacidade financeira para comprar as amenidades do rural.

A multiplicidade de características que passaram a ser valorizadas no rural brasileiro, sua consolidação como espaço positivo capaz de proporcionar desinterpretação do risco e trazer prestígio social, fez com que se tornasse um palco ocupado por diferentes atores, diversas disputas e nem sempre ocorrência efetiva de diálogos.

Se a presença de diferentes grupos no mesmo espaço poderia apontar para certa superação dicotômica e valorativa da relação campo-cidade, a realidade não se mostrou tão simples. Se anteriormente eram vistas uma diferença importante entre os membros da aristocracia rural para com o restante da população, essa diferenciação continuou existindo, mas agora com outras roupagens, onde muitas vezes passou a ser operacionalizada nesse ator que agora chegava ao rural.

Essa ocupação do espaço por novos atores, em busca dos novos usos dados ao campo, formaram um caldo populacional amplo, emergindo um espaço híbrido, composto por atores que significavam o campo de forma bastante diversificada.

Se no capítulo I, percebemos que esse aumento do interesse pelo campo, é uma realidade, coube no capítulo II entender um pouco melhor, quais são as motivações de ida, e como se operam essas decisões. Para nós foram alguns aspectos característicos da alta modernidade que efetivaram um aumento do

interesse pelo espaço rural, entre eles o desespero de sobrevivência social, que foi buscada pelo indivíduo através de um consumo indicado por especialistas e portador de duas dimensões, mitigação e diferenciação social, estes tornaram cada vez mais o rural um produto com forte *status* agregado e portador de vários modos de consumo bifurcado⁵⁵.

A ida para o rural passou a estar fortemente vinculada a ideia de “sustentabilidade”, mas também da estética da paisagem, do romantismo bucólico, e outras características produtoras de distinção social e que ajudam o indivíduo a lidar com as inseguranças da alta modernidade⁵⁶. O risco tornou os produtos de contrainterpretação cada vez mais valorizados, pois ao permitir o afastamento do risco do quadro da consciência, acabou agregando prazer e desejo.

Por outro lado, esse tipo de busca pela superação dos problemas formou uma política da ignorância, onde a atenuação ou tentativa de mitigação, ainda que efetivo no afastamento do risco do quadro da consciência, se deu no âmbito da cosmética, sendo irrelevante na real eliminação do risco, como nos disse Adorno “a indústria cultural continuamente priva seus consumidores do que continuamente lhes promete” (2009, p. 34).

Mesmo que certos benefícios possam ser notados e que seu resultado objetivado permita o prosseguimento de ações por parte do indivíduo, poderíamos afirmar que em muitos casos a ida ao rural se configura como um processo de racionalização.

Por exemplo, um indivíduo submetido a situações limites no ambiente urbano, pode se ver livre, ou reduzidos em sua probabilidade de ocorrência, problemas como a ansiedade, a depressão ou mesmo de surtos psicóticos, contudo, como o consumo é esporádico, dificilmente ele se tornará mais que um paliativo.

Outro problema decorrente de um nível elevado de eficácia do processo e do resultado mitigatório que o rural entrega, é a cegueira advinda de uma sensação

55 Status agregado e consumo bifurcado, aparecem na relação com o consumo alimentar, na obra de Philipp McMichael (2016).

56 Raras vezes, isso se refere a uma preocupação com a preservação ambiental de fato, ou com a preservação do coletivo humano, estando mais ligado a uma preocupação individual que transpassa os problemas coletivos, exemplo a manutenção de um bem-estar mental que influenciada pelos sistemas peritos, utiliza da natureza como remédio, a natureza existe e deve ser preservada nesse caso em função do indivíduo e do seu problema, não necessariamente em função dela mesma, natureza, ou do coletivo humano.

muito grande de segurança causada por uma elevada eficiência no afastamento do risco do quadro da consciência, pois ao efetivar esse tipo de situação, elimina-se a possibilidade crítica do indivíduo, que acreditando que tudo está bem, perde potencial em identificar soluções mais críveis e mais sinérgicas em relação ao conjunto dos atores envolvidos. Isso está muito próximo do que Theodor Adorno apontava quando discutia a ideia de divertimento na Indústria Cultural, segundo ele

Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na base do divertimento planta-se a impotência. É, de fato, fuga, mas não, como pretende, fuga da realidade perversa, mas sim do último grão de resistência que a realidade ainda pode haver deixado. A libertação prometida pelo entretenimento é a do pensamento como negação. A imprudência da pergunta retórica: “que é que a gente quer?” consiste em se dirigir às pessoas fingindo tratá-las como sujeitos pensantes, quando seu fito, na verdade, é o de desabitua-las ao contato com a subjetividade (2009, p. 42)

De todo modo, mesmo com potencial em anular possibilidades de visões mais críticas, esses novos hábitos tornaram-se marcadores sociais poderosos, seguindo padrões classistas⁵⁷, como no caso dos alimentos⁵⁸ onde ocorre um “*status* cultural que consumidores abastados atrelam aos alimentos que são socialmente amigáveis e ecologicamente corretos” (MCMICHAEL, 2016, p. 34).

Essa tendência global de consumo do produto “verde” elegeu o rural como destino e também como produto, fomentando uma maior pressão sobre essas regiões, fazendo com que a narrativa do rural como novo Éden ganhasse destaque.

Contudo, ainda que os cidadãos se desloquem ao rural motivados por uma ideia de consumo do espaço, surge uma outra questão importante, nessa relação não só o rural se torna produto, mas também os atores envolvidos. Os indivíduos na

57 Ainda que a necessidade de consumo sustentável seja transversal as classes sociais, o gradiente econômico do que constitui um produto ambiental é socialmente marcado. Exemplo: andar de bicicleta pode ter uma rotulagem sustentável, andar com uma bicicleta sustentável de 50 mil reais, apresenta alguma diferença.

58 A questão alimentar está intimamente ligada com o atual culto ao corpo. O corpo torna-se objeto moldável pela estética, pela alimentação, pelas intervenções cirúrgicas, em suma, pelas variadas formas de consumo. Para Byung-Chul Han “O valor expositivo depende sobretudo da bela aparência. Assim, a coação por exposição gera uma coação por beleza e por *fitness*; a ‘operação beleza’ tem como objetivo maximizar o valor expositivo. Nesse sentido, os paradigmas atuais não transmitem qualquer valor interior, mas medidas exteriores, às quais se procura corresponder, *mesmo que às vezes seja necessário lançar mão de recursos violentos*. O imperativo expositivo leva a uma absolutização do visível e do exterior. O invisível não existe, pois não possui valor expositivo algum, não chama atenção” (2017, p. 34, grifo nosso)

modernidade são mercadorias, expostas, pontuadas valorativamente, com *status* agregados e constantemente compradas e vendidas em filões identitários⁵⁹.

Ainda que as situações discutidas não possam ser sempre generalizadas, são cabíveis a concepção de movimentos amplos sobre o rural, principalmente a medida que a sociedade se globaliza. Nesse quadro, o rural se tornou mais do que um produto ambiental, mas um agregador de amenidades, de potenciais processos mitigadores, de possibilidades de desvios interpretativos e de capacidade de diferenciação social.

4.1 O RURAL ENTRE A EXCELÊNCIA, O ETHOS E O CONSUMO

Procurando dar nossa modesta contribuição ao debate das dinâmicas rurais na alta modernidade, elaboramos uma certa definição de alguns processos que ocorrem no âmbito do campo brasileiro.

Ainda que consciente da necessidade, não há possibilidades claras e incontestáveis de classificação do espaço rural brasileiro, quiçá mundial, nem da formação de tipologias inquestionáveis, contudo, elas são necessárias, como forma de estabelecer caminhos mais ou menos próximos a realidade objetiva.

Fizemos isso, ao reconhecer a partir de Brandenburg um padrão híbrido de ruralidade. Agora gostaria de dar dois passos para trás e estabelecer três grandes eixos para o rural enquanto cultura. Partindo de Terry Eagleton, em nossa dissertação de mestrado (SILVA, 2014, p. 106), afirmamos que para o rural hibridizavam-se três tipos de cultura, que poderiam ser definidas enquanto

59 A lógica da vitrine é radicalizada ao tornar-se virtual, aplicativos que simulam relações do mundo real tem um formato não muito distinto de um cardápio. Um indivíduo ao solicitar reciprocidade em uma rede social é antes avaliado, em um portfólio digital que mostra sua vida – seus gostos, preferências ideológicas, locais que frequenta, roupas que usa, quais viagens já fez – somente após essa avaliação é que se chegará a uma conclusão se é alguém que merece ou não ser seguido, “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável” (BAUMAN, 2012, p. 17). Enquanto mercadoria, os indivíduos precisam se destacar na imensidão incomensurável de possibilidades aos outros consumidores-mercadoria, precisam necessariamente apelar por locais de melhor visibilidade, melhorando cada vez mais o seu portfólio. Etiqueta-se o indivíduo e o torna produto a ser comprado. Nesse contexto, o sujeito vai existir somente nas relações de consumo, fora do consumo ele é invisibilizado. Tudo agora, das relações amorosas ao sucesso profissional é pontuado sob a lógica do que consumo e de como consumo, as resoluções, das mais banais até as mais complexas, serão realizadas através do consumo.

excelência, *ethos* e economia. Definiremos, partindo do mesmo autor, agora três grandes eixos culturais de concepção do rural, o rural enquanto “civilidade”, o rural enquanto identidade e o rural enquanto consumo.

A cultura como “civilidade”, segundo Eagleton, sustenta que “o valor de um modo de vida total é incorporado em certos artefatos concluídos”. Nesse sentido, a contemplação, o romantismo rural, as artes que retratam a natureza, estão tanto para o meio rural, como para a “alta cultura”, ou seja, são valores pertencentes a alta cultura, que podem ser encontrados (não raras vezes com exclusividade) no meio rural, poderíamos mesmo dizer, que são valores construídos na relação do indivíduo com o rural que foram identificados e definidos como objetos que guardam em si um certo refinamento e um caráter universal que deveria ser não só protegido como buscado.

Já a cultura enquanto identidade, pode ser facilmente observada no folclore e nos modos de vida locais, no artesanato e na música *folk*, mas também, no movimento ecológico e nos movimentos sociais do campo, nos clubes e nos centros de tradições rurais. Diferente da alta cultura, seu caráter de *ethos*, e muitas vezes étnico, está do local para o global, enquanto a “alta cultura” estaria do global para o local.

Embora, tanto a cultura enquanto excelência, como a cultura enquanto identidade, não se encontrem absolutamente apartadas, é na cultura enquanto consumo que elas são misturadas sob a forma de produtos. Na cultura do consumo é que o romantismo da contemplação a natureza e a música folk são precificados, embalados e vendidos.

Dentro desses três eixos, se encontram uma variedade de formas de ver e narrar o rural, ainda que com alguma dificuldade, poderíamos colocar muitas tipologias dentro desses três eixos. Por exemplo, se o rural tradicional e o rural socioambiental estariam ligados a um eixo mais identitário, o rural moderno estaria mais ligado a ideia de consumo, enquanto muitos valores semânticos do rural teriam sido capturados pela alta cultura enquanto valores universais.

O padrão de uma ruralidade hibridizada, é em parte, um produto de uma cultura enquanto consumo, que ainda que abarque em si valores de um rural

tradicional, de um rural socioambiental e de um rural enquanto espaço universal a ser protegido em suas diversas manifestações, encontra-se indissociável do aspecto consumista da sociedade da alta modernidade.

Nessa perspectiva, dentro de um sistema que utiliza diferentes aspectos culturais com mercadológica eficiência, está a formação de um contingente de consumidores ávidos por um produto que guarda em si aspectos já classificados como excelência pela alta cultura (como a ideia de um rural idílico), mas que também são identitários (a medida que representam uma forma de consumo ou de reivindicação), e se constituem enquanto espaços de consumo (o que pode ser visto pelo aumento da segunda residência, dos spas, ecocondomínios, no turismo de passagem, mas também na literatura rural, no consumo da música *folk* e em uma alimentação mais saudável adquirida pelo consumo de produtos orgânicos).

Os valores “verdes” contidos no rural foram agregados a quase totalidade das práticas sociais tornando-se uma marca classificatória, de ostentação, capaz de posicionar e reposicionar atores com determinada força, pois esses valores passaram a ser, não só conhecidos, mas também reconhecidos pela totalidade do mundo social.

Um dos fatores importantes dentro desse processo foi o surgimento de uma cultura ambiental em nível global, fenômeno que chegou as mais diversas regiões do globo, e nas distintas classes sociais, ligada a uma certa sensibilidade coletiva as questões ambientais.

A ampla gama de opções resolutivas pertencentes ao tipo de consumo que aglomera atores em torno dessa cultura ambiental, são de todo modo, no âmbito da inflexão. Se permitem soluções inflexivas e não de ruptura, tomadas de decisões mais leves e menos dolorosas, que não oferecem perigo ou ameaça ao atual estado de coisas.

O consumo que tangencia essas escolhas, é transversal não somente entre as classes sociais, mas também entre os mais variados gradientes ideológicos. Ao transformar tudo em mercadoria, ocorreu uma deglutição, principalmente daquilo que poderia ser considerado portador de um potencial em transformar

estruturalmente as realidades sociais, o que outrora poderia ser uma afronta foi regurgitado em uma forma inofensiva.

Desse contingente dois processos se evidenciam, o aspecto individualista no objetivo do deslocamento (resolver meus problemas frente ao risco) e uma lógica consumista que o ator carrega consigo e a leva para o rural, provocando a coisificação das culturas locais.

O produto dessa busca individualizada e egocêntrica, é um rural, diríamos, narcisista. O que narciso via, não era o real, era apenas uma imagem refletida, muito parecida, visualmente idêntica ao real, mas sem substância, era uma imagem pasteurizada. Nesse sentido, o rural não é eliminado, mas destruído e espoliado em suas dimensões objetivas e subjetivas, ocorrendo a partir disso uma intensa desruralização do rural.

O processo de pasteurização é a transposição de uma lógica já bem estabelecida nas cidades, levada *ipsis literis* ao mundo rural, como nos diria Adorno “a indústria cultural fornece como paraíso a mesma vida cotidiana” (2009, p. 38), aos poucos, o campo vai se tornando semelhante as cidades, onde a ausência quase que total de “circunstancias que não podem ser gravadas ou arquivadas” e a quase onipresença das possibilidades de navegação virtual “aniquilam a unicidade dos lugares e dos acontecimentos” (CRARY, 2016, p. 40).

Para Fabiana Almeida (2009, p. 61)

verifica-se, em geral, na esfera produtiva do turismo, mesmo em ambientes onde se encontram modos de vida e trabalho particulares, o predomínio de equipamentos e atividades turísticas e de lazer alheias ao patrimônio preexistente, por meio de estruturas e práticas empresariais que seguem um modelo urbano e capitalista de desenvolvimento.

Do mesmo modo, na instalação de segunda residência, ocorre algo parecido, que muitas vezes apontam uma inserção débil dos novos moradores as economias locais, não é incomum ocorrer a seguinte sequência: compra de terreno para construção por preço abaixo do mercado, contratação de mão de obra externa para edificação das construções e para posterior manutenção do local, compras de gêneros alimentícios feitas na cidade para suprimento alimentar dos novos

moradores. Nesse sentido, a relação que se estabelece dos novos moradores com as dinâmicas locais seria nulo, se na maioria das vezes não guardasse um impacto negativo.

Com a transformação do rural em produto a ser consumido, a ida além de ser feita dentro das mesmas redundâncias, também se dá na intencionalidade de ser exposto nas redes sociais, nesse sentido o rural transforma-se não em possibilidades de relações densas, mas em simples cenários que ajudam na manutenção de um posicionamento do indivíduo, cada vez mais virtual do que real.

O que hoje faz parte de áreas consideráveis do mundo rural contam poucos elementos sólidos, mas estão tomados por réplicas, cópias, simulacros, simulações. Uma paisagem, que simula um ambiente ao indivíduo, que o distrai dos problemas do mundo moderno.

Como vimos anteriormente, o disciplinamento do espaço rural é algo inato a esse processo de venda do rural. Ao tempo que o rural é pasteurizado pelo mercado, vai cada vez mais se apresentando e criando imitações de si mesmo. A ideia de simulacro do rural, aponta para uma série de estruturas subjacentes, ou seja, as estruturas urbanas (do pensamento urbano) assumem papel importante no disciplinamento do espaço rural, constituindo-se em estruturas (urbanas) dissimuladas no meio rural.

Cabe aqui reconhecer um processo de obliteração, não na linha do fim do rural como foi debatido há algumas décadas, mas em uma perspectiva que o faz desaparecer em suas características principais, o tornando cenográfico.

Dito isso, o problema central da pasteurização do campo e de seus símbolos não está no banco rústico na casa moderna, ou no ar-condicionado do hotel fazenda, mas sim nas experiências interpessoais, com os animais e com a natureza. No rural pasteurizado a relação eu-tu, como nos diria Martin Buber transforma-se na relação eu-isso.

Ocorre um movimento duplo, por um lado o enfraquecimento das ligações com o espaço, seja de base biológica, como a ligação genética chamada de Biofilia por Edward Wilson, de base geográfica, como a Topofilia, conceito de Yu-Tuan, ou o telurismo, que permeia uma corrente mais folclórica. Se por um lado essas ligações

são enfraquecidas, por outro elas ressurgem, até mesmo, com características violentas. São as ressurgências e reações a coisificação e a superficialidade de tudo⁶⁰.

Dado a individualidade do processo, essa ida ao rural, configura-se em um evento resolutivo, mas pontual, que tem como caráter o expurgo e a catarse, nesse sentido, se almeja os fins, os meios não são importantes na relação com o outro.

Muitos dos indivíduos que agora se deslocam ao rural assemelham-se ao turista de Byung-Chul Han “para ele [o turista] o caminho perde toda e qualquer força narrativa e de relato, transformando-se em corredor vazio” (2017, p. 74), ou seja, o caminho cercado de valores, símbolos, pessoas e suas histórias de vida, é ignorado pelo indivíduo que busca a resolução dos seus problemas, seja em uma alimentação saudável ou na ideia de contemplação e mesmo de preservação ambiental. Para esse indivíduo não há vulnerabilidade para os vínculos. A vida local é cenário, o ator local é coadjuvante, só existe a medida que representa um serviço a ser prestado.

Agora ocorre uma busca por aqueles valores que se encontram tradicionalmente tão ligados ao mundo rural, que poderíamos chamar esse da grande fábrica de produtos ambientais, ou mais especificamente com o que buscamos alcançar, a grande fábrica de desinterpretadores de risco.

Com isso, cabe dizer que se de um lado, o rural se coloca enquanto a antítese do mal-estar da civilização, representado pela cidade, também poderia se constituir em local de resistência ao atual modelo econômico marcado por uma racionalidade instrumental. Urge com isso, tornar o mais rápido possível, não somente o rural como local de consumo, como mais do que isso, tornar o rural produto para o consumo. Dizimando de vez a sua capacidade de se constituir enquanto afronta ao atual modelo. Nisso, também as formas de vida e sociabilidade presentes no rural são deglutidas, como nos disse Jonathan Crary “estão proibidas as opções de vida críveis ou visíveis fora das demandas de comunicação e consumo no formato 24/7” (2016, p. 58)

60 Muitas reações não ocorrem porque muitas alterações não são compreendidas, nem pelo promotor nem pelo impactado, como formas de violência, pois de certa forma são naturalizadas.

Partindo de Boltanski e Chiapello, Crary (2016, p. 54), fala que “fenômenos sociais aparentemente estáticos, ou cujo ritmo de mudança é lento, são marginalizados e destituídos de valor ou de interesse”, diria mais, são pasteurizados a ponto de tornarem-se aptos ao consumo enquanto produto, e então passando a serem dotados de valor e de interesse.

O mesmo Jonathan Crary, partindo de Deleuze, nos fala que “uma sociedade de controle... é caracterizada pelo desaparecimento de brechas, espaços e tempos abertos” (2016, p. 81). Nesse sentido, o rural, e inclusive aspectos nele valorizados, como o silêncio e a contemplação, poderiam se constituir como espaço de resistência ao modelo hegemônico, mas por um processo de pasteurização, esses valores se tornam caros, ganham preço e tornam-se produtos, e como todo produto, passam por modificações para que atinjam e expandam o público-alvo.

De forma geral, a crítica ambiental e os modelos alternativos a uma sociedade de alto impacto, que marcavam uma oposição forte ao andamento dos sistemas econômicos mundiais, também foram, em grande parte deglutidas e diluídas em nichos identitários que transformaram isso em valores positivos e tolerados pela lógica moderna. Passamos de uma esfera opositora ao sistema, a uma esfera integrada de maneira inofensiva a esse.

O aumento do fluxo em direção ao rural, construído no bojo de uma mentalidade consumista, além de provocar um forte impacto no território, principalmente no que se refere ao disciplinamento do espaço – em parte decorrente da maior capacidade de convencimento do poder público vinda de atores com maior soma de capitais –, também acentua a ideia de consumismo para localidades onde essa lógica não era hegemônica.

Em nossas incursões a campo percebemos exemplos sobre como o aumento do interesse pelas áreas rurais, pode inserir com mais eficiência localidades antes marginalizadas em dinâmicas econômicas mais interessantes. Entretanto, isso não ocorre em todos os casos, são vários os motivos, umas das que nos parecem estruturais é que grande parte da busca pelo campo e pela natureza é precedida por uma concepção individualista de bem-estar, descolada de qualquer projeto que seja originado no bem-estar coletivo, a isso se soma a incapacidade de

nossas instituições (sejam públicas ou não) agregarem um trabalho que permita o respeito mútuo, a troca cultural e a potencialização de dinamismos locais.

Nesse sentido, em muitas localidades o diálogo com o outro é impedido, barreiras não são rompidas e o processo de violência simbólica torna-se efetivo. Poderíamos afirmar que a alta modernidade permitiu uma série de ressignificações do espaço rural e uma revalorização do campo perante um público urbano que tem capacidade de pagar pelas amenidades do rural, mas sem que isso significasse desenvolvimento⁶¹ real desses espaços.

Nesse cenário, ocorre uma pressão imobiliária que tem produzido tanto gentrificação, quanto mercantilização do caldo cultural produzido pelas populações locais. Considerando que a pressão imobiliária gera uma migração voluntária de parte significativa da população, fazendo com que os modos de habitar e de conviver sejam modificados, não devido a um processo dinâmico produto das transformações locais na relação com a sociedade englobante, mas porque há um processo de troca populacional, onde a população local cede espaço para novos habitantes, direcionando o rural a um gueto de ricos (ex)habitantes do meio urbano. Vale a pergunta: existe uma tendência em tornar o rural um *playground* das camadas mais privilegiadas?

61 Ainda que o termo desenvolvimento seja um conceito hoje criticado por parte considerável da comunidade acadêmica, em que pese setores das ciências humanas, acredito na importância do termo, principalmente quando vista no mesmo viés do que nos falava Celso Furtado: “só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com ‘crescimento econômico’, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente. É só quando prevalecerem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento” (CELSO FURTADO, junho de 2004)

À GUIA DE CONCLUSÃO

Como elencamos na introdução desse trabalho, nosso objetivo geral foi refletir sobre dois processos, o primeiro deles se refere ao que tem levado um contingente populacional urbano ver no rural um potente desinterpretador de riscos, seja pelo lazer, pela opção domiciliar ou pela alimentação. O segundo processo foi entender o que essa escolha provoca enquanto transformação nos núcleos que recebem essas demandas. Para tanto, listamos algumas perguntas no intuito de respondê-las no decorrer da tese. Retomo elas e procuro apontar as respostas que se distribuem no texto.

O aumento da busca pelo campo tem relação direta com os riscos característicos do nosso tempo?

O agravamento da presença dos riscos no nosso cotidiano, não se caracteriza diretamente como fator de aumento pela busca de antídotos, entre eles o ambiente rural, por outro lado, a eficiência dos processos de presentificação desses riscos sim, pois ao permitirem um aumento da presença dos riscos provocaram o crescimento do temor de que as ameaças pudessem ocorrer a qualquer momento. A isso se soma o considerável aumento da importância do indivíduo na participação da sua construção biográfica, fazendo com que agora mais responsabilizado por sua história, incluindo os fracassos decorrentes das escolhas, fosse atrás de soluções que passassem a largo das pressões institucionais tradicionais.

O indivíduo agora sem ter mais ninguém para responsabilizar, passou a uma procura quase cega por processos que o livrassem desses problemas. Com pouco amparo, as soluções passaram a ser buscadas em serviços individualizados, personalizados, em processos quase de customização, proliferando soluções cada vez mais especializadas sobre o assunto.

O mundo dos especialistas, apontava em muitos casos para um consumo mais sustentável, saudável, “verde”, esse consumo verde por sua vez tornava-se frontalmente ligado ao rural, aos poucos esse se firmava como o local por excelência desse tipo de consumo solucionador, fazendo com que o indivíduo na alta modernidade o procurasse como meio de solucionar suas problemáticas,

desinterpretar seus riscos, e se estabelecer enquanto ator distinto no seu meio mas inserido em uma tendência mundializada. Distinção e homogenização tornaram-se partes importantes do mesmo processo. Distinguindo-se de uma parte, mas se inserindo em um todo. Surgem ou crescem, várias expressões que dão conta desse tipo de perspectiva, o veganismo, o ioga, o consumo dos alimentos orgânicos, o aumento do ecoturismo, o crescimento da segunda residência e do neoruralismo, que ainda que não façam uma ligação inquestionável entre eles, guardam elementos em comum.

Quais são os segmentos que buscam o rural?

Considerando que além das maiores possibilidades de escrita biográfica e da maior suscetibilidade ao risco, os indivíduos, de forma geral, vivem numa sociedade mais positiva, menos permissiva ao erro, e também menos propensa a formas de existência fora do consumo. Contudo, essas escolhas de antídotos e distintivos sociais, apresentam um custo monetário considerável, então, ainda que possamos afirmar que membros de todos os segmentos da sociedade são atraídos pelo rural, a efetivação de uma chegada “real” a esse espaço é cada vez mais restrita. São as camadas com maior poder aquisitivo que chegam com mais efetividade, principalmente como turistas, proprietários de segunda residência e neorurais.

Ainda assim, esse espectro populacional é amplo demais, por isso demos mais atenção em um segmento mais específico, um tipo de consumidor atraído pelos símbolos mundializados do rural, um segmento populacional formado por consumidores e que chega ao rural enquanto consumidor. Embora arriscado, poderíamos dizer que são indivíduos que aceitaram que a distinção social e desinterpretação do risco vem pela aquisição de produtos e símbolos através de um consumismo orientado por especialistas.

Na realidade concreta, ainda que todos sejam atraídos pelo rural, apenas alguns segmentos sociais chegam ao rural.

Qual o potencial de alteração espacial esse movimento provoca no rural?

Muitos segmentos que chegam ao rural, principalmente através da segunda residência, apresentam capitais econômicos maiores do que das comunidades

locais, fazendo com que sejam classificados perante a própria localidade, quanto pelo poder público, como indivíduos mais “importantes”, isso faz com que sejam mais capazes de alterar a paisagem através de um maior poder de convencimento, ou seja, agentes com maiores capitais, possuem maior poder de convencer o poder público local para que sejam efetivadas ações de disciplinamento do espaço, além do que, esses agentes possuem mais capacidade de convencimento frente aos atores locais, por uma certa questão de admiração vinda da população autóctone, que por vezes aceitam posições de inferioridade frente aos atores externos.

Ainda que muitas alterações provocadas pela vinda de novos atores possa beneficiar o conjunto local, não deixam de assinalar a primazia de determinados públicos perante outros.

Como objetivamente podemos observar essas alterações?

Factualmente falando, podemos ver as alterações na arquitetura com as chácaras que comportam casas muito acima do padrão local, na imposição de monumentos, na abertura e manutenção de estradas em detrimento de outras. Na privatização de locais que outrora produziam sociabilidade, mais agora se encontram alienados por novos muros e cercas.

A indústria do turismo também vem a provocar várias alterações espaciais, “limpando” a floresta para novos públicos, inserindo concreto e asfalto, plataformas, pontes, portais, grades, placas e sinalizações que tornam os lugares difíceis de se perder. Esse segmento do mercado, passa a ser responsável por uma série de impactos ambientais negativos sobre os espaços, onde muitos acabam por receber números incompatíveis com a capacidade de suporte turístico local, provocando processos de erosão, fuga ou alteração de comportamento da fauna local, maior compactação do solo, acúmulo de lixo, entre outros, isso, mesmo naqueles locais vistos como um turismo alternativo.

Além dessas questões, as alterações da paisagem levam a uma alteração da vida local, principalmente se levarmos em consideração que a baixa densidade populacional no rural e a relação com a natureza é um caráter importante para a formação das práticas locais e das relações interpessoais.

Qual é o rural produto desse estado de coisas?

O rural pasteurizado, em um primeiro momento não é um rural mimético, mas sim o próprio rural destituído de características importantes, mas pode se tornar mimético quando em um segundo estágio tem as suas principais características pasteurizadas a ponto de não mais guardarem semelhança – de substância – com o original. Ao fazer cópias de si mesmo, o rural se desruraliza. Não é mais um rural de lembrança vaga, mas uma imitação de fato, não é mais o rural destituído, obliterado, mas simplesmente não é mais o rural.

O rural pasteurizado é construído não somente como fruto do pensamento urbano, mas como fruto de um pensamento mundial do que é o rural. Na alta modernidade se criam imagens amplamente aceitas, acerca da natureza e dos valores do campo, uma imagem que não obedece fronteiras. O rural pasteurizado é a conformação de um rural tradicional a essa imagem mundializada do rural.

Quando falamos de uma cenografização do rural, apontamos para uma criação cinematográfica também acerca do que é o rural. O rural comporta agora imagens que perpassam do rural francês ao rural brasileiro, vínculo que normalmente é feito a partir da imagem da natureza. Essa imagem da natureza será a tônica, o elo entre os diferentes rurais mundiais, é o que sustenta uma transnacionalidade dessa cultura ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visamos na tese uma visão crítica sobre o processo de ascensão de um rural pós-produtivista, que chega ao senso comum e ao setor público, como possibilidade de quebra de paradigma e portador de modelos mais equilibrados de sociedade (ou relações com a natureza), enquanto que na verdade em muitos locais, tem se configurado como apenas um aparelho recolocado da sociedade de consumidores.

Todavia, vale salientar que não postulamos a inexistência de rurais sinérgicos, que se colocam frente a várias dimensões negativas da modernidade, ao tempo que agregam os valores positivos, afinal não só de tragédias vive (n)a modernidade. Acreditamos na existência de espaços rurais e movimentos sociais

que tem mostrado capacidade de apontar alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, além do que, algumas inflexões também são importantes para trazer mais dignidade e justiça em uma sociedade baseada no consumismo e tendo a má distribuição de renda como característica constante. Entretanto, nosso foco mirou mostrar um rural que apesar da roupagem sustentável apenas tem repetido a lógica de desigualdade de acesso do atual modelo.

Embora tenhamos até aqui, percorrido um caminho que pode parecer tirar a agência do ator, gostaria de elencar uma visão que tivemos desde o início do trabalho, e outra que nos chegou a partir desse trabalho. A nós, a noção de *habitus* (Bourdieu), sempre nos foi cara, e grande parte da maneira como enxergamos a realidade social, vê nesse conceito uma explicação coerente para os fenômenos, sendo assim, ainda que grande parte dos acontecimentos encontrem eco em transformações socialmente (e geograficamente) mais amplas, também entendemos que o *habitus*, enquanto esquema de jogo, permite inúmeras ações por parte do indivíduo, o que possibilita algo que poderíamos definir como uma área de manobra do agente, onde esse poderá ser ele mesmo.

Ainda que fruto de sucessivos e ininterruptos processos de subjetivação da objetividade, provocados nos constantes processos de socialização. Esse esquema de jogo construído por incontáveis possibilidades de ações, faz com que exista no indivíduo uma certa autonomia, aquilo que nos diferencia, como nos disse Bourdieu “os agentes certamente têm uma apreensão ativa do mundo. Certamente constroem sua visão de mundo: Mas essa construção é operada sob coações estruturais” (2004, p. 157).

Mesmo que essa visão estivesse conosco desde o início do trabalho, confesso que ignorei a força do ator em objetivar suas ações. A cada campo que fazia, a cada ator (seja morador local, turista ou proprietário de segunda residência) que conversava, ficava patente uma possibilidade desse ator, no seu cotidiano, fazer alguma diferença. Do ator local, perceber a importância do coletivo local, de ressignificar e mesmo sabotar estruturas de exploração. Do turista, permitir um contato maciço e profundo com o meio que se insere enquanto turista, esmaecendo seu papel enquanto consumidor, e se colocando a par das culturas locais e de suas

problemáticas. Dos proprietários de segunda residência que buscavam fugir de uma luta pelo simples reconhecimento de dimensão econômica, mas fazendo com que a relação com o entorno fosse real, autêntica e a sociabilidade permitisse verdadeiros vínculos com o que até aquele momento era tido como o diferente.

Observei com certa persistência/insistência uma “teimosia do sujeito humano, que resiste bravamente às repetidas tentativas de objetificá-lo” (BAUMAN, 2012, p. 52,8), ou ainda, os movimentos de insurgência, assim denominados por Edmilson de Almeida Pereira e Núbia Pereira de Magalhães Gomes (2002, p.13), que “consiste na recusa dos valores impostos pelos grupos dominantes” e pela “reelaboração dos valores contatados, de modo a gerar um novo sentido para eles, colocando-os em nova posição em relação ao seu modelo de origem”.

Para Alain Touraine ao tempo que ocorre um desencantamento, também pode haver encantamento, segundo ele “protestamos contra os obstáculos que nos separam de nós mesmos, mas também produzimos técnicas que nos ajudam a nos manifestar a nós mesmos” (2009, p. 161). Nesse sentido, se alguns processos da alta modernidade buscam nos anular, também nos permite construir pontes que nos levam a nós mesmos.

Embora isso trouxesse certo alento momentâneo, nas mesmas realidades sociais percebia a continuidade das relações de exploração. Parece que o que temos no Brasil é uma espécie de modernização de sistemas arcaicos, perceptível pela incapacidade de rompermos essas relações de exploração, assim, a desigualdade e a pobreza rural não formam efeitos indesejados da modernização no campo, mas são condições e consequências da forma de modernização escolhida.

Podemos observar que o que ocorre de fato é uma perpetuação de estruturas de poder e opressão, ainda que por breves momentos em seu interior possam permitir relações mais equilibradas e até positivas a partir de resistências e estratégias que as abarrotadas camadas de desprivilegiados brasileiros encontram para sobreviver.

Atualmente, seja vindo do nordeste para vender as redes no litoral paranaense, deixando o interior mineiro para se arriscar “avec bâtiment”⁶² em Paris,

⁶² Ao realizar um curso de língua francesa em uma instituição religiosa em Paris, onde grande parte dos alunos eram imigrantes (muitos ilegais), tive contato com brasileiros que saíam do interior do Brasil para

vendendo produtos da roça nos sinaleiros urbanos, usando até o limite a típica polivalência do ator rural para atender turistas e novos residentes.

Em suma, a história do rural brasileiro, continua sendo para muitos uma história de exploração e miséria, ainda assim, de resistências a partir de estratégias diversas, e inquestionável riqueza cultural.

trabalharem com construção civil na França. Muitos deles trabalhavam com chefes portugueses, então pouco falavam francês, e a frase “avec bâtiment” era usual quando da pergunta dos professores sobre quais atividades exerciam em Paris.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando de. **Morangos Mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ADORNO, Theodor. **Palavras e Sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- ALENCAR, Ana Lúcia Hazin. **Estilo de vida e sociabilidade: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Um estudo de caso em Gravatá, Pernambuco**. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.7, n.2, p. 303-328, jul-dez. 2003.
- ALGATÃO, Filipe. **Os tropeiros no século XXI e o sentido contemporâneo dessa atividade: estudos de caso em duas localidades no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, Fabiana Andrade Bernardes. Turismo, produção do espaço, ruralidade e gestão social. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; Arndt, J. R. L. (Org.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: Contradições e convergências**, Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 327 p., p. 49–71.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 385-402, abr/jun. 2014.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano**. Goiânia (GO): Editora UFG, 2013.
- BANUTH, Érica. **Turismo em Áreas de represa: caracterização e evolução no Município de Arealva (SP)**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. (Edição Digital)

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo, SP: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Fim de século, 2003.

BRANDENBURG, Alfio. Concluindo: Padrões de ruralidade. In: **Mundo Rural e Ruralidades.** Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Mundo Rural e Ruralidades.** Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

BRANDEBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade.** n. 2, p. 417–428. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Brasília, S/D.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo – 2018:** ano-base 2017. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável:** pesquisa nacional de opinião. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

BRIEVA, Miguel. **Bienvenido al mundo.** Barcelona: Reservoir Books, 2012. (Edição Digital).

BUBER, Martin. **Eu e Tu.** São Paulo: Centauro, 2001.

BUKOWSKI, Charles. **Misto-quente**. Porto Alegre (RS): L&PM, 2011 (Versão Eletrônica).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, n. 47, p. 155-176, março. 1997.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set/dez. 2001.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo (SP): Contexto, 2012.

CANDAU, Jöel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, SP: 34, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, outubro. 1998.

CATTANI, Antonio David. Riqueza e desigualdade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009.

Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento (Org.). **Cadernos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006. 1).

COELHO, Frederico Oliveira. Revolução comportamental no século XX. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Campus/Elsevier, 2004

Consumo de produtos orgânicos no Brasil: Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. Organics/Market Analysis, 2017.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). **Turismo**: Impactos socioambientais. 2. ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 305 p. 31), p. 93–103.

CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2002.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo (SP): Unesp, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John I. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2000.

FERREIRA, Angela Duarte. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, p. 28-46, outubro. 2002.

FERREIRA, Laura Senna. **Elementos para uma sociologia do consumo**: o automóvel como símbolo de distinção social. *Teoria e Cultura*, n. 1, p. 127-137, jan/jun. 2016.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Turismo e Cultura. um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). **Turismo**: Impactos socioambientais. 2. ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 305 p. 31), p. 207–222.

FONTOURA, Amaral. **Aspectos da vida rural brasileira**: seus problemas e soluções. Rio de Janeiro: Governo Brasileiro, 1945 (1950).

FREITAS, Verlaine. **Adorno & a arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2013. (Edição digital).

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. (Versão Digital)

GUERRA, Lemuel Dourado; RAMALHO, Deolinda de Sousa; SILVA, Jairo Bezerra; VASCONCELOS, Cláudio Ruy Portela de. Ecologia Política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. **Revista internacional de desenvolvimento local**. n. 1, p. 09-25, março. 2007.

GUIVANT, Júlia. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. **Ambiente & Sociedade**, n.2, p. 63-81, jul/dez. 2003.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HESPAANHOL, Antonio Nivaldo; HESPAANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil. **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 22, n. 27, p. 133-148, jul/dez. 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BASE DE DADOS DO ESTADO. BDEweb. [2019]. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 09/05/2017.

JOLLIVET, Marcel. FRANCE: Des Campagnes paysannes au rural “vert”: naissance d’une ruralité postindustrielle. In: JOLLIVET, Marcel (Org.). **Vers un rural posindustriel**: rural et environnement dans huit pays européens. Paris: L’Harmattan, 1997.

JÚNIOR, Jaime Ballão. Como um romance. In: ABREU et al. **Campos e pinheirais**. Curitiba (PR): Fundação Cultural, 1995.

JÚNIOR, Sérgio Silva Braga; SILVA, Dirceu da; MORETTI, Sergio Luiz do Amaral. Fatores de influência no consumo “verde”: um estudo sobre o comportamento de compra no setor supermercadista. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, n. 1, p. 151-176, jan/abr. 2011.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**: Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: A. Colin, 1990.

LARRABURE, Sara Pugliese. **“Subúrbios” de veraneio**: condicionantes históricas, sociais, econômicas e ambientais da urbanização, às margens de represas, no encontro do Rio Grande (SP/MG). 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEÃO, Carneiro. **Fundamentos da Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. **história, histórias**, 2013/1, n. 1, p. 148–163, 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MATHIEU, Nicole. Des représentations et pratiques de la nature aux cultures de la nature chez les citadins. question générale et étude de cas. **Bulletin de l'Association de géographes français**.

MATHIEU, Nicole. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France Les années quatre-vingt-dix. **Économie rurale**, n. 247, p. 11–20, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_1998_num_247_1_5029>.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora da UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

MILLS, Whright. **Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

MOREIRA, José Roberto. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 248-271. 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Lisian Priscila Oliveira Souza. **“Aqui já é quase cidade”**: sentidos de lugar na relação rural – urbano: o caso de Lagoa da Mata, Teresina – PI. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NOGUEIRA, Maria Francisco Magalhães. **O turismo rural de Goiás**: contextos imaginários. 2009. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOTTA, Edson R. Garrido. **Turismo no espaço rural**: as transformações socioambientais no Caminho do Vinho em São José dos Pinhais/PR. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ORGANIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil**. Organix e Market Analysis, 2017.

ORGANIS. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019**. Organix e Brain, 2019.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre a mundialização. In: FERREIRA, Leila da costa (Org.). **A Sociologia no horizonte do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 36-45.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORWELL. George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IPARDES; IAPAR. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007

OCDE. **Cultivating rural amenities**. Paris: OECD publication, 1999.

OXFAM. **Documento informativo da OXFAM 210: Uma economia para o 1%**. OXFAM Internacional. Janeiro de 2016

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. (Edição Digital)

Panorama empresarial de turismo rural brasileiro 2010. São Paulo: Idestur, 2010.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Flor do não esquecimento: cultura popular e processos de transformação**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2002.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. (Edição digital).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed., São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1979 (Ciências Sociais, 46), p. 160–176.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas (v.1)**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**. São Paulo: LTC/USP, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. O campesinato brasileiro. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973.

RODRIGUES, A. Stress, trabalho e doenças de adaptação. in: FRANCO, A.C.L.; RODRIGUES, A.L. **Stress e trabalho: guia prático com abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 1997.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. Modernidade Medieval: Cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos**, n. 85, p. 105-128, novembro. 2009.

ROY, Louis; PAQUETTE, Sylvain; DOMON, Gérald. La campagne des néoruraux : motifs de migration, territoires valorisés et usages de l'espace domestique. **Recherches sociographiques**, n. 1, p. 35-65, 2005.

RODRIGUES, Julianne Dias; MOREIRA, Vinicius Farias; OLIVEIRA, Abdinardo Moreira Barreto de; AGUIAR, Edvan Cruz; BARBOSA, Ohana Trajano. Comportamento de consumo verde: uma análise dos consumidores de Campina Grande. **Revista Brasileira de Administração Científica**, n. 1, p. 316-332, jan/jun. 2014.

SABINO, Fernando. **Cidade Vazia**. Rio de Janeiro: Record, 1984

SABINO, Fernando. **O encontro marcado**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: EDUSP, 2009.

SASSEN, Saskia. De quem é a cidade? In: Libreto. São Paulo/Porto Alegre: **Fronteiras do pensamento**, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro. 2010.

SILVA, Rafael José Ramos Silva. Ruralidades, consumos e tradições: o campo no contexto da modernidade contemporânea. In: **Mundo Rural e Ruralidades**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SILVA, Rafael José Ramos Silva. Entre a política e os políticos: Notas sobre os espaços de concertação social e o desenvolvimento rural nos pequenos municípios. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, n. 2. p. 681-691, maio. 2016.

SILVA, Rafael José Ramos Silva. **Rural em transformação**: turismo, tradições e dinâmicas locais no distrito de São Luiz do Purunã, Balsa Nova (PR), Brasil. 2014.

138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Rafael José Ramos Silva; GUILHERME, Pablo Damian Borges. **Relação entre crescimento de população total e crescimento de domicílios de uso ocasional em pequenas cidades paranaenses**. 2019 (Documento não publicado)

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Izabel V. O processo de modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de extensão e estudos rurais**, n. 1, p. 93-125. 2014.

SILVA, Eduardo Alexandre Ribeiro da. **Ilhados em Porto Rico – do Éden pessoal ao dilúvio social**: a trajetória dos ex – ilhéus da Ilha Mutum. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SILVA, Luís. Impactos do turismo em meio rural. Reflexões a partir de Portugal. In: SILVA, Vanda Aparecida (Org.); CARMO, Renato Miguel do. **Mundo Rural**: mito ou realidade? São Paulo: Annablume, 2013.

SPERBER, Dan. **La contagion des idées**. Paris: Odile Jacob, 1996.

SOUZA, Cristiane Natalício de Souza. **Artesanato de tradição do tear em Resende Costa, MG**: trabalho, produção e comércio. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, ano 2, n. 2, p. 21-42, setembro. 2005,

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente**: O discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Migração para as metrópoles americanas. In: MOYNIHAN, Daniel P. (Org.). **O Desafio urbano**. São Paulo: Cultrix, 1972.

TULIK, O. (1990). Turismo e repercussões no espaço geográfico. **Revista Turismo Em Análise**, 1(2), 63-77. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v1i2p63-77>

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina (PR): Eduel, 2013.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas (SP): Autores associados, 2001.

VERBOLE, Alenka. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2002.

VICTOR, Nestor. A subida da serra. In: ABREU et al. **Campos e pinheirais**. Curitiba (PR): Fundação Cultural, 1995.

VIOLANTE, Adriano de Cerqueira; SILVA, Amarildo Jorge da. Questões turísticas em Porto Rico – Paraná. In: **XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28.**, 2008, Rio de Janeiro. p. 1-12.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2009.

WILSON, Edward. **A criação: como salvar a vida na terra**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.